

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE MESTRADO EM TEOLOGIA

IVANILZA BELMIRO ERDOS

FORMAS DE VIOLÊNCIA E OPRESSÃO EM MIQUÉIAS

CURITIBA

2012

IVANILZA BELMIRO ERDOS

FORMAS DE VIOLÊNCIA E OPRESSÃO EM MIQUÉIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito para obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi.

CURITIBA

2012

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

E66f
2012 Erdos, Ivanilza Belmiro
Formas de violência e opressão em Miquéias / Ivanilza Belmiro Erdos ;
orientador: Luiz Alexandre Solano Rossi. – 2012.
105 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2012
Bibliografia: f. 100-105

1. Bíblia. A. T. Miquéias – Crítica, interpretação, etc. 2. Violência na Bíblia.
3. Deus – Misericórdia. 4. Teologia bíblica. I. Rossi, Luiz Alexandre Solano.
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 224.9306



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 042
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
IVANILZA BELMIRO ERDOS

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e doze às treze horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Defesa e Dissertação – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Luiz Alexandre Solano Rossi, Alfredo dos Santos Oliva e Vicente Artuso, para examinar a Dissertação da candidata **Ivanilza Belmiro Erdos**, ano de ingresso, dois mil e onze, do Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, Linha de Pesquisa: Teologia e Evangelização. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: “**FORMAS DE VIOLÊNCIA E OPRESSÃO EM MIQUÉIAS**”. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi APROVADA pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 14 h 45 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca:

Prof.Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi _____

Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva _____

Convidado Externo

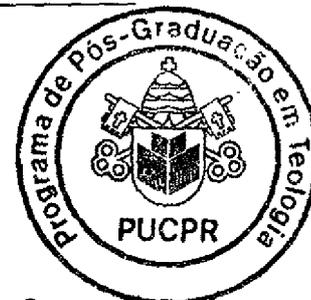
Prof. Dr. Vicente Artuso _____

Convidado Interno

CIENTE

Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me concedeu graça e paciência, quando as forças pareciam desvanecer-se. Depois, a meu esposo, Francisco Erdos, pelo incentivo e presença comigo nessa caminhada, estudando e partilhando das mesmas correrias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a razão que eu tenho para nunca desistir, mesmo quando tudo parece obscuro e sem fim.

Ao pastor Edrei Daniel Vieira, pelas recomendações.

Ao frei Ildo Perondi, pelo incentivo, mesmo quando ainda estava fazendo a pós-graduação.

Aos meus filhos, Natan e Lucas, pelos momentos que passamos longe de casa e sua compreensão.

Em especial, ao meu professor e orientador Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi, pela prontidão no atendimento e nas orientações.

Pelos amigos que, ao longo dessa caminhada, fizemos.

RESUMO

Miquéias, num gesto louvável de demonstração de solidariedade, grita denunciando a injustiça praticada contra o povo vulnerável de sua época. Um grito com profundo sentimento de indignação com as injustiças que estavam sendo praticadas pelas autoridades políticas, religiosas e jurídicas que detinham o poder e subjugava o povo vulnerável e desprovido de apoio por parte das autoridades. Miquéias acusa a liderança de abusar de sua autoridade e agir desonestamente para obter vantagens de seus cargos. Sua indignação revela a vontade absoluta de Javé. A maldade, seja qual for, é repugnada por Deus, pois o mesmo criou o ser humano para ser digno. Miquéias denuncia a injustiça e clama a Javé por misericórdia, para que seja feita uma mudança no sistema econômico, político e religioso e, principalmente, na mente corrupta da liderança.

Palavras-chave: Miquéias, justiça, grito, violência, opressão, misericórdia, amor.

ABSTRACT

Micah, in a laudable gesture of demonstration of solidarity, cry against the injustice committed against the vulnerable people of his time. A cry with deep feeling of indignation against all the injustice that was being practiced by the political authorities, religious and legal in power and subjugated the people vulnerable and devoid of support from the authorities. Micah accuses the leadership to abuse of the authority in his hands and to act dishonestly to take advantage of their positions. His indignation reveals the absolute will of Yahweh. The evil, whatever, is disgusted by God, because it created the human being to be worthy. Micah denounces injustice and cry to the Lord for mercy, so that we make a change in the economic system, political and religious, and especially in the minds of corrupt leadership.

Keywords: Micah, justice, scream, violence, oppression, mercy, solidarity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO EM MIQUÉIAS	11
1.1 SOBRE MIQUÉIAS	11
1.2 DATA E AUTORIA	12
1.3 SUA MENSAGEM	15
1.4 O TERMO PROFETA	24
1.5 A FUNÇÃO SOCIAL DO PROFETA NA COMUNIDADE	27
2 ANÁLISE DE MIQUÉIAS 3,1-4	37
2.1 VERSÍCULO 1	42
2.2 VERSÍCULO 2	45
2.3 VERSÍCULO 3	47
2.4 VERSÍCULO 4	48
3 OS AGENTES DA VIOLÊNCIA E SUAS FORMAS DE OPRESSÃO	51
3.1 VISÃO GERAL DAS AUTORIDADES DENUNCIADAS	51
3.2 PROPRIETÁRIOS DE TERRAS	53
3.3 CHEFES	55
3.4 SACERDOTES	56
3.5 FALSOS PROFETAS	58
3.6 MAGISTRADOS CORRUPOTOS	62
3.7 FORMAS DE OPRESSÃO	64
3.7.1 A violência institucionalizada	64
3.7.2 A corrupção na administração da justiça	66
3.7.3 Comércio explorador	67
3.7.4 Latifundiarismo	70
3.7.5 Sistema tributário	71
3.7.6 A ganância dos ricos	73
4 AS VÍTIMAS EM MIQUÉIAS	75
4.1 A EXPRESSÃO “MEU POVO” EM MIQUÉIAS	75
4.2 POBRES	78
4.2.1 Camponeses enfraquecidos	82
4.2.2 Mulheres e crianças indefesas	83

5 O GRITO DE MIQUÉIAS EM MEIO À VIOLÊNCIA E A OPRESSÃO E SUA RELEVÂNCIA NA ATUALIDADE	85
5.1 A RELEVÂNCIA DO PROFETISMO	85
5.2 GRITO CONTRA A INJUSTIÇA E A DESIGUALDADE	87
5.3 GRITO CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DO SAGRADO	90
5.4 GRITO PARA VOLTAR ÀS ORIGENS E PRATICAR O PROJETO DE JAVÉ	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa se circunscreve às formas de violência e opressão da época do profeta Miquéias, bem como os opressores e as vítimas que sofriam as crueldades num contexto histórico, social e econômico bem determinado, envolvidos numa espiral de violência. Procura-se também demonstrar, a partir do contexto atual, a importância da preocupação com o próximo vulnerável e sofredor, que sofre por não ter as mesmas oportunidades. Além de tudo, mostrar que a dignidade e respeito pela vida são mandamentos de Deus e preocupação pela promoção da vida.

Para tanto, será analisada a perícope de Miquéias capítulo 3,1-4, como texto base da pesquisa, tanto para conhecimento dos opressores como dos vitimados, bem como outras referências no próprio livro do profeta Miquéias, que fazem alusão às formas de violência e opressão praticadas pelos líderes da época. Verificar-se-á na literatura do profeta Miquéias as formas pelas quais se originam a violência e opressão na vida do povo daquela época, e como se dá sua repercussão e consequência e como o profeta age diante de toda a situação, pronunciando palavras de denúncia e, ao mesmo tempo, esperança diante da injustiça praticada.

Demonstrar-se-á a importância da análise do livro de Miquéias para nossa atualidade e como é essencial a palavra profética para resgatar a dignidade e o respeito pela vida. A pesquisa tem como finalidade levantar informações e explicações sobre os tipos de violência e opressão ao profeta e suas consequências nas vítimas. Para tanto, será necessária a análise do contexto histórico-social e econômico de Judá, e analisar as perícopes que tratam especificamente sobre a violência e a opressão.

No primeiro capítulo será feito o levantamento do contexto histórico e socioeconômico do profeta Miquéias, isto é, a pessoa, data e autoria do livro, bem como sua mensagem. Dentro ainda desse contexto, veremos a definição do termo profeta e a função social do profetismo.

No segundo capítulo, busca-se analisar a perícópe de Miquéias 3,1-4, percebendo a estrutura da mesma e aprofundando versículo por versículo para reconhecer os opressores, bem como as vítimas da violência.

No terceiro capítulo, a presente pesquisa elucidará os agentes da violência descritos em Miquéias. Não só a perícópe escolhida será analisada, outros capítulos do livro, deverão ampliar o rol de agentes e suas formas de opressão.

No quarto capítulo, será revelado o povo oprimido e a situação às quais foram submetidos dentro do contexto de opressão e violência.

No quinto e último capítulo, será feita uma contextualização da profecia de Miquéias e sua relevância para a comunidade cristã de hoje.

A base de toda a pesquisa será a leitura bibliográfica que buscará responder aos questionamentos levantados, bem como levar-nos a uma reflexão tanto para a comunidade cristã da atualidade bem como uma reflexão interior de cada pessoa que terá acesso à leitura da mesma.

1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO EM MIQUÉIAS

1.1 SOBRE MIQUÉIAS

Para Maillot e Lelièvre (1980, pp. 23-25), Miquéias e todos os profetas são produtos do seu tempo, situam a mensagem no tempo em que vivem e, para compreender o profeta, é necessário conhecer sua história. É a palavra transmitida diretamente de Javé para seu povo. O profeta, além de conhecer a aliança entre Deus e seu povo, é o historiador da mesma.

Não se sabe muito sobre Miquéias, porém o impacto de suas mensagens foi de grande valor. O significado de seu nome é: “Quem é como lahweh?” Foi contemporâneo de Isaías e seus ministérios começaram praticamente juntos, estendendo-se até o reinado de Ezequias (Jr 26,16-19). Sua mensagem profética, devido a sua origem humilde por nascer na aldeia de Moreset, foi contra os abusos socioeconômicos. A situação dos moradores da aldeia era de total opressão por parte dos governantes de Jerusalém. Uma situação que a seus olhos parecia a mesma de Samaria e que, por isso mesmo, merecia igual juízo de Deus (1,2-9). Miquéias, por estar junto com os moradores, viu de perto homens gananciosos desapropriando o pobre (2,1-9); os governantes revestidos de corrupção, praticando injustiças e enorme crueldade opressora (3,1-3.9-11) e, se não bastasse, o clero permanecia calado, temendo por suas vidas (3,5. 11). Contra tudo isso é que Miquéias pronuncia palavras proféticas de condenação, alertando os governantes que, devido a essa corrupção, estavam violando os preceitos da aliança estabelecida por lahweh (BRIGHT, 2003, p. 355).

De acordo com Sicre (2008, p. 276), Moreset era uma aldeia situada em Judá (1,1), a aproximadamente 35 quilômetros a sudoeste de Jerusalém, tendo ao seu redor as cidades de Azepa, Soco, Adulam, Maresa e Laquish. Nesse ambiente camponês, provavelmente, o profeta convivia com os pequenos agricultores e sentia de perto os problemas dos mesmos na questão bem forte do latifundiarismo. A circulação de militares e funcionários do rei na área era freqüente (1,8-16), o que não trazia benefício algum para os moradores de

Moreset, pois, a partir deles, impostos eram cobrados e trabalhadores eram recrutados para levá-los a Jerusalém, conforme relatado em Miquéias 3,10 que nos diz: “Vocês estão construindo Jerusalém, a cidade santa, sobre um alicerce de injustiças e de crimes de sangue”.

1.2 DATA E AUTORIA

No que diz respeito à data dos discursos de Miquéias, Baker, Alexander e Sturz (2006, pp. 161-162) concordam que grande parte das suas profecias ocorreu após 722 a.C., a partir de alguns fatores, como: reação das pessoas diante do castigo de Deus - “a desgraça não cairá sobre nós” e “Está irritado o Espírito do Senhor?” (2.6-7). “Não está o Senhor no meio de nós? Que mal nos sobrevirá? (3,11)” - eles não acreditavam que Miquéias tinha uma palavra de Deus contra eles. O outro fator diz respeito ao uso dos nomes “Jacó” e “Israel” que, no primeiro capítulo, refere-se ao Reino do Norte. Nos capítulos seguintes é usado apenas para referir-se a Judá. Esses fatores corresponderiam a uma data após 722.

De acordo com as atuais pesquisas acadêmicas referentes ao livro de Miquéias, não é possível determinar com precisão quais partes foram escritas por ele mesmo e as que foram acrescentadas posteriormente. Contudo, a opinião de alguns pesquisadores como Jeppesen, K (1978, p. 3-32); Woude, A. S van der (1971, p. 265-378) e Renaud, B. (1964, p. 37-74) apud Wilson (2006 p. 320) demonstra que podem ser consideradas palavras de Miquéias, ou seja, autênticas, as que estão nos capítulos 1-3, e que os capítulos 4-5 e 6-7 teriam sido adicionados posteriormente. Os capítulos 6 e 7 possuem “traços linguísticos e teológicos com a tradição deuteronomista de tempos tardios”, assim como Mq 7,8-20, também não podem ser consideradas obras autênticas de Miquéias. Compreende-se que partes desses capítulos possuem laços verbais e teológicos com outros livros proféticos, em particular com Isaías, incluindo todo um oráculo contido em (Mq 4,1-3), que é citado em Isaías 2,1-3.

Wilson (2006, pp. 320-321) afirma que há divergências de opiniões, porém salienta que poderíamos simplesmente admitir:

[...] que tanto Isaías como Miquéias foram editados pelo mesmo grupo. Posto que tanto Isaías como Miquéias exibam estrutura global editorial em que oráculos de julgamento se alternam com oráculos de promessa, a última possibilidade parece ser a mais provável [...] Isso significa que os oráculos originais de Miquéias têm a máxima probabilidade de se encontrarem nos capítulos 1-3, embora uns poucos possam também estar incorporados nos capítulos 4-5. (WILSON, 2006, p. 321).

Maillot e Lelièvre (1980, pp.170-172) caminham em sentido contrário, afirmando que a autenticidade de Miquéias é indiscutível. Para eles, vários livros de profecias terminam com um final feliz. Mesmo que os críticos quase que unanimemente concordem que foram acréscimos posteriores feitos por copistas. Os autores acima defendem que isso, com certeza, ocorreram, pois eles estavam preocupados em não deixar que a palavra de Deus terminasse com ameaças, como aconteceu desde o início do livro. O mesmo seria aprisionar o profeta dentro de apenas uma definição: "profeta severo", e não permitir que ele assumisse outro papel, como, por exemplo, de um profeta que, depois de tantas ameaças proferidas, possa transmitir palavras de promessas e esperança. Segundo eles:

o verdadeiro profeta, mais atento à palavra de Deus e aos acontecimentos do que ele próprio pensa, não seria necessariamente o homem da diversidade? Porque a palavra de Deus não se deixa encerrar em um só discurso. É esta a primeira razão pela qual o (verdadeiro) profeta pode muito bem contradizer-se. Ele não é obrigado a ser fiel ao seu personagem, nem mesmo à sua psicologia, menos ainda à razão. Ele deve ser fiel somente à própria fidelidade de Deus (MAILLOT e LELIÈVRE, 1980, p.171).

Em relação à autoria de Miquéias, Baker, Alexander e Sturz (2006, pp. 157,158) destacam duas questões. A primeira é sobre a profecia e o quanto realmente ela pertence a Miquéias. Alguns comentários antigos e alguns críticos falam sobre o pessimismo do profeta e atribuem a ele os capítulos 1 a 3, ficando de fora 2,12-13. Autores mais recentes, porém, vê em Miquéias uma

mensagem de melancolia, denunciando os opressores, e outra mais de esperança, para os oprimidos. A segunda questão seria com relação à edição do texto. Não se questiona a autoria geral do profeta, porém alguns creem que a edição do texto foi feita por outras pessoas de sua época. Contudo, afirmam os autores que: “É bem possível que a edição, no sentido de coligir e ordenar os fragmentos tenha ocorrido durante a vida do profeta ou logo após sua morte. Ele mesmo pode ter executado o trabalho ou supervisionado o processo.” (BAKER; ALEXANDER; STURZ, 2006, p. 157). Não há prova de peso no relato dos autores acima que prejudique ou até mesmo leve a crer que tenha outra pessoa contrária às suas mensagens que tenha efetuado o trabalho redacional. Acredita-se que a profecia seja composta por fragmentos de outras várias mensagens ditas por Miquéias no decorrer de todo o seu ministério profético.

Silva (1998, p. 109) afirma que o livro de Miquéias apresenta alguns problemas na questão da autoria. A seção do livro que compreende os capítulos de 1 a 3, sustenta uma mensagem dura e denuncia a teologia opressora vivida na época. Em contrapartida, nos capítulos 4 a 5, as mensagens são de esperança, diferentemente dos capítulos anteriores o foco é uma denúncia contra a injustiça. Os capítulos 6 e 7 seriam, segundo o autor acima, de Miquéias, porém, no término do livro, aparece um oráculo sobre Samaria, o que parece ser estranho para um profeta judaíta. Para acentuar com clareza, Silva destaca ainda, como exemplo de comparação, Miquéias 3,9-12 com Miquéias 4,8, mostrando que Jerusalém teria dois destinos diferentes.

<p>“Ouvi, pois, isto, chefes da casa de Jacó e magistrados da casa de Israel, vós que detestais o direito, que torceis o que é reto, vós que edificais Sião com o sangue e Jerusalém com injustiça! Seus chefes julgam por suborno, seus sacerdotes ensinam por salário e seus profetas vaticinam por dinheiro. E eles se apoiam em lahweh, dizendo: “Não está lahweh em nosso meio”? Não virá sobre nós a desgraça!”. Por isso, por culpa vossa Sião será arada como um campo, Jerusalém se tornará um lugar de ruínas, e a montanha</p>	<p>“E tu, Torre do Rebanho, Ofel da filha de Sião, em ti entrará a autoridade antiga, a realeza da filha de Jerusalém” (Mq 4,8).</p>
---	--

do Templo, um cerro de brenhas!”(Mq 3,9-12)”.	
---	--

Continuando, Silva (1998, pp. 110,111) salienta que os especialistas dizem ser de Miquéias os capítulos de 1 a 3 e que 4 a 5 seriam de outros autores que somaram suas profecias de esperança ao livro de Miquéias e os capítulos de 6 a 7 seriam em parte de Miquéias. Porém, na análise de Silva, teríamos outra solução caso os capítulos 4-5 forem uma mensagem de denúncia por Miquéias e a outra dos falsos profetas que eram contrários a sua mensagem, ou seja, conforme salienta Silva: “Podemos ler estes capítulos como um aceso debate entre Miquéias e outros profetas, contemporâneos seus, mas que defendem posições opostas às suas” (SILVA, 1998, p. 110). Portanto, em todo esse debate, pertencer ou não a Miquéias, uma coisa é certa e inquestionável: Miquéias denuncia todas as afrontas praticadas na sua época com dureza e abomina os comerciantes que agem com enganações:

Posso eu suportar uma medida falsa e um efá diminuído, abominável? Posso eu inocentar as balanças falsas e uma bolsa de pedras falsificadas? Pois os seus ricos estão cheios de violência, seus habitantes mentem e sua língua é falsidade em suas bocas. (Mq 6,10-12).

1.3 SUA MENSAGEM

Miquéias profetizou numa época de muitas mudanças na Palestina. A Assíria, a Babilônia e o Egito eram os inimigos de Israel e estavam passando por momentos de declínio. No reinado de Jeroboão II, o Reino do Norte estava num ponto elevado de importância política. No reinado de Azarias, Judá começa a gozar papel de potência econômica. Nessa mesma fase de mudanças, acontece o reavivamento religioso de Ezequias e a importância econômica de Judá cresce em meio a essas mudanças. Foi um período de grandes mudanças sociais que teve como consequência a migração da população rural para Jerusalém. Migrantes que estavam em busca de

estabilidade econômica! Contudo, ao invés de encontrar o que procuravam, estava sendo explorada, perdendo suas casas e terras e, com tudo isso, crescia assustadoramente a opressão. Miquéias reage a tudo isso conclamando e lembrando as autoridades de Judá que a aliança feita com Deus exigia muito mais que somente práticas religiosas. Eles estavam se esquecendo da solidariedade (BAKER; ALEXANDER; STURZ, 2006, pp. 155,156).

Para Bright (2003, p. 327), quando a Assíria resolveu transformar-se num grande império, a repercussão foi desastrosa. Ela desabou como uma tempestade forte sobre os pequenos povos. O Reino do Norte, diante dessa tempestade, transformou-se em ruínas e Judá, no entanto, sobreviveu por mais um século e meio às investidas da Assíria. A ambição da Assíria era possuir as terras além do Eufrates, tanto pela madeira valiosa e recursos minerais quanto também por ser a porta de entrada para o Egito, Sudeste da Ásia Menor, e ainda a rota comercial para o Mediterrâneo. Foram organizadas muitas campanhas ao longo desse tempo, com a finalidade de conquistar esses objetivos. Quem inaugurou esse período foi Teglath-Falasar III (745-727), um líder enérgico e capaz, com a tarefa de reafirmar o poderio assírio contra os povos das redondezas, objetivos que, com o tempo foram conquistados. Bright afirma que as campanhas de Teglath-Falasar diferiam de seus predecessores, no seguinte:

não eram expedições para extorquir tributos, mas sim para realizar uma conquista permanente. Para consolidar seus ganhos, Teglath-falasar adotou uma política que, embora não sendo inteiramente nova, nunca havia sido aplicada antes com tanta consistência. Em vez de contentar-se em receber tributos de príncipes nativos e punir as rebeliões com represálias brutais, Teglath-falasar, quando ocorria uma rebelião, habitualmente deportava os culpados e incorporava suas terras às províncias do império, esperando deste modo debelar qualquer sentimento patriótico capaz de alimentar a resistência. Essa política, seguida rigidamente por Teglath-falasar e copiada por todos os seus sucessores, era algo cuja significação Israel, por sua vez, iria ter de aprender (BRIGHT, 2003, p. 329).

Para conhecer o profeta Miquéias e a mensagem por ele entregue, Zabatiero (1996, pp. 13-14) afirma que é necessário conhecer a história e a sociedade da época em que a profecia foi proferida, “pois a profecia bíblica

nasce da vida do povo”. Nessa primeira metade do século VIII a.C., Judá e Israel viviam um momento de crescimento econômico e político devido ao controle das rotas do comércio internacional e também à liberdade que tinham em relação aos impérios estrangeiros. Por volta de 740 a.C, o império Assírio começou a viver um período de glória e, então começou a luta pelo controle da Síria-Palestina. Aproximadamente em 734 a.C., foi feito um acordo antiassírio, sob a liderança de Rasin, de Damasco, Israel entrou nessa coalizão e fizeram esforços para que Judá participasse também. Porém, Acáz, rei de Judá, não entrou na coalizão antiassíria e, por isso, sofreu represália dos sírios e israelitas. Acáz pediu ajuda do rei da Assíria, Teglat-Falasar, que se prontificou a ajudá-lo, conquistando Damasco e uma parte do território israelita. Mas essa ajuda custou caro para Acáz que, em troca, teve que pagar tributo aos assírios e, com isso, Judá tornou-se um vassalo do Império Assírio, conforme relata 2 Reis 16,1-18. No ano de 722 a.C., depois de muita resistência antiassíria, Israel foi tomado e a cidade de Samaria foi conquistada pelos assírios (2 Rs 17,5-23).

Baker, Alexander e Sturz (2006, pp. 162-164) afirmam que as relações de dominação da Assíria sobre o reino do norte e do sul causaram grandes estragos, enfraquecendo o poder, além de se submeterem a pagar pesados impostos, levando também o povo às mesmas cargas tributárias. No ano de 714 a.C., Ezequias iniciou uma revolta contra o poder dominador assírio que estava sob o comando de Senaqueribe, o qual, por sua vez, ataca ferozmente numa campanha de dominação, devastando territórios e destruindo cidades de Judá, porém não tomou Jerusalém, conforme relato de 2 Reis 18,3 – 19,37.

Para Liverani (2008, pp. 191-192), o restante do reinado de Ezequias e quase todo o longo reinado de seu filho Manassés (687-642), Judá permaneceu tributário da Assíria, ficando ainda alguns estados pequenos por provincializar pelo império assírio, dentre eles, a própria Judá, Amon, Moab e Edom na Transjordânia, Gaza e Ascalon na Filistéia. O império assírio contentava-se ainda com o tributo que era pago, assegurando uma “pax assírica”. O império estava apenas dando um tempo de paz, porém as intenções de conquista estavam focalizadas na direção do Egito. Quando uma região era conquistada e provincializada, o prejuízo causado era de grandes proporções, conforme Liverani (2008, p. 191) afirma:

as cidades eram destruídas, vilas incendiadas, colheitas e gado saqueados, árvores frutíferas e vinhedos cortados, habitantes massacrados e o 'resto' deportado. A insistência e o regozijo das narrativas podem fazer parte de uma 'propaganda do terror', mas não há dúvida de que as operações de guerra (com efeitos diretos e colaterais), a presença do exército inimigo, a conquista, as destruições, o saque traduziam-se em prejuízos enormes para a população e a economia locais. As cifras de mais de 40 mil deportados de Israel e de cerca de 200 mil de Judá, fornecidas pelos anais assírios, parecem realistas (para outras zonas mais populosas há cifras bem maiores) e dizem respeito a um substancial percentual da população.

Constata-se que, com as deportações de suas terras para outros lugares, o povo enfrentava mudanças bruscas, além do que, tinham que se adaptar ao contexto, tanto religioso, como econômico, social e político. No percurso, muitos morriam e, muitas vezes, deportavam famílias inteiras, comunidades homogêneas, para manter alto o moral, a vontade de trabalhar e viver. (LIVERANI, 2008, p. 194).

Pixley (2008, p. 66) salienta que as práticas do imperialismo assírio quando o mesmo "incorporava um reino avassalado como província" era de promover movimentos importantes de população. Nomeava-se um governador assírio no lugar dos líderes removidos, colocando outros que outrora foram removidos de outras zonas já conquistadas. Essas práticas eram comuns nesse movimento de deportação dos povos conquistados. Isso foi o que ocorreu com Israel, conforme registrado em 2 Rs 15,29; 17,24. Com esse ato, desarticulava-se a vida nacional, permanecendo nas cidades uma população urbana com línguas e costumes diferentes do povo camponês. As províncias, no entanto, continuaram de alguma forma, fazendo parte da comunidade judaica.

Lopes (2010, p. 52) relata que o Reino do Norte e o do Sul sofriram diante do domínio militar da Assíria. Judá possuía cidades fortificadas e as mesmas já estavam sob o domínio assírio. Os impostos cobrados eram direcionados aos cofres estrangeiros. Devido à luta do rei Ezequias de tentar sair do domínio assírio, foram impostas ao povo cargas maiores, sobrecarregando ainda mais o povo, conforme relato:

nessa época, havia uma tributação duplamente onerosa, pois o tributo deveria sustentar o Estado judeu e pagar ainda o tributo exigido pelo império assírio, ao qual Judá estava subordinada. Assim os camponeses se viam obrigados a tomar empréstimos para sobreviver e se ficassem impossibilitados de pagar esses empréstimos, chegavam à dura condição de perder suas terras e casas para pagamento das dívidas contraídas. Uma classe de homens ricos, com o poder político e econômico nas mãos, aproveitou essa crise econômica para traçar planos inescrupulosos no sentido de ficarem mais ricos, juntando campo a campo e casa a casa (Is 5,8) (LOPES, 2010, p. 52).

A história da sociedade da época de Miquéias é uma história de luta contra todo o abuso por parte dos governantes. O povo camponês, além de estar sobrecarregado por taxas elevadas devido à dívida externa e interna que o amedrontava, era convocado a lutar e defender suas terras contra a invasão assíria (LOPES, 2010, p. 53).

Rossi (2008, pp. 43-45) nos mostra que a realidade dominadora do mundo assírio não era somente a conquista passageira dos territórios à sua volta, e, sim, a posse definitiva dos mesmos pelo estado assírio. O exército assírio, com sua atividade brutal no Oriente Próximo, trouxe aos estados menores e, principalmente a Israel, um clima de terror e medo. Uma dominação violenta e enérgica que trouxe ao povo camponês duro encargo tributário além de uma vida de escravidão ao império assírio. O imperialismo assírio, com toda sua gama de maldades e força militar, deixou marcas profundas nas cidades saqueadas e, se isso não bastasse, levaram muitos dos povos para o cativeiro. O império Assírio é visto por Israel como um império cruel e mentiroso, conforme relata Naum 3,1-7:

ai da cidade sanguinária, toda cheia de mentiras e de roubo e que não solta a sua presa! Eis o estalo de açoites e o estrondo das rodas; o galope de cavalos e carros que vão saltando; os cavaleiros que esporeiam, a espada flamejante, o relampejar da lança e multidão de traspassados, massa de cadáveres, mortos sem fim; tropeça gente sobre os mortos. Tudo isso por causa da grande prostituição da bela e encantadora meretriz, da mestra de feitiçarias, que vendia os povos com a sua prostituição e as gentes, com as suas feitiçarias. Eis que eu estou contra ti, diz o Senhor dos Exércitos; levantarei as abas de tua saia sobre o teu rosto, e mostrarei às nações a tua nudez, e aos reinos, as tuas vergonhas. Lançarei sobre ti imundícias, tratar-te-ei com desprezo e te porei por espetáculo. Há de ser que todos os que te virem fugirão de ti e dirão: Nínive está destruída; quem terá compaixão dela? De onde buscarei os que te consolem?

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Rossi (2008, pp. 50-53) esclarece, com o passar do tempo e de novas conquistas, o exército assírio foi cada vez mais se aperfeiçoando e adquirindo habilidades e técnicas, tornando-se, assim, um inimigo poderoso e temido. Por volta de 722, Israel, não resistindo mais às investidas do exército assírio, foi tomado e Sargão II deportou 27.290 samaritanos. Foi uma dominação com raízes econômicas, sociais, político-militares e religioso-ideológicas. O autor acima declara ainda, para os negócios do Império serem certos, eram necessário duas administrações, uma central e a outra provincial, como segue:

a administração central estava diretamente ligada à figura do rei, e era composta por um corpo de administradores experientes- a hierarquia até Salmanasar V era assim constituída: rei, general, arauto do palácio, administrador dos templos, governadores das províncias, precedidos pelo governador de Assur. Os detentores de títulos de nobreza, além de funções no palácio, administravam províncias periféricas do Império, enquanto que a administração provincial era confiada a um Governador ou 'chefe de circunscrição'. O governador dispunha de tropas para manter a ordem e garantir a cobrança de impostos, entrega de matérias-primas e recrutamento para corvéia e exército. As províncias deveriam enviar relatórios à corte que verificava a veracidade do conteúdo por meio de inspetores enviados da metrópole. (ROSSI, 2008, p. 52).

Era um imperialismo possessivo, escravista, baseado num crescimento indigno e injusto, tirando dos mais fracos e pobres para benefício próprio. Uma força militar que fez sofrer toda a nação e as obrigou a se submeter ao domínio assírio em todos os âmbitos quer econômico ou religioso. Tinham que prestar obediência tanto à administração central como provincial. Também no âmbito religioso adorar a divindade assíria denominada Rimom. A luta do povo e da nação de Israel era uma luta contra o militarismo em todas as suas camadas: religiosa, ideológica, política, econômica, ou seja, estavam cercados por todos os lados (ROSSI, 2008, p. 54).

Na análise de Balancin e Storniolo (1990, pp. 18-20), a situação do povo camponês era cada vez mais difícil. Se não bastassem os problemas com a corrupção interna, eles ainda enfrentavam grandes investidas dos estrangeiros, principalmente a Assíria que estava querendo se apossar da Palestina que era uma rota importante para se chegar ao Egito, outra potência que pretendiam

conquistar. Em uma das investidas dos assírios a região onde morava o profeta Miquéias foi assolada de um extremo a outro, colocando a capital Jerusalém em perigo. O interessante nisso tudo é a existência de um grupo formado por pessoas da cidade que, aos poucos, tomam posse das propriedades dos camponeses, quando estes estavam ausentes, provavelmente em batalhas, lutando pela nação. Podemos ver claramente registrado em Mq 2,1-2 que diz: “Ai daqueles que, nas suas camas, planejam a injustiça e tramam o mal... cobiçam campos, e os roubam; querem uma casa, e a tomam. Assim oprimem ao homem e à sua família, ao proprietário e à sua herança”. Com toda a certeza podemos chamar esse grupo de latifundiários, detentores do poder econômico que não tinham respeito por nada e nem por ninguém e, para satisfazerem o ego, usavam de variados métodos violentos, conforme relatado em Miquéias 2,8-10.

Os latifundiários roubavam os camponeses, tinham os mesmos como inimigos, pois saqueavam suas terras para expansão de seus territórios e aumento de suas posses. Não respeitavam suas mulheres e filhos e faziam deles escravos. Cobravam juros absurdos que levavam os mesmos a se endividarem tanto que se tornava difícil pagar a dívida. Para os autores acima, os latifundiários eram “aproveitadores da situação difícil do povo, quanto pior o povo estiver, mais fácil se torna conseguir o que eles desejam”. (BALANCIN e STORNILO, 1990, p. 20).

Para Jensen (2009, p. 170), o teor fundamental e relevante na mensagem de Miquéias era a preocupação com a justiça social, assim como era o profeta Amós. Porém não deixava de se preocupar com outras questões de cunho político e religioso. Ele observava o que ocorria nas grandes cidades de Samaria e Jerusalém (Mq 1,5-6; 3,12), onde a corrupção estava em pleno auge e a devastação era diretamente direcionada para os indefesos. Miquéias agia como porta-voz de seu povo camponês e, por isso, dirigia com toda a veemência sua mensagem às autoridades das classes governamentais de Jerusalém.

A mensagem de Miquéias, conforme Gottwald (1988, p. 354), é um ataque direcionado aos centros urbanos de Samaria e de Jerusalém, um lugar

manchado e palco de furtos e assassinatos de pessoas indefesas. Temos registros em Miquéias (1,2-7) que assim relatam:

ouvi, todos os povos, prestai atenção, ó terra e tudo o que ela contém, e seja o Senhor Deus testemunha contra vós outros, o Senhor desde o seu santo templo. Porque eis que o Senhor sai do seu lugar, e desce, e anda sobre os altos da terra. Os montes debaixo dele se derretem, e os vales se fendem; são como a cera diante do fogo, como as águas que se precipitam num abismo. Tudo isto por causa da transgressão de Jacó e dos pecados da casa de Israel. Qual é a transgressão de Jacó? Não é Samaria? E quais os altos de Judá? Não é Jerusalém? Por isso, farei de Samaria um montão de pedras do campo, uma terra de plantar vinhas; farei rebolar as suas pedras para o vale e descobrirei os seus fundamentos. Todas as suas imagens de escultura serão despedaçadas, e todos os salários de sua impureza serão queimados, e de todos os seus ídolos eu farei uma ruína, porque do preço da prostituição os ajuntou, e a este preço volverão.

Continuando, Gottwald declara que a mensagem de Miquéias, além da preocupação com os centros urbanos, foi direcionada especificamente contra os chefes políticos e religiosos que eram responsáveis pela “deterioração da antiga ordem tribal de igualdade comunal”. Ele anuncia o juízo de Javé contra os ricos e poderosos que estavam violando as pessoas e suas propriedades, deixando-as despidas e sem forças para lutar (GOTTWALD, 1988, p. 354).

Para Zabatiero (1996, pp. 53-55), a mensagem de Miquéias foi de denúncia e ameaça contra os poderosos detentores do poder que acumulavam terras e riquezas, além de roubar e cobiçar os campos dos camponeses. Para Zabatiero esses detentores do poder são os pequenos proprietários de terras que eram a maioria em Judá. Que no decorrer da monarquia e com o sucesso econômico, os mesmos adquiriram influência política e aproveitaram da situação, participando do comércio internacional e, com isso, obtiveram grandes somas de dinheiro que lhes dava condições de fazer empréstimos para aqueles que estavam em condições precárias. Toda essa situação é interpretada por Miquéias como "opressão". Vemos em Miquéias 2,1-2:

Ai daqueles que, no seu leito, imaginam a iniquidade e maquinam o mal! À luz da alva, o praticam, porque o poder está em suas mãos. Se cobiçam campos, os arrebatam; se casas, as tomam; assim, fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança.

Prosseguindo, Zabatiero (1996, pp. 53-55) a esse respeito, afirma "que o verbo hebraico usado aqui é um dos vários termos hebraicos para a "opressão", (verbo oprimir) frequentemente usado junto com o verbo "roubar", e indica um processo de extorsão, de aquisição ilegítima de um bem com uso da força". Eles imaginavam a maldade em seus leitões, planejavam uma conspiração no amanhecer para cobiçar e tomar definitivamente as terras dos camponeses. Os poderosos pensam somente em seus desejos próprios e se esquecem de praticar a solidariedade para com seu próximo, rompendo, assim, a ética comunitária, além de violar os direitos que outrora foram estabelecidos desde os tempos da origem de Israel, conforme relato em 1Rs 21 que diz: "Porém Nabote disse a Acabe: Guarde-me o SENHOR de que eu te dê a herança de meus pais [...]". A herança de cada família era direito estabelecido na organização tribal e contra todo esse mal planejado e executado pelos detenedores do poder, Javé executaria a sentença de juízo.

Baker, Alexander e Sturz (2006, p. 158) afirmam que Miquéias, sendo da mesma época que Isaías, teve, no teor de suas mensagens, algumas semelhanças com ele, porém constata-se também algumas diferenças: Isaías, sendo da cidade, suas preocupações eram voltadas para o palácio, diretamente ligadas com o poder. Miquéias, portanto, parece refletir uma educação rural e não se sente muito à vontade na cidade segundo afirma os autores acima:

[...] Seus antecedentes rurais são testemunhados pela referência às 10 pequenas cidades a sudoeste de Jerusalém. São tão pequenas que 6 delas nem se mencionam em outro lugar da Bíblia. Nenhuma das 10 é mencionada por Isaías. Mas seu mal-estar em relação à cidade de Jerusalém não é uma simples nostalgia inocente. Mescla-se com uma posição rígida contra a violência perpetrada aos pobres e fracos. Essas duas particularidades, o desconforto em relação à cidade e a energética condenação da violência, conferem à profecia de Miquéias um sabor peculiar. (BAKER; ALEXANDER; STURZ, 2006, p. 158).

A atenção de Miquéias concentra-se na cidade de Jerusalém e sua posição rígida é dirigida à violência contra os pobres e fracos. Nisso tudo é possível distinguir algumas peculiaridades na profecia de Miquéias conforme afirmam os autores acima:

a condenação do pecado é ponto-chave que Miquéias apresenta para fazer a distinção entre sua mensagem e a dos falsos profetas de sua época (3.8). Por outro lado, certos aspectos estimados por estes estão ausentes do ministério daquele: e.g, a adivinhação (3.6), as visões extáticas (3.7) e o recebimento de dinheiro em troca de palavras proféticas (3.5,11). Sua mensagem é penetrante, destaca 3 virtudes (6.8) e exige que se ande com Deus (4.5). A reação de Miquéias diante da profecia por si mesmo proferida da realidade de sua época é claramente manifesta em 2.7 e em 7.1-7, bem como em seu arroubo de louvor em 7.17-20. (BAKER; ALEXANDER; STURZ, 2006, p. 158).

Na interpretação de Sicre (2008, p. 278), Miquéias foi um grande defensor da prática da justiça. Sua mensagem foi dirigida especialmente àqueles que se apropriavam indevidamente de casas, campos do povo e oprimia-os. O povo era visto como “carne” que servia de alimento para as autoridades (Mq 3,1-4), e sangue que servia para construir toda a grandeza de Jerusalém (Mq 3,9-11). Para Miquéias essa atitude das autoridades era como uma afronta contra seus semelhantes, uma exploração brutal, tirando-lhes até a pele do corpo, deixando-os despidos e sem forças para reagir. A brutalidade dos poderosos incluía crimes também contra o povo, ou seja, eram desprovidos completamente de toda a liberdade. Era uma sociedade dividida: de um lado os poderosos proprietários de terras, autoridades civis, militares, juízes, sacerdotes e falsos profetas, do outro lado o povo, vítima de todas essas crueldades.

1.4 O TERMO PROFETA

O termo profeta vem do grego “profétes”. Trata-se de alguém designado para a missão de “anunciar”, “comunicar” a mensagem, ou seja, torná-la conhecida publicamente. O termo profeta usado no Antigo Testamento traduz aproximadamente o hebraico “nabi”, uma forma passiva de um verbo, significando, chamar, nomear, isto é, chamado ou nomeado para ser porta-voz de Deus. Conforme a Bíblia Hebraica, a função primordial era ser testemunha

de lahweh no meio do povo, o seu mensageiro. O “profeta-nabi” era o homem encarregado de transmitir aquilo que Javé lhe confiava tanto para Israel como para a nação, comunicação que em alguns casos tomava formas diferentes (Jr 18,18,19), mais antes de tudo era visto como o “homem da Palavra”. (AMSLER et al., 1990, p. 15).

Sicre (2008, pp. 126-127) acentua que a vocação do profeta é uma relação eu-tu-eles. “O profeta não é eleito para gozar de Deus, mas para cumprir uma missão em relação ao povo”. Uma função direcionada especificamente para a sociedade. Numa experiência inserida na relação Deus, profeta e sociedade em que vive, o profeta anunciava um Deus comprometido com a história, que amava a justiça, pai dos órfãos, aquele que protegia as viúvas, senhor soberano de toda a natureza e que possuía o controle da vida e da morte.

Para Wilson (2006, p. 19), os primeiros pesquisadores viram nos profetas figuras inspiradas, responsáveis pela “criação da mais pura forma de monoteísmo israelita”. Tal pesquisa considerava que a profecia, no aspecto intelectual e teológico pouca atenção dava à figura humana do profeta e sua intimidade com o contexto social de sua época. O autor acima destaca dois estudiosos Heinrich Ewald e Bernhard Duhm, que viram, nas profecias, mensagens de cunho social. Ewald (1867) apud Wilson (2006 p. 19) salienta que os profetas eram pessoas conhecedoras da vontade de Deus, serviam de modelo para as atitudes espirituais as quais as pessoas, um dia, poderiam alcançar, ou seja, os profetas “funcionariam como indivíduos inspirados divinamente e escolhidos para reformar todos os aspectos da sociedade humana”, seriam como agentes de mudança social. Duhm (1875, p. 1-34) apud Wilson (2006, p. 19) percebe a importância dos profetas para a teologia da época e que a mesma elevou o nível da religião israelita, levando-a a novas atitudes morais e éticas e crê que os profetas seriam agentes de transformação social.

Jensen (2009, pp. 59,60) afirma ser prática comum a distinção feita entre “primeiros profetas” e “profetas clássicos”. A base para tal distinção é o próprio cânon do Antigo Testamento. O termo “clássico” seria o ponto mais elevado de

um movimento entre seu começo e término, sendo considerado também sinônimo de “profetas canônicos”, os quais possuem coleções de oráculos (livros) atribuídos a eles e que foram aceitos no cânon do Antigo Testamento. Para Jensen, a distinção feita entre “primeiros profetas e profetas clássicos não pode obscurecer a continuidade do desenvolvimento profético em Israel” ou mesmo dizer que, a partir de então, o profetismo apresentou “traços clássicos”, segundo ele:

os profetas canônicos encontram-se na mesma linha que aqueles que os precederam e adotam muitas das mesmas convenções que estes haviam usado para formular sua mensagem, ao lado de muita continuidade no conteúdo. E, embora os profetas canônicos sejam diferenciados como possuidores de coleções de oráculos que foram incluídos no cânon da Escritura, existiram, durante seu ministério, muitos outros reconhecidos como profetas. Esses outros profetas são às vezes identificados pelo nome (como no caso de Ananias, contemporâneo de Jeremias), porém é mais frequente que não o sejam. Muitas vezes parecem ter proclamado uma mensagem em desacordo com os profetas que conhecemos e eram refutados por eles. Falar de ‘primeiros profetas’ e de profetas ‘clássicos/canônicos’ não sugere nenhuma divisão simplista como “carismático” e ‘vocacional’ ou qualquer coisa do gênero. É possível fazer uma distinção, mas apenas de modo amplo e geral. (JENSEN, 2009, p. 60).

Segundo Amsler et al. (1990, pp. 20-24), a palavra profética está inserida num contexto delimitado e abrange os planos político, cultural, geográfico, econômico e religioso. Quando Iahweh queria falar com seu povo, ou com pessoas específicas, ele agia em tempos e lugares concretos através de seus profetas inseridos na história, no quadro original dos acontecimentos. A mensagem dos profetas não era somente direcionada às autoridades que estavam no poder, que é o caso do rei, mas para todos aqueles que abusavam de seus privilégios para oprimir os mais fracos da sociedade israelita. Constatamos isso em Amós, Isaías e seus sucessores que denunciavam os pecados do reino do Norte e do Sul e proclamavam seu julgamento.

1.5 A FUNÇÃO SOCIAL DO PROFETA NA COMUNIDADE

Para Amsler et al. (1990, pp. 61-63), a missão dos profetas era revelar o desejo de *lahweh*, que consistia em mostrar a toda a comunidade e às autoridades, que a Lei divina protegia o direito daqueles que viviam em perigo e estavam sendo manipulados como simples objetos pelas autoridades governamentais da época, demonstrado em vários textos bíblicos, como se segue: Ex 23; Dt 15; Lv 19 dizem respeito a não tratar o povo como simples objeto de manipulação, pois o mesmo necessita de ajuda; em Provérbios 11,1; 16,11-20; 20 10,28, os sábios falam sobre reconhecer que os direitos são iguais para todos e lembram também que os indigentes são criaturas de Deus. Amsler (et al, 1990 p. 61) salienta que “o conjunto da Revelação em Israel proclamava a solicitude de *lahweh* por todos aqueles que a sociedade tendia a marginalizar e oprimir, e sua exigência da manutenção da justiça para todos”. Os profetas de Israel estavam em comum acordo com a tradição veterotestamentária que chamava o povo a atentar sobre as prioridades de *Yaweh* que exigia a justiça dos seus governantes. A felicidade da comunidade em geral dependia da maneira como os reinantes tratavam e respeitavam os direitos dos seus súditos.

As primeiras grandes diferenças sociais e econômicas surgem no período dos Juízes e marca também o período dos primeiros esforços na ajuda dos necessitados. Sicre (2008, pp. 358,359) relata que na Torah encontramos normas e diretrizes que permitem a todos agirem com justiça diante dos problemas vividos pela sociedade da época. Com relação à justiça, são diversos os aspectos encontrados como:

Preocupação pelos mais fracos	<p>“Não afligirás o estrangeiro nem o oprimido, pois vós mesmos fostes estrangeiros no país do Egito”. (Ex 22,20).</p> <p>“Não humilharás viúvas nem orfãos” (Ex 22,21).</p> <p>Leis sobre os escravos (Ex 21,1-10,26-27; 23,12) e as referencias aos pobres.</p>
-------------------------------	---

	<p>Direito de colher na vinha do próximo (Dt 23,25-26).</p> <p>Aos proprietários não pegar os grãos deixados na colheita, direito reservado ao imigrante, órfão, e viúva (Dt 24,19-21).</p> <p>Libertar os escravos após sete anos (Ex 21,2).</p>
Preocupação pela correta administração da justiça	<p>Ex 23,1-9 “Não espalharás notícias falsas, nem darás a mão ao ímpio para seres testemunha de injustiça. Não tomarás o partido da maioria para fazeres o mal, nem deporás, num processo, inclinando-te para a maioria, para torcer o direito, nem serás parcial com o desvalido no seu processo. Se encontrares o boi do teu inimigo, ou o seu jumento, desgarrado, lho reconduzirás. Se vires cair debaixo da carga o jumento daquele que te odeia, não o abandonarás, mas o ajudarás a erguê-lo em seu processo. Não desviarás o direito do teu pobre. Da falsa acusação te afastarás; não matarás o inocente e o justo, e não justificarás o culpado. Não aceitarás presentes, porque os presentes cegam até os perspicazes e pervertem as palavras dos justos. Não oprimirás o estrangeiro: conheceis a vida de estrangeiro, porque fostes estrangeiros no Egito. Ano sabático e sábado”.</p> <p>Mantida norma fundamental na questão da justiça nos tribunais (Dt 16,18-20).</p>
Sobre empréstimos e fianças	<p>“Se emprestares dinheiro a um compatriota, ao indigente que está em teu meio, não agirás com ele como credor que impõe juros”. (Ex 22,24).</p> <p>“Se tomares o manto do teu próximo em penhor, tu lho restituirás antes do pôr-do-sol. Porque é com ele que se cobre, é a veste do seu corpo: em que se deitaria? Se clamar a mim, eu o ouvirei, porque sou compassivo”. (Ex 22, 25,26).</p> <p>Não cobrar juros (Dt 23,20-21).</p> <p>Proibido tomar de penhor a roupa da viúva (Dt 24,17).</p> <p>Remissão a cada sete anos, insistência na generosidade (Dt 15,1-11).</p>
Normas sobre o salário	<p>“Não oprimirás um assalariado pobre, necessitado, seja ele um dos teus irmãos ou um estrangeiro que mora em tua terra, em tua cidade. Pagar lhe-ás o salário a cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e disso depende a sua vida. Deste modo, ele não clamará a lahweh contra ti, e em ti não</p>

	haverá pecado". (Dt 24, 14,15).
Normas sobre o comércio	Não terão em tua bolsa dois tipos de peso: um pesado e outro leve. Não terão em tua casa dois tipos de medida: uma grande e outra pequena. Terás um peso íntegro e justo, medida íntegra e justa, para que os teus dias se prolonguem sobre o solo que lahweh teu Deus te dará. (Dt 25,13-15).

De acordo com Ceresko (1996, pp. 157-158), a passagem de uma confederação tribal para um estado territorial foi a causa da "estratificação" social e econômica. Ou seja, na confederação tribal, as estruturas e instituições eram dispostas de maneira a desencorajar o acúmulo de terras, de recursos e até mesmo de formação de grupos ou indivíduos com poder de decisão maior, para não encaminhar uma desigualdade social e econômica. No entanto, a desigualdade econômica aumentava quando a elite passava a ter o controle dos recursos da sociedade, ao recolher os impostos e implantar trabalhos forçados. Ao obrigar a população a trabalhos forçados, os dirigentes adquiriam uma renda "excedente" que lhes permitia levar uma vida de extravagância e, com isso, aumentava o poder social, político e econômico. Segundo ele, "dois sistemas socioeconômicos e políticos contrastantes cresceram lado a lado" conforme relato:

de uma parte, prosseguia a antiga organização tribal, principalmente na zona rural, entre as aldeias. Esse sistema era ideologicamente reforçado e apoiado pelas antigas tradições javistas. Pressupunha que a terra pertencia a lahweh, único rei de Israel, que concedia aos seus parceiros de aliança porções de terra suficientemente grandes para garantir uma vida satisfatória e produtiva para eles e para as suas famílias. De outra parte, esse sistema tradicional que persistia nas aldeias era suplantado e permeado pela estrutura estatal imposta pelo governo do estado centralizado com sua elite dirigente, sua burocracia e seu exército profissional. Esse sistema pressupunha que a terra era propriedade do rei (e também dos membros da classe dirigente), que distribuía porções dela a seus súditos e que podia expropriar a terra e expulsar seus proprietários à vontade, o que de fato faziam. (CERESKO, 1996, pp. 157,158).

Zabatiero (1996, pp. 38,39) declara que Miquéias denuncia especificamente os pecados do Estado contra o povo camponês e contra a comunidade (cf. Mq cap. 2 e 3). Uma sentença de caráter genérico em que denuncia Samaria de forma a compará-la com Judá. Fala do "crime" de Israel, que é Samaria, e dos "altos" de Jacó que é Jerusalém. Com isso o profeta

ênfatiza que o que estava em julgamento é a forma opressora com que o Estado governava a vida do povo. Naquele tempo, a idolatria praticada pelos estados implicava severamente na relação Estado-povo, pois cada cidade tinha seu próprio deus e suas formas de conduzir o povo, além do que a idolatria era vista como forma de manutenção do regime imperialista, devido à prática das tributações impostas ao povo que, por sua vez, levava à prática de uma teologia enganadora, onde não se conseguia enxergar o sofrimento do povo e nem discernir entre justiça e injustiça. Zabatiero (1996, p. 39) declara:

a teologia pode ser um instrumento de falsificação da realidade, um meio para enganar as pessoas, fazendo com que elas não consigam enxergar os verdadeiros problemas e suas verdadeiras causas. Quando o Estado 'trocava' de deus, ou trocava de conceito de Deus, mantendo o nome antigo da divindade, estava dizendo ao povo que a causa de sua miséria estava em 'outro mundo', e não na atuação do próprio Estado.

A prática da injustiça social e da idolatria culminaria num fim desastroso em consequência dos pecados praticados pelo Estado. Não era válida a honra e o louvor que os governantes poderosos dedicavam a Javé com seus lábios, se na prática da justiça para com o povo ou mesmo em pôr o projeto de vida de Javé em andamento não era praticado.

Para Zabatiero (1996, pp. 39-41), a função principal era enganar e esconder do povo as causas de sua situação miserável. Essa seria a causa pela qual o profeta Miquéias gritava por justiça, lembrando às cidades que o juízo viria, a ameaça do Império Assírio estava às portas e seriam derrotados pelos invasores, como castigo de sua desobediência. As cidades do interior de Judá estavam sofrendo devido ao pecado de Jerusalém. Com a invasão do exército assírio, muitas cidades foram destruídas, mataram-se muitas pessoas e o profeta Miquéias lamenta por toda essa situação. Ele chora amargamente pelo pecado do Estado e as consequências que o povo estava sofrendo por tudo isso, vê a situação da população rural e constata que o resultado dessa opressão militarista gerou duros encargos e forte opressão para a população.

Zabatiero (1996, pp. 48,49) constata que o povo camponês estava pagando mais impostos para sustentar o próprio exército, facilitando as condições de contratar mais mercenários estrangeiros para servi-lo, além de

contribuir também para o aumento de soldados, dos quais muitos saíam do meio do povo, ou seja, seus próprios filhos. Também os chefes de suas famílias eram privados do trabalho, do cuidado de suas terras e do convívio com suas famílias e mulheres conforme registro em Miquéias 2,6-11. O profeta Miquéias, portanto, condena o militarismo interno e o imperialismo assírio, pois o sofrimento e a exploração eram contra o povo simples das vilas, com todos os encargos de tributação, separação dos membros da família, de suas terras, destruição e mortes. Isso tudo devido à ganância, e a injustiça social do Estado opressor.

Segundo Kessler (2009, pp. 142-143), a crítica social tanto de Isaías como Miquéias (século VIII) fundamenta-se especificamente na:

Concentração de propriedades nas mãos de poucos (Is 5,8; Mq 2,1s). Nisso se trata de um processo dinâmico, que ainda não chegou a seu fim. A velha ordem, imaginada como ideal, de cada casa possa trabalhar sobre terra própria está sendo destruída. O meio para isso é o endividamento. O resultado é a perda de propriedade e liberdade dos antigos proprietários. Nisso Miquéias enfoca as mulheres e as crianças como vítimas deste desenvolvimento (2,9s). Diferentemente de Amós e Miquéias, em Isaías também 'viúvas e orfãos' são enquadradas como *personae miserae*, que são destituídos de seu direito (Is 1,21-26) e passam para o poder de outros (10,1s). O perfil da elite que é acusada pelos desmandos (Is 3,14s). Denúncias contra os poderosos econômicos (Mq cap. 2); 'cabeças e dirigentes' (Mq cap. 3). O quadro é completado com a denúncia de que esta elite leva uma vida de luxo (Is 5,11s).

Seguindo a mesma percepção, Bright (2003, pp. 337-338) concorda que tanto Isaías como Miquéias denunciam duramente os grandes proprietários de terras que usavam de mecanismos desonestos e expropriavam os pobres e disso temos registros em (Is 3,13-15; 5,1-7,8; Mq 2,1-9). O mais difícil para essas vítimas era que não tinham a quem recorrer, devido à corrupção dos juízes (Is 1,21-23; 5,23; 10,1-4; Mq 3,1-4,9-11). Os ricos viviam no luxo e não tinham interesse nenhum na situação dos menos afortunados (Is 3,16 a 4,1; 5,11,20-23). O clero corrupto, sacerdotes oportunistas, e os profetas buscavam rendimentos (Mq 3,5-8,9-11). A luxúria tomou conta por completo da nobreza (Mq 2,11; Is 28,7-16).

Bright (2003, pp. 349-350) afirma, a crise que a nação enfrentava não era apenas uma ameaça externa, física ou da dominação assíria, mas

necessitavam de uma reforma espiritual urgente. A mesma enfermidade que assolara o Israel do norte era também a mesma em Judá, com escalas menores. Os males socioeconômicos que estavam sendo praticados e a religião oficial de braços cruzados não faziam nada a respeito e, com isso, foi aumentando cada vez mais as extorsões assírias, a ponto de introduzirem seus deuses assírios na religião oficial. A estrutura fundamental da nação foi enfraquecendo e foram perdendo a força para lutar pela existência. Bright salienta que o desprezo por parte da Assíria, a infiltração de seus deuses na casa de lahweh trouxe à nação de Judá uma reação dupla e oposta:

uma confiança cega e fanática e uma infidelidade covarde – ambas igualmente destrutivas. Havia aqueles que, certos de que lahweh cumpriria suas promessas a Judá, mesmo que procedesse de maneira mais desregrada, sem medir consequências, levaram a nação a uma rebelião desastrosa e quase suicida. E havia aqueles que como Acaz, possivelmente porque achassem ilusória a confiança na teologia nacional (cf. Is 7,1-17), não viam outra maneira de salvar Judá a não ser fazer dele um instrumento a serviço da Assíria. É de se admirar que, depois que a submissão à Assíria trouxe somente miséria e a rebelião provou ser inteiramente infrutífera, não tenha ocorrido uma completa decepção com a teologia nacional e suas promessas; e, com isso, o abandono de tudo a pretexto do javismo. (BRIGHT, 2003, p. 351).

Schökel e Sicre (2002, pp. 1065-1066) afirmam que a situação de ordem social denunciada por Miquéias imperava por toda a parte no reino de Judá. Os poderosos se apossavam dos terrenos e das casas dos mais fracos, tratavam com crueldade suas mulheres, e os filhos eram vendidos como escravos (Mq 2,1-11). O povo era tão desprezado, que para os chefes e príncipes não tinham nenhum valor, eles preferiam amar o mal e aborrecer ao bem, conforme registro em Miquéias 3,1-4 que diz:

disse eu: Ouvi, agora, vós, cabeças de Jacó, e vós, chefes da casa de Israel: Não é a vós outros que pertence saber o juízo? Os que aborreceis o bem e amais o mal; e deles arrancais a pele e a carne de cima dos seus ossos; que comeis a carne do meu povo, e lhes arrancais a pele, e lhes esmieuçais os ossos, e os repartis como para a panela e como carne no meio do caldeirão? Então, chamarão ao Senhor, mas não os ouvirá; antes, esconderá deles a sua face, naquele tempo, visto que eles fizeram mal nas suas obras.

Os governantes que deveriam estar do lado do povo para julgar suas causas, vendiam-se aos que pagavam melhor valor. Contra eles Miquéias faz graves denúncias em decorrência do mau comportamento antissocial e pronuncia um terrível castigo (Mq 3,9-12).

A estrutura política de Judá era constituída de forma monárquica, assim como os outros reinos da época de Miquéias. Havia o rei, e abaixo dele, os príncipes, autoridades hereditárias das tribos e clãs. A obrigação dos "cabeças" e "chefes", como declara Miquéias no capítulo 3,1, era de exercer a justiça (mishpat) bem como ter conhecimento da lei e não usá-la para benefício próprio (Mq 3,9-11). A tribo sacerdotal também fazia parte do mesmo governo e, não havendo separação entre religião e estado, a adoração estava sob a autoridade do rei, porém as práticas cerimoniais eram dos sacerdotes. Além dessas autoridades, a classe dos profetas também fazia parte da mesma estrutura. O ministério profético dependia do chamado de Deus e muitos deles viviam de favores dos ricos e dos poderosos. Miquéias os acusa de falsos profetas devido a se submeterem ao recebimento de "presentes" em troca das mensagens que entregavam (Mq 3,11). Porém, a missão do verdadeiro profeta era manter o vínculo com o Deus que revelava e, com isso, autenticar o ministério. A situação socioeconômica da época estava no seu clímax de crescimento e foi nessa expansão que surgiram os novos ricos, e os pequenos proprietários foram desaparecendo à medida que esses novos ricos foram crescendo e acumulando bens. É nesse contexto que surge a voz do profeta conclamando para uma reforma na estrutura social, política e religiosa (BAKER; ALEXANDER; STURZ, 2006, pp. 164-166).

Percebe-se que no capítulo 3 de Miquéias as acusações são contra os líderes civis e religiosos que recebem a sentença condenatória sobre suas administrações e a forma como estavam oprimindo os povos, usando, para isso, suas ligações com as classes comerciais que estavam em ascensão para obtenção de lucros pessoais. Os líderes religiosos deveriam praticar a justiça e a correta aplicação da lei do direito do povo. E os profetas que possuíam a palavra de lahweh, agiam de maneira egocêntrica, visando somente ao próprio bem e temiam falar a verdade aos líderes. Miquéias, porém, anuncia seus crimes e pecados, mostrando seu comportamento ruim e distorções morais.

Para Pixley (2008, p. 61), o problema social que Judá estava enfrentando nos relatos do profeta Miquéias, não se limitava somente à casa de Davi, isto é, aos reis. Em Mq 1,10-16 vemos claramente o profeta pedindo a destruição das cidades da província de Judá, dentre elas, Laquish, Aczib e Gat. Essas cidades, com certeza, eram a base do “povo da terra, constituindo-se em firme apoio à casa de Davi, e onde viviam os latifundiários que exploravam e desapropriavam as terras dos camponeses”. Para Miquéias, Javé somente poderia efetuar uma libertação do povo se o mesmo se dispusesse a uma ação organizada e entendesse que tanto os reis davídicos, bem como os senhores das cidades provinciais, eram seus opressores. Necessário seria uma nova repartição das terras (Mq 2,4-5), quando os latifundiários teriam que deixar as terras e não mais fazer parte da nova repartição.

Balancin e Storniolo (1990, pp. 23,24) salientam que a estrutura da época de Miquéias, além de estar bem fundamentada, o controle da economia e parte das terras estavam nas mãos dos latifundiários que dominavam o controle do comércio sendo composta pelas forças políticas, jurídicas, econômicas e religiosas que estavam com suas bases nas cidades. O interesse era voltado para a "exploração do campo e dos camponeses". O dever dos chefes políticos era de proteger o povo e garantir seu bem-estar. Pois um governo “que enfraquece o povo está diretamente contra a sua função, principalmente quando esta lhe foi confiada pelo próprio povo”, esclarecem os autores acima. Miquéias também denuncia os assessores dos governantes que profetizam em troca de privilégios, dentre eles os profetas que tinham a incumbência de proteger o povo e ser porta-voz da justiça de Javé, mas que se omitem a cumprir sua missão de denúncia e aconselhamento junto aos governantes, alertando-os sobre a forma errada que governam, pois, agindo assim, desviam o foco da função original que era a preservação do direito do povo.

Diante de toda essa injustiça, o caminho tomado pelo profeta não seria outro senão o de gritar, denunciar e exigir que se fizessem transformações radicais na estrutura de um sistema que visa a beneficiar somente uns poucos e cuja maioria estava sofrendo e sendo empobrecida a cada dia com tantos encargos pesados em seus ombros. Com certeza, a sentença seria

condenatória, como podemos perceber: "Por isso, por culpa de vocês, Sião será arada como um campo, Jerusalém se tornará um montão de ruínas, e o monte do Templo será uma colina cheia de mato!" (Mq 3,12). O fim dessa ordem social injusta estava previsto, principalmente o de suas autoridades maiores. Seria a destruição da própria estrutura montada que beneficiava a poucos e oprimia a maioria da comunidade que, com o tempo de opressão, ficou à mercê de seus líderes. O profeta traz a realidade de se voltar ao projeto de vida de Javé, deixar de praticar a violência e voltar à fidelidade ao Deus da Aliança. Isso exigia das autoridades "praticar o direito, amar a misericórdia, caminhar humildemente com o seu Deus" (Mq 6,8) (BALANCIN e STORNILO, 1990, pp. 25-26).

Para os autores acima, quando as estruturas de um governo agem de maneira corrupta, a tendência é atingir toda a sociedade, age como uma reprodução que atinge todos os níveis e, com isso, a relação entre eles torna-se afetada e, com tudo isso, os autores tiram uma triste conclusão:

a moralidade das pessoas depende diretamente da ética do sistema em que elas vivem. Se o sistema é injusto, tende a criar a injustiça em todas as pessoas, pois uma árvore má não dá frutos bons. Não se trata de culpa pessoal, mas de reprodução que determina o pensamento e a ação. De alguma forma, todos se tornam cúmplices e responsáveis pela situação. (BALANCIN e STORNILO, 1990, p. 27).

Essa era a realidade do povo sofrido da época de Miquéias. Os que praticavam a injustiça estavam tão envolvidos na ganância que foi necessário o grito de denúncia do profeta para uma volta à realidade, pois seus atos faziam parte de suas vidas, tornou-se corriqueiro. "Essa gente tem mãos habilidosas para praticar o mal: o príncipe exige, o juiz se deixa comprar, o grande mostra a sua ambição. E assim distorcem tudo" (Mq 7,3).

Lopes (2010, pp. 26-28) destaca verdades importantes que Miquéias transmite ao proferir a mensagem de lahweh, mostrando ao povo e também a toda a liderança governamental da época, os males que sobreviriam por causa da violência e opressão que haviam implantado.

Primeira verdade: “As cidades eram redutos de pecado e opressão”.	Nelas concentravam-se centros do poder político, econômico, judiciário e religioso e com eles toda a maldade (Mq 1,5; 5,11; 6,9).
Segunda verdade: “Quando os maus governam, o povo geme”.	O direito do justo negado. O pobre oprimido e os ricos com sua cobiça e ganância (Mq 2,11; 3,3-5,11).
Terceira verdade: “O pecado atrai o juízo divino”.	Samaria cercada e levada cativa. Os ricos perderam suas casas, terras e os bens levados cativos para uma terra estranha. Jerusalém também mais tarde foi entregue nas mãos da Babilônia.
Quarta Verdade: “A decadência moral é a antessala do desastre político”.	Com a prática do pecado, Israel e Judá são dominadas pelo inimigo. “O pecado é o opróbrio das nações”.
Quinta verdade: “A soberania de Deus abrange não apenas o seu povo, mas todas as nações”.	Em Miquéias 1,2 retrata a soberania de Deus. Para o profeta é Deus quem controla o povo e as nações.
Sexta verdade: “A misericórdia de Deus é mais profunda do que o abismo mais profundo do pecado”.	“Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e o que o SENHOR pede de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a beneficência, e andes humildemente com o teu Deus” (6,8).
Sétima verdade: “O Deus do pacto é fiel à sua aliança”.	“Quem, ó Deus, é semelhante a ti, que perdoas a iniquidade e que te esqueces da rebelião do restante da tua herança? O SENHOR não retém a sua ira para sempre, porque tem prazer na benignidade. Tornará a apiedar-se de nós, subjugará as nossas iniquidades e lançará todos os nossos pecados nas profundezas do mar. Darás a Jacó a fidelidade e a Abraão, a benignidade que juraste a nossos pais, desde os dias antigos” (7,18-20).
Oitava verdade: “O futuro não é uma corrida rumo ao desconhecido, mas uma agenda traçada por Deus”.	Miquéias em suas predições anunciou a queda de Samaria em 722 a.C.; a destruição de Jerusalém, em 586 a.C.; o cativo babilônico de Judá. Previu também o nascimento do Messias na cidade de Belém (5,2).

2 ANÁLISE DE MIQUÉIAS 3,1-4

Conforme Zabatiero (1996, pp. 24,25), há muitos debates com relação à estrutura do livro de Miquéias e pode-se encontrar nas literaturas exegéticas quatro opções, como segue:

- 1) 1-3 / 4-5 / 6-7
- 2) 1-3 / 4-5 / 6,1-7,7 / 7,8-20
- 3) 1-2 / 3-5 / 6-7
- 4) 1-5 / 6-7

Primeira opção: 1-3; 4-5; 6-7: capítulos de 1 a 3 são compostos por oráculos, juízos, ficando de fora o capítulo 2,12-13, que é um oráculo de salvação exílico que foi introduzido pelos redatores. Na segunda parte, composta pelos capítulos 4-5, há oráculos de salvação exílicos e pós-exílicos. Os capítulos 6 a 7 contêm oráculos de juízos (6,1-7,7) e uma liturgia de esperança no capítulo 7,8-20. Esses dois capítulos (6-7) podem ser do período pré-exílico, talvez do reino do Norte e provavelmente não são de Miquéias.

O objetivo da segunda opção (1-3; 4-5; 6,1-7,7; 7,8-20) “é demonstrar com mais clareza o parentesco estrutural e temático das quatro partes do livro, o que fica obscuro com a primeira opção, que dá a entender que os cap. 6-7 possuem a mesma temática e conteúdo” (ZABATIERO, 1996, p. 25).

Continuando, Zabatiero (1996, p. 25) esclarece os principais problemas com essas duas opções acima:

- 1) Nessas duas compreensões da estrutura do livro, Mq 2,12-13 está ‘fora de lugar’; a não ser que este oráculo seja entendido como um oráculo de juízo e não como um oráculo de salvação – mas a maioria dos intérpretes não faz isso; 2) o critério usado para distinguir 1-3 de 4-5 é o critério redacional (1-3 são antigos; 4-5 são releitura exílica ou pós-exílica), o problema é que há uma continuidade temática entre os cap. 3 e 4, que tratam da destruição e restauração de Jerusalém; 3) a divisão em três ou quatro partes obscurece o paralelismo estrutural e de conteúdo entre os cap. 1-3 + 4-5, por um lado e 6,1-7,7 + 7,8-20, por outro.

A terceira opção apresentada 1-2 / 3-5 / 6-7 procura resolver os dois primeiros problemas que anteriormente foram apresentados, quanto ao lugar, e o critério redacional. Considera Mq 2,12-13 como oráculo de salvação. O livro é visto na estruturação juízo-salvação, tendo trechos longos de juízo e pequenos trechos de salvação e vice-versa. Porém, Zabatiero enfatiza que, além de não resolver o terceiro problema da divisão em três ou quatro partes, o paralelismo estrutural e de conteúdo cria mais dois problemas como veremos:

não há um paralelismo estrutural claro nas três seções. A divisão entre longo e pequeno trechos é totalmente desigual – sendo que Mq 2,12-13 continua sendo um problema, é pequeno demais em comparação com as seções de esperança em 4-5 e 7,8-20; quebra a coesão temática entre os cap. 2 e 3 e, conseqüentemente, a unidade dos cap. 1-3. (ZABATIERO, 1996, p. 25).

Segundo Zabatiero (1996, p. 26), a quarta opção apresentada 1-5; 6-7 é a mais adequada pois, além de resolver os problemas relativos ao lugar, critério redacional, divisão em três ou quatro partes, divisão em trechos longos e pequenos e coesão temática, permite-nos “perceber o arranjo estrutural redacional do livro, independentemente das questões cronológicas envolvidas no processo de redação do mesmo. Torna-se evidente o paralelismo temático e estrutural das duas partes. Ao mesmo tempo, não obscurece as diferenças de estilo e vocabulário” (1996, p. 26). Esclarece ainda que essa divisão permite-nos entender o motivo das inserções redatoriais em 1,2 e 6,1. Versos estes que não pertencem às perícopes nas quais estão anexados, pois o tema tratado é sobre as “nações” e eles estão nos oráculos que falam sobre povo de Deus (Samaria e Jerusalém) e no outro oráculo que trata sobre “meu povo”. Zabatiero (1996, p. 26) afirma que:

[...] 1,2 e 6,1 funcionam como aberturas das duas grandes partes do livro e servem para vincular o destino de Judá com o destino das nações. Possuem um importante papel teológico e revelam a tendência traditiva à qual pertenceram os redatores finais do livro – o movimento deuteronomista.

Schökel e Sicre (2002, pp. 1069,1070) concordam em limitar a estrutura de Miquéias em dois atos: “o primeiro focalizado na teofania (caps. 1-5), o segundo no julgamento (caps. 6-7)” que assumiria a seguinte estrutura:

A. A teofania e as suas consequências (cap. 1-5)

A manifestação punitiva de Deus (cap. 1)

- repercussão na natureza (3-4)
- repercussão em Samaria (6-7)
- repercussão em Judá (8-16)

A justificação do castigo (caps. 2-3)

- denúncia dos latifundiários (2,1-5)
- e discussão com os profetas (2,6-13)
- denúncia das autoridades (3,1-4)
- e acusação aos falsos profetas (3,5-8)
- denúncia de juízes, sacerdotes e profetas (3,9-11)
- e sentença final: condenação de Jerusalém (3,12)

A superação do castigo (caps. 4-5)

- no futuro, não agora (caps. 4-5)
- não vem de Jerusalém (4,8), mas de Belém (5,1-3)
- não cruel, mas benéfica para todos (5,4-8)
- requer a purificação (5,9-14)

B. O julgamento de Deus (caps. 6-7)

Convocatória e acusação de ingratidão (6,1-5)

Rejeição do culto e exigência de justiça e fidelidade (6,6-8)

- não há justiça (6,9-16)
- não há fidelidade (7,1-6)

Aceitação do castigo divino, reconhecimento do pecado e certeza do perdão (7,7-20).

Por sua vez Amsler et al. (1990, p. 123) afirma que a estrutura de Miquéias compõe-se de duas partes e cada uma dessas partes contém uma série de ameaças seguidas de promessas, como segue:

Julgamento		Salvação
Caps. 1-5	Caps. 1-3	Caps. 4-5
Caps. 6-7	Caps. 6,1-7, 6(7)	Caps. 7,8-20

Segundo os autores acima:

a questão da história do livro de Miquéias permanece aberta. É certo, contudo, que um dos elementos fundamentais de sua pregação é constituído pelos capítulos 1-3. É provável também que os capítulos 6-7 contêm outras contribuições do profeta; não se exclui que, ao lado do processo contra Jerusalém, Miquéias tenha encarado uma recuperação do povo de Iahweh, de uma forma ou de outra. Uma passagem de Mq 5,1-3 (?) que se refere a Belém, de onde saiu Davi, e não a Jerusalém, definitivamente condenada (3,12), poderia ser autêntica ao passo que outros fragmentos como 4,1-4; 7,8-20 etc., provavelmente, são secundários. (AMSLER et al., 1990, pp. 123,124).

Encontramos em Miquéias 3,1-4 o anúncio de um novo oráculo. O profeta levanta sua voz contra toda a liderança corrupta de Jerusalém (“Ouvi pois chefes” Mq 3,1). A maldade estava impregnada e atingia as autoridades civis e religiosas (chefes, magistrados – profetas e sacerdotes). A condenação era por má administração e também porque os líderes haviam cedido às exigências da classe comercial dominante por estarem obtendo lucros para benefício próprio. A mensagem é dirigida especificamente aos líderes de Jacó e aos chefes da casa de Israel que eram os responsáveis por “distribuir ou o fazer respeitar a justiça” (LOPES, 2010, pp. 71-73).

Concordando com o autor acima, Silva (1998, pp. 124,125) afirma que Miquéias, nesta perícopa, usa uma linguagem dura e precisa ao acusar as autoridades de Jerusalém como sendo responsáveis pela crise pela qual o país estava passando. Eles não se preocupavam em exercer a justiça e muito menos em respeitar o direito do pobre. Nas palavras de Silva: “[...] eram colocados na panela e cozinhados pelos poderosos de turno”.

De acordo com Baker, Alexander e Sturz (2006 pp. 179,180), a mensagem desta perícopa de Miquéias tem profundidade devido ao conceito que ele possui de Deus. Para os autores, o pensamento de Miquéias é centrado no caráter e vontade revelada de Deus. Ao fazer as acusações contra

a liderança sobre o pecado que estavam cometendo, Miquéias declara firmemente que os mesmos estavam violando a lei de Deus. A opressão praticada e a injustiça social eram vistas como uma “rejeição ao padrão divino” (3,1-3,9), com certeza uma afronta ao Deus que firmou a aliança com seu povo (6,3).

Segundo Zabatiero (1990, pp. 65,66), esta perícopé apresenta forma literária de um oráculo de juízo, contendo seções de denúncia e ameaças. O autor afirma que:

quanto à redação, o oráculo não apresenta sinais de ter sido adaptado por um processo de releitura. Cabe ressaltar que boa parte dos comentaristas vê o cap. 3 como uma unidade independente do cap. 2, pois consideram que não há continuidade temática – independente da validade de todos os detalhes da reconstrução sociológica oferecida –; o cap. 3 tematiza as instituições sociais que legitimam o processo de acumulação de terras denunciado no cap. 2, a saber: ‘agentes recrutadores’ do Estado, tribunais, profetas e sacerdócio.

Schökel e Sicre (2002, pp. 1082,1083) analisam a perícopé como uma continuação temática do capítulo 2 e que em Mq 4,1 começa algo novo. Os “versículos constituem interrupção típica dos falsos profetas”, conforme os autores declaram:

[...] em tal hipótese, pode ter sido conservado e até composto por Miquéias, imitando seus adversários. O que deteriora semelhante promessa não é o conteúdo, e sim a sua inoportunidade; semelhante promessa nesse momento é impedir a conversão. Se quisermos ler estes vv. como promessa aos sobreviventes do reino do norte (compare com Jr 31), então trata-se de um oráculo autônomo, sem relação com o contexto imediato. Estas possibilidades de leitura não alteram o teor do texto nem o seu significado abstrato. A imagem é pastoril: Javé é dono e pastor (Sl 23); o rei pode ser o seu maioral ou cabresto; as ovelhas constituem rebanho compacto e ruidoso, elas saem do aprisco em direção a pastagens escolhidas. [...] Javé chefia a marcha em direção à pátria. São estas semelhanças significativas que sugerem a origem durante o exílio; poder-se-ia tratar do exílio dos israelitas depois do ano 720? (SCHÖKEL e SICRE, 2002, p. 1082).

Schökel e Sicre (2002, p. 1083) também salientam que o oráculo dirigido aos chefes de Israel = Jacó poderia referir-se ao reino do norte, mas também com “designação genérica do povo eleito”. Constatamos nos seguintes capítulos de Miquéias:

Tudo isso por causa da prevaricação de Jacó e	Certamente te ajuntarei todo inteiro, ó Jacó;	Mas, decerto, eu sou cheio da força do Espírito do
---	---	--

<p>dos pecados da casa de Israel; qual é a transgressão de Jacó? Não é Samaria? E quais os altos de Judá? Não é Jerusalém? (1,5)</p>	<p>certamente congregarei o restante de Israel; pô-los-ei todos juntos, como ovelhas de Bozra; como rebanho no meio do seu curral fará estrondo por causa da multidão dos homens. (2,12)</p>	<p>SENHOR e cheio de juízo e de ânimo, para anunciar a Jacó a sua transgressão e a Israel o seu pecado. Ouvei agora isto, vós, chefes da casa de Jacó, e vós, maiores da casa de Israel, que abominais o juízo e pervertem tudo o que é direito, edificando a Sião com sangue e a Jerusalém com injustiça. (3,8-10)</p>
--	--	---

2.1 VERSÍCULO 1

Disse eu: Ouvei, agora, vós, cabeças de Jacó, e vós, chefes da casa de Israel: Não é a vós outros que pertence saber o juízo?

Conforme definição de Feinberg (1998, p. 91) este versículo começa com verbo ('amar) raiz primitiva; dizer (usada com grande amplitude); significando apontar, afirmar, mandar, desafiar, acusar, etc. *Disse eu*: como se Miquéias se dirigisse aos cabeças de Jacó, aos chefes da casa de Israel, dessa forma: aponto eu; ou afirmo eu; ou com mais precisão, acuso eu: líderes, não cabe a vocês, homens responsáveis pela administração, que lideram, conhecer e ter a justiça, a retidão, a observância da lei como algo primeiro, de suma importância?

A expressão “chefes” (qatsin), por sua vez, designa o homem responsável pelo recrutamento, um administrador dentro do exército. Parece denotar aquele no comando (em paralelo com “cabeças”, Mq 3,1,9) de um exército (Js 10,24) ou de pessoas (i. e., como um líder político; cf. Is 1,10; Mq 3,1)” (VAN GRONINGEN, 1998 p. 1359).

Esses eram apontados por Miquéias como os responsáveis por toda a situação de opressão do povo. Cabia a eles o dever e o cumprimento do direito, da justiça, da prática do bem, e do respeito para com o povo vulnerável e sem liderança que os defendesse.

Baker, Alexander e Sturz (2006, pp. 216, 217) afirmam que a expressão *Disse eu* é obscura, podendo ser interpretada de diversas maneiras. Como o livro é constituído de resumos das profecias a expressão “Disse eu” é melhor entendida como uma introdução daquilo que Miquéias anteriormente havia falado aos líderes de Judá. Quando o profeta chama a atenção para “ouvi”, não é apenas condicionado a escutar e, sim, a obedecer ao mandamento de Deus conforme registro em Miquéias 1,2; 3,9; 6,1,9 que diz:

<p>Ouvi, todos os povos, presta atenção, ó terra, em tua plenitude, e seja o Senhor JEOVÁ testemunha contra vós, o Senhor, desde o templo da sua santidade. (1,2)</p>	<p>Ouvi agora isto, vós, chefes da casa de Jacó, e vós, maiores da casa de Israel, que abominais o juízo e perverteis tudo o que é direito, (3,9)</p>	<p>Ouvi, agora, o que diz o SENHOR: Levanta-te, contende com os montes, e ouçam os outeiros a tua voz. A voz do SENHOR clama à cidade, e o sábio verá o teu nome: Ouvi a vara e quem a ordenou. (6,1,9)</p>
---	---	---

O “ouvir” era direcionado aos cabeças, chefes, pertencentes à classe alta que se compunha de dirigentes civis e militares de Israel e a eles pertencia conhecer e saber o juízo. Baker, et al. (2006 p. 217) descreve:

a própria posição que ocupavam na sociedade exigia que tivessem um profundo conhecimento da lei (cf. Dt 17,18-20; 31,9-13,24-26). Entretanto, ‘saber’ tem aí sentido muito maior que mera cognição intelectual. Significa prestar atenção no objeto conhecido, dar-lhe o devido valor e interessar-se por ele. ‘Juízo’, ou justiça, também é mais que simples ministração correta da lei. *Mishpat* é isso, mas também é o estabelecimento de relações corretas entre os homens, especialmente entre o rico e o pobre. Portanto é uma referência ao interesse especial nos fracos, à solidariedade para com eles e à dedicação a eles quando são levados ao tribunal. Daí que o juízo que eles têm de ‘saber’ é o oposto da opressão social condenada no capítulo 2, da violência social que os líderes ajudavam e incentivavam (cf. Am 5,4-6; Lc 14,26).

Lopes (2010, p. 74,75) afirma ser obrigação do magistrado o conhecimento do juízo e foi exatamente por isso que Miquéias chamou a atenção dos mesmos. Era dever exercer a justiça, pois foram constituídos por Deus para a função. Deveriam “praticar o bem e coibir o mal” (Rm 13,4). Miquéias denuncia “a corrupção do exercício da justiça nos tribunais, em função de interesses econômicos dos participantes nos julgamentos e, nos

casos em que os juízes não eram diretamente envolvidos, envolvia a prática de aceitar suborno para favorecer os ricos”.

Para Zabatiero (1990, pp. 66,67), a expressão “eu digo” servia para reforçar a identidade do profeta, tendo a mesma função da expressão “eu, porém” no versículo 8. Nesse versículo, Miquéias declara estar “cheio de justiça”, e por isso chama a atenção dos chefes e dirigentes para ouvirem o que tinha a falar. A palavra dirigida é contra os “chefes de Jacó” e “governantes da casa de Israel”, visto também em (Mq 3,9). tais acusados estavam encarregados da administração da justiça nos tribunais locais das cidades, recrutamento militar (e corveia), e alguns textos bíblicos indicam isso (Ex 18,25; Js 10,24; Jz 11,6,11; 2Cr 19,4-11; Dt 16,18-20; Is 1,23). Zabatiero salienta:

não sabemos ao certo se, em todas as cidades de Judá esses cargos eram preenchidos pelas mesmas pessoas ou não. O fato de aparecerem em paralelismo e, nesta perícopa, serem acusados apenas de distorcer o direito, dá a entender que são funções diferentes exercidas pelas mesmas pessoas. Este, com certeza, seria o caso das cidades fortificadas, nas quais a população era composta apenas de militares e pessoal ao seu serviço, e que serviam de abrigo para as populações camponesas das vizinhanças, em caso de invasão estrangeira. Em cidades não militares, as pessoas mais influentes seria as prováveis ocupantes desses cargos, exercendo as funções política e jurídica, às ‘portas’ da cidade (ZABATIERO, 1990, pp. 66,67).

No capítulo 3 de Miquéias, os vários denunciados, os “acumuladores de terras” poderiam ocupar tais funções. Não importando as “diferenças regionais, essas pessoas – “chefes” e “governantes” – representavam o poder estatal e possuíam a autoridade política e jurídica em suas regiões”. Quando Miquéias indaga aos chefes e governantes a respeito de conhecer o direito, a resposta dos mesmos deveria ser positiva, pois cabia a eles o cumprimento correto dos julgamentos aos quais presidiam. O verbo “conhecer” nesse versículo tem o sentido de capacidade e habilidade no cumprimento das leis judiciais, ou seja, envolvia o conhecimento do Código da Aliança (ZABATIERO, 1996, p. 67).

Os chefes e governantes eram responsáveis pelo total cumprimento das leis, ou seja, deveriam efetuar julgamentos justos e honestos nos tribunais aos quais presidiam. No entanto. ao invés de cumprirem com suas obrigações,

estavam envolvidos em práticas desonestas de suborno com interesses econômicos corrompendo, assim, os tribunais e deixando de praticar o direito.

Segundo Maillot e Lelièvre (1980 pp. 72-75), Miquéias chama a atenção de duas categorias de israelitas: os chefes e profetas. O termo hebraico que corresponde a “chefe” significa “cabeça”. São todos aqueles possuidores de algum poder, responsáveis por fazer respeitar a justiça e poderiam ser os ministros, os funcionários reais, juízes e talvez os sacerdotes. Segundo os autores acima, as autoridades eram:

[...] sucessores de Moisés que, à frente de Israel, recebeu do Senhor a lei e o direito para revelá-lo ao povo eleito. Com o ‘saber’ sucede, portanto, o mesmo que com o ‘poder’. Ele não é recebido para um uso exclusivamente pessoal, mas para ser comunicado. O poder é concedido para fazer reinar a justiça; o saber, para ensinar e explicar a mesma justiça. Mas com o saber se dá o mesmo com o poder; aquele que o recebe tem a tendência de servir-se dele para alienar os outros, para exercer pressão, para fazer aceitar sem crítica o que ele ensina. (MAILLOT e LELIÈVRE, 1980 p. 75).

2.2 VERSÍCULO 2

Os que aborreceis o bem e amais o mal; e deles arrançais a pele e a carne de cima dos seus ossos;

Conforme Zabatiero (1996 p. 68), Miquéias, ao pronunciar a palavra aos magistrados, trata-os como inimigos, pois odeiam o bem e amam o mal:

[...] este par – bem e mal – é muito comum na literatura sapiencial (Pv 1,22; 9,8; 12,1; 13,24; Sl 34,14; 37,27), e é usado pelos profetas do VIII século em referência à corrupção dos tribunais (comp. Is 1,17). No âmbito judicial, amar o mal e odiar o bem corresponde a emitir sentenças injustas, favorecendo os culpados e prejudicando os inocentes. No uso mais amplo, ‘bem’ e ‘mal’ são termos genéricos que se referem ao ‘certo/errado’, concretamente, indicam, respectivamente, a justiça decorrente da não obediência à vontade do Senhor. Em uma chave mais sociológica, o bem denota a vida digna e livre das famílias na terra dada por Javé, enquanto o mal corresponde ao rompimento da vida comunitária das aldeias camponesas. O ‘bem’, podemos então dizer, corresponde à tradição teológica rural, enquanto o “mal” remonta à ideologia estatal que legitimava a opressão do campesinato.

Lopes (2010 p. 75), por sua vez, informa-nos que os magistrados inverteram os papéis e fizeram o contrário daquilo que o cargo que ocupavam exigia. Ao invés de praticar a justiça, tornaram-se corruptos. Ao invés de protegerem os fracos, oprimiam com toda maldade. Em vez de promover o bem e coibir o mal, fizeram o contrário, amaram mais o mal e odiaram o bem com suas práticas errôneas.

Ao concordar com o exposto acima, Baker, Alexander e Sturz (2006, p. 217) confirmam que os líderes realmente fizeram o oposto da exigência oficial de seus cargos. Os verbos “aborrecer” (odiar) e “amar” mostram claramente que o pecado deles não era a “indiferença”, mas, conforme o autor acima: “tinham torcido os valores morais (cf. Is 5,20 e Am 5,14-15).

<p>Ai dos que ao mal chamam bem e ao bem, mal! Que fazem da escuridade luz, e da luz, escuridade, e fazem do amargo doce, e do doce, amargo! (Is 5,20)</p>	<p>Buscai o bem e não o mal, para que vivais; e assim o SENHOR, o Deus dos Exércitos, estará convosco, como dizeis.</p> <p>Aborrecei o mal, e amai o bem, e estabelecei o juízo na porta; talvez o SENHOR, o Deus dos Exércitos, tenha piedade do resto de José. (Am 5,14-15)</p>
--	---

As consequências dos atos dos líderes trouxeram ao povo de Javé, feridas incuráveis. Eles foram vítimas de tratamento brutal por parte desses governantes, “arrancais a pele, e a carne de seus ossos”, essa foi a expressão dura que o profeta pronunciou. Baker, Alexander e Sturz (2006, p. 218) declaram:

no mínimo, a figura mostra o abate e o preparo de animais para serem comidos. Ou bem pode ser que Miquéias esteja-nos descrevendo a prática repulsiva do canibalismo (cf. 2 Rs 6,28-30). De qualquer maneira, os fracos tornaram-se nada mais que objetos para satisfazer a fome dos poderosos. Estes não apenas tosquiaram as ovelhas sob seus cuidados, mas também as comeram (cf. Zc 11,16), Ezequiel, cem anos depois, volta a essa figura e a desenvolve (Ez 11,7; 24,3-14; 34,2-3).

Para Maillot e Lelièvre (1980 p. 76), o ato de “arrancar a pele e a carne dos ossos” era uma descrição autêntica dos atos de crueldade dos “chefes”, que usavam de seus privilégios para a prática do mal. Segundo os autores é comparado com: “[...] o repasto dos animais selvagens e das aves de rapina;

um desses repastos no qual, após arrancar a pele, tira-se o último pedaço de carne dos ossos que, em seguida, são quebrados para se aproveitar também a medula. Cães não fariam tanto”.

2.3 VERSÍCULO 3

Que comeis a carne do meu povo, e lhes arrancais a pele, e lhes esmieuçais os ossos, e os repartis como para a panela e como carne no meio do caldeirão?

Segundo Lopes (2010 pp. 75,76) o pecado dos magistrados foi um “pecado contra os indefesos, os magistrados tornaram-se canibais, eles agiram como antropófagos”. No pensamento do autor, os magistrados civis viram o povo de Deus não como ovelhas, das quais deveriam cuidar e dar o melhor pasto, mas, sim, como ovelhas das quais se deveria tosquiar a lã, comer-lhe a carne e quebrar-lhe os ossos. Para o autor essa é uma “linguagem nua e crua que retrata a crueldade com que os ricos magistrados tratavam os pobres”. Essa era a dura realidade do povo que:

sendo oprimidos e injustiçados, ao recorrerem a tribunais para se defender contra a opressão, nada encontravam a não ser mais opressão. Como resultado dessa corrupção dos tribunais, os pobres são como esfolados, cozidos e devorados por aqueles que deveriam defender o seu direito. Assim, as pessoas investidas de autoridade para impedir a injustiça acabam participando do próprio crime que deveriam coibir. Quando o valor da vida de uma pessoa ou de uma comunidade é o dinheiro, quando se vive tão somente em função do ganho, a sensibilidade se esvai e entra em colapso. Então, o ser humano nada mais vale. O que vale é sua utilidade, como arrancar alguma coisa dele. (LOPES, 2010, p. 76).

Ao analisar esse verso, Zabatiero (1990, pp. 68,69) salienta que o tom da linguagem de Miquéias muda agora, saindo do âmbito jurídico e utilizando metáforas culinárias e palavras pertencentes à alimentação. O tema central ainda continua sendo de opressão, o povo está sendo “espoliado”, ou seja, desapoderado de todo direito de permanecer nas suas terras. Segundo o autor,

podemos ver os mesmos tipos de metáforas em (Sl 14,4; 27,2; Pv 30,11-14).

Para Zabatiero (1996, p. 69):

os exemplos [...] são particularmente instrutivos, pois denotam exatamente a inversão de valores que ocorre em uma sociedade, quando a vida humana fica subordinada aos interesses político-econômicos. Até hoje estas metáforas são utilizadas pelas pessoas duramente oprimidas, ou em grande sofrimento. A indignação cresce à medida em que se percebe que as pessoas investidas de autoridade para impedir a injustiça acabam participando do próprio crime que deveriam coibir.

2.4 VERSÍCULO 4

Então, chamarão ao Senhor, mas não os ouvirá; antes, esconderá deles a sua face, naquele tempo, visto que eles fizeram mal nas suas obras.

Os que praticam o mal gritariam por socorro, porém Javé não os ouviria. O verbo “clamar” embora seja frequente em ambiente jurídico é mais comum na liturgia. Porém ao elevar o clamor, o povo de Javé, com certeza, seria ouvido, e os inimigos deles poderiam clamar que Javé não os ouviria, esconderia a sua face, “nem sequer estará disponível para ouvi-los em suas liturgias de lamento” (cf. Sl 13,2; 22,5; Am 5,21-24; Is 1,10-15). Segundo Zabatiero afirma, a “ameaça incorpora um elemento de denúncia por causa da maldade dos denunciados [...] pois consideravam o povo de Javé, os herdeiros das suas promessas, e os agraciados pela sua poderosa mão (cf. 2,6). Com certeza não eram nada disso aos olhos de Javé, eram os praticantes da maldade contra o povo conhecido como “povo de Javé” e, no meio deles, Javé não habitava (cf. Mq 3,11) (ZABATIERO, 1990, pp. 69,70).

Na análise de Lopes (2010 pp. 76,77), esse versículo anuncia a punição contra os magistrados civis. Mesmo que eles escapassem da justiça humana, jamais escapariam da justiça divina. Segundo o autor, a punição dos magistrados envolve duas características:

- 1) *A punição é inevitável.* Ao praticarem o mal, as consequências seriam inevitáveis, por isso a punição, com certeza,

viria. Miquéias diz que “chamarão ao Senhor, mas não os ouvirá”. Os amantes do mal, neste dia, não serão ouvidos e nem atendidos em seu clamor.

2) *A punição é proporcional à culpa.* Os magistrados civis, quando não cumpriram seus papéis de defensores do povo de Deus, ao invés disso, abandonaram-no e oprimiram-no, provaram de seu próprio veneno, colherem o que semearam. Não foram ouvidos quando clamaram, Deus recusou-se a atendê-los. “O que tapa o seu ouvido ao clamor do pobre também clamará e não será ouvido” (Pv 21,13) (cf. Ex 22,20-21).

Em Êxodo 22,21-27 encontram-se as leis referentes à proteção dos desamparados, viúvas, órfãos e pobres em geral. Essas leis são importantes e os governantes, chefes, deveriam cumprí-las em benefício dessas pessoas. (COLE, 2008, p.168).

Em Deuteronômio 24,17,18 há relatos referentes à prática da justiça para com todos os indefesos: estrangeiro, órfãos, viúvas, fracos e pobres. O dever de implantar a justiça não era somente dos reis (Sl 72; 12-14), mas de toda a sociedade (Dt 10,18; 27,19; Ex 22,22). (THOMPSON, 2008, p.238).

Baker, Alexander e Sturz (2006, p. 218), por sua vez, registram que esse versículo aponta uma profecia para o futuro, o mesmo dia de juízo divino pronunciado em Mq 2,3-4 e 10 que diz:

portanto, assim diz o Senhor: Eis que projeto mal contra esta família, do qual não tirareis a vossa cerviz; e não andareis altivamente, porque o tempo será mau. Naquele dia, se criará contra vós outros um provérbio, se levantará pranto lastimoso e se dirá: Estamos inteiramente desolados! A porção do meu povo, Deus a troca! Como me despoja! Reparte os nossos campos aos rebeldes! Levantai-vos e ide-vos embora, porque não é lugar aqui de descanso; ide-vos por causa da imundícia que destrói, sim, que destrói dolorosamente.

Essa profecia foi cumprida mais de cem anos depois, com a queda de Jerusalém e o cativeiro babilônico. Esses líderes tiveram tempo para meditar nas palavras de Miquéias, e, ao que tudo indica, parece que os mesmos taparam os ouvidos e não deram atenção às palavras do profeta. Segundo os

autores acima afirmam, é por isso que clamarão naquele dia e não serão ouvidos:

clamarão por misericórdia e por ajuda externa. *Mas não os ouvirá.* Eles julgaram erradamente o caráter de Deus. Quando o juízo vier, a hora da graça terá passado. Eles interpretaram sua fidelidade bondosa como um sinal de imobilidade. Mas chegará o dia em que a iniquidade deles atingirá o limite (Gn 15,16). Aí então o juízo substituirá a graça. Eles não deram ouvidos ao clamor dos pobres, agora Deus se recusará a dar ouvidos ao clamor deles (Pv 21,13). *Esconderá deles a sua face.* No Antigo Testamento é sinal de favor quando Deus levanta o rosto (Nm 6,26) e de desfavor, quando ele o esconde (Dt 31,17-18; Is 8,17). De modo que o juízo mais duro será o silêncio pesado do Deus a quem ofenderam (Is 59,1-2). (BAKER; ALEXANDER; STURZ, 2006, pp. 218, 219).

Certamente que os homens acusados por Miquéias são líderes importantes, respeitáveis e religiosos que, acima de tudo, deveriam honrar os cargos que tinham e assumir uma posição de defensores do povo de Javé.

3 OS AGENTES DA VIOLÊNCIA E SUAS FORMAS DE OPRESSÃO

3.1 VISÃO GERAL DAS AUTORIDADES DENUNCIADAS

As autoridades denunciadas pelo profeta Miquéias são desde príncipes, que abusavam de seu poder, a nobres que roubavam os pobres, juizes que aceitavam suborno, profetas que adulavam ricos, e sacerdotes que ensinavam para benefício próprio. A corrupção era devastadora, tanto na política como na economia, e eram abafadas pelos juizes, sacerdotes e profetas. Todos os valores éticos e morais passavam ao largo diante dessas autoridades. Os pobres, diante dessa situação, não possuíam nem voz e nem vez. Os ricos, envolvidos pela ganância, assaltavam os pobres indefesos, não lhes permitindo a defesa. Os tribunais eram comprados por suborno. “O descalabro moral atingiu toda a sociedade” (LOPES, 2010, p. 21).

Conforme Hahn (1996 p. 10) esclarece, podemos perceber em Miquéias um grupo grande de autoridades que são denunciados pelas mais variadas formas de violência que praticam contra o povo sofrido e indefeso. São eles:

- ✓ A denúncia em 2,1-5 mostra a cobiça e o roubo de terras e opressão praticados por um grupo de poder.
- ✓ 2,6-11 lembra os falsos profetas. Sua “profecia” culmina em até tirar o manto do pobre e expulsar e separar mulheres (mães) e filhos de suas casas.
- ✓ 3,1-4 traz uma acusação contra os chefes e magistrados que não praticam o direito para com aquele que dele necessita.
- ✓ Em 3,5-8, o profeta de Javé volta a acusar os profetas que seduzem que desorientam.
- ✓ 3,9-12 traz acusações contra chefes, magistrados, sacerdotes e profetas. Denuncia-se que o direito não é um princípio respeitado;

Sião está sendo edificada com sangue! Muitas injustiças se cometem em Jerusalém.

Lopes (2010, pp. 82-84) nos relata que Miquéias desmascara todos os agentes da violência que estavam no poder, armados de um esquema cruel para a exploração do povo. A política e a religião encontravam-se de mãos dadas com as piores motivações. Os chefes estavam envolvidos no mais vergonhoso esquema que incluía assaltar o direito do povo, deixando-o cada vez mais empobrecido, enquanto que os mesmos desfrutavam das riquezas adquiridas injustamente. Segundo Lopes (2010, p. 83):

os cabeças e chefes estavam vivendo pelo avesso. Eles se corromperam a tal ponto que inverteram a ordem das coisas. Eles deviam amar o juízo e fazer tudo o que era direito; porém, abominaram o juízo, e perverteram tudo o que era direito. Eles se corromperam em grau superlativo. Eles não apenas se despojaram dos verdadeiros valores morais, mas se vestiram com as roupagens da violência.

A corrupção era tanta que os cabeças e chefes, enquanto o povo trabalhava duro para conseguir pagar os tributos e impostos, acumulavam cada vez mais riquezas, casa a casa, campo a campo conforme relato em Is 5,8 que diz: “Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem herdade a herdade, até que não haja mais lugar, e fiquem como únicos moradores no meio da terra!”. Os governantes viviam todo esse luxo à custa de sangue inocente, estavam construindo as cidades mediante roubos e explorações (Jr 22,13; Ez 22,27; Hc 2,12). Os chefes e cabeças de Jerusalém eram vistos como canibais, ou seja, tão selvagens como as feras do campo. Miquéias não fica encantado com o luxo de Jerusalém, mas, sim, indignado com o sofrimento do povo. “O direito do justo era negado. O inocente saía derrotado dos tribunais. Os poderosos corruptos, blindados pela armadura do poder econômico, escapavam ilesos. O poder judiciário estava a serviço de seus nefastos interesses” (LOPES, 2010, p. 84).

De acordo com Amiot e Grelot (2008, p. 85), as autoridades eram dotadas de poder, porém não somente de capacidade política, mas, muito além, eram enviados religiosos, mediadores, com a “missão de fazer de Israel um reino sacerdotal e uma nação santa” (Ex 19,6). Os chefes políticos e

espirituais eram depositários de um poder de natureza espiritual sob a delegação divina, como foram Moisés, os profetas, e os sacerdotes. Os autores esclarecem:

[...] Israel é também uma comunidade nacional, um estado dotado duma organização política. Esta teocracia, pois o poder nela se exerce ainda em nome de Deus, seja qual for a sua forma: poder dos anciãos que assistem a Moisés (Ex 18,21ss; Nm 11,34s), dos chefes 'carismáticos' como Josué e os Juízes, dos reis enfim. A doutrina da aliança supõe assim uma estreita associação dos dois poderes, e a subordinação do político ao espiritual, de acordo com a vocação nacional. Daí, na prática, conflitos inevitáveis: de Saul com Samuel (1 Sm 13,7-15), de Acab com Elias (1 Rs 21,17-24), e de tantos outros reis com os profetas contemporâneos. Assim, no povo de Deus, a autoridade humana é ameaçada pelos mesmos abusos que em toda a parte alhures. Razão a mais para que esteja sujeita ao julgamento divino: o poder político da realeza israelita acabará soçobrando na catástrofe do exílio. (AMIOT e GRELOT, 2008, p. 85).

Sicre enfatiza que Miquéias e os demais profetas atacam os grupos que detêm algum tipo de poder político, econômico ou social. Dentre os grupos, os chefes políticos e militares também são alvos, os oficiais do rei, os anciãos, os juízes. Em Oseias, as críticas contra esses grupos, dizem respeito à violência e ao sangue derramado por suas ambições e lutas de partido (Os 5,10; 7, 3, 5,16; 9,15). Em Isaías ocorrem os confrontos mais duros, quando é condenada a política de aliança que fazem com o Egito (Is 30,1-5; 31,1-3), e concentra-se também, em Jeremias, duras críticas em diversas situações (SICRE, 2008, pp. 132,133).

3.2 PROPRIETÁRIOS DE TERRAS

O texto de Miquéias 2,1-2 é enfático: “Ai daqueles que, nas suas camas, intentam a iniquidade e maquinam o mal; à luz da alva o praticam, porque está no poder da sua mão! E cobiçam campos, e os arrebatam, e casas, e as tomam; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança”. Os denunciados possuíam de alguma forma “poder” e, com isso,

praticavam o mal e a injustiça que foram planejadas de antemão. O crime praticado pelos mesmos eram cobiçar campos, casas e tomá-los, à força, dos camponeses, então acumulavam terras e cada vez mais enriqueciam às custas dos camponeses empobrecidos. Zabatiero (1996 pp. 53,54) nos informa que:

não é possível precisar com exatidão a 'classe' social destes denunciados. À luz do que conhecemos da sociedade judaíta, e dos dados teóricos do conceito Modo de Produção Tributário, podemos supor, com razoável segurança, que eram: 1) originalmente, 'pequenos' proprietários de terras, como a maioria das famílias em Judá; 2) no decorrer da monarquia, tiveram maior sucesso econômico e conseguiram adquirir influência política considerável; 3) aproveitaram o sucesso e a influência para enfrentar vantajosamente as condições adversas da economia sob o domínio assírio; provavelmente participando do comércio internacional, e manejando somas de 'dinheiro' suficientes para realizar empréstimos às famílias camponesas em condições econômicas precárias. Como hipótese, podemos supor que esses acumuladores formavam parte do que, em outros textos pré-exílicos, é chamado de 'povo da terra', um grupo social que apoiava a dinastia davídica.

Prosseguindo na análise, Zabatiero afirma que todo esse processo de acúmulo de terras era decorrente das tributações que o Estado impusera aos camponeses. O peso da tributação trazia aos camponeses diversos problemas de produtividade que os obrigava a fazer empréstimos, o que causava a impossibilidade de pagamento e, por isso, suas terras eram tomadas para pagamento das dívidas. Para Zabatiero: "a acumulação de terras, além de romper a ética comunitária, também viola os direitos de propriedade estabelecidos desde os princípios tribais de Israel" (ZABATIERO, 1996, p. 55).

Concordando com Zabatiero na análise acima, Lopes (2010, p. 55), afirma que a prática de acúmulo de terras era uma prática desumana:

os ricos não só tomavam terras e casas, mas, também, transformavam as pessoas endividadas em escravas. Eles tiravam não apenas o direito de posse, mas, também, o sagrado direito da liberdade. Eles tomavam não apenas os bens dos pobres, subjugava também o seu corpo. À perda da casa e dos campos seguia-se a perda da liberdade e, por fim, da vida.

Os camponeses eram despidos de seus direitos, posses, famílias, em troca de pagamentos de dívidas. Isso acarretava mais acumulação de riquezas nas mãos dos ricos que exigiam até o que os camponeses não possuíam.

3.3 CHEFES

De acordo com Maillot e Lelièvre (1980, p. 73), o “termo hebraico que corresponde a “chefe” significa “cabeça”. Trata-se, portanto, de todos os que detêm algum poder, que ocupam postos de direção, que são encarregados de distribuir ou fazer respeitar a justiça”. Estão inclusos: reis, ministros, funcionários reais, juizes e sacerdotes.

A função do chefe era fazer reinar a justiça, o saber e transmitir e explicar a lei ao povo. Cabia a ele o dever de exercer com autoridade, mas também com conhecimento o direito. Segundo Maillot e Lelièvre (1980, p. 76): “... Os chefes aproveitaram seus privilégios para explorar aqueles aos quais deviam fazer justiça. Em vez de bem, seus privilégios lhes trouxeram o mal”.

Zabatiero (1996, p. 67) reforça que Miquéias, ao pronunciar acusação contra os chefes e governantes, inicia com uma pergunta retórica: “não é obrigação de vocês conhecerem o direito?”. A resposta deveria com certeza ser positiva. Concluindo, Zabatiero (1996, p. 67) salienta:

desta forma, o profeta indica que os denunciados não estavam cumprindo corretamente o seu dever nos julgamentos aos quais presidiam. A pergunta retórica tem o efeito de destacar a compreensão normal da função dos juizes em Judá e Israel. Eles eram os responsáveis pelo cumprimento do direito, ou seja, sua obrigação era efetuar julgamentos justos e honestos nos tribunais às portas das cidades.

Segundo Castro Júnior (2008, p. 68) relata, “o termo chefes reflete o estágio da organização social daquela época”. O termo “chefes” era usado para referir-se a pessoas que cumpriam diversas funções para um determinado grupo em um momento determinado. Essas pessoas eram dotadas de carisma e, com isso, conquistavam e assumiam papéis importantes:

isto ocorre porque um grupo social nos moldes de clãs e tribos não tem uma estratificação social bem definida. O grupo social criava esses papéis ou *roles* na dependência dos carismas destas figuras. Porém, na passagem de Israel para a monarquia, a figura do rei passou a ter maior importância. A forma como a perícopes usa o termo revela que o texto apela para o significado positivo do termo *chefe*, tentando convidar para o passado, um passado mais próximo do sistema tribal. Embora falando para um grupo de autoridades, que, baseadas nas denúncias feitas parecem ter abdicado desse antigo ofício sagrado, o emprego do termo *chefes*, os convida a se

inspirarem no significado originário e honrado do termo. Contudo, o termo *chefes* sugere uma organização mais igualitária. (CASTRO JÚNIOR, 2008, p.68).

3.4 SACERDOTES

Miquéias 3,11 diz assim: “Os seus chefes dão as sentenças por presentes, e os seus sacerdotes ensinam por interesse, e os seus profetas adivinham por dinheiro; e ainda se encostam ao SENHOR, dizendo: Não está o SENHOR no meio de nós? Nenhum mal nos sobrevirá”.

São denunciados os mesmos chefes de Miquéias 3,1-4, e temos aqui alusão a sacerdotes. Essas categorias de denunciados indicam ser de Jerusalém, referência a “seus” chefes, “seus” sacerdotes e “seus” profetas. Com toda a certeza estariam vinculados ao poder estatal monárquico. Segundo Zabatiero (1996, p. 78): “Os “sacerdotes” são os “profissionais” do sagrado diretamente vinculados ao Templo e aos seus ofícios didático e sacrificial”. Os sacerdotes ensinavam em troca de suborno, quebrando assim suas próprias instruções e, fazendo isso, tornavam-se impuros e indignos de sua função.

Em Israel o sacerdócio era hereditário e passava de pai para filho e essa sucessão sacerdotal era mantida em boa parte das famílias. Com o surgimento da monarquia e com a construção do Templo por Salomão, o Estado passa a ter controle sobre a classe sacerdotal. Os sacerdotes passam, portanto, a participar de perto das decisões políticas tomadas pelo governo. Por tomarem parte nessas decisões que muitas vezes subjugavam o povo camponês israelita, os profetas investem em mensagens contra os sacerdotes atacando-os com palavras duras, sobre a conduta dos mesmos em relação ao povo que estava sendo oprimido pelos governantes. Vemos em muitos profetas, como por exemplo, Oseias que acusa os sacerdotes de muitas injustiças e violação dos valores do javismo (Os 4,4-10), e são chamados também de assassinos (Os 6,9); Jeremias não deixando passar em branco, acusa-os de colaborar com a injustiça (Jr 8,8-12) e Miquéias chama-os gananciosos (Mq 3,9-12). (SILVA, 1998, p. 138).

Segundo George (2008, p. 926), os sacerdotes tinham como função dois ministérios a exercer: o serviço do culto e o serviço da Palavra. Ao prestar o serviço do culto, era obrigação do sacerdote ser o homem do santuário, guardião da arca na época antiga, aquele que recebia os fiéis na casa de Javé, entre outras mais. O ato mais essencial na função de sacerdote é o sacrifício, quando cumpre sua função como mediador, ou seja, apresenta a Deus a oferta de seus fiéis, transmitindo-lhes a “bênção divina”. O sacerdote também era encarregado de ritos de consagração, purificação, unção real, purificação de leprosos. A função do serviço da Palavra na Mesopotâmia e Egito, exercida pelo sacerdote, era a adivinhação. No Israel antigo, cabia a ele a manutenção do efod, do Urim e Tummim, práticas estas não exercitadas mais depois do reinado de Davi. A mensagem é transmitida agora em Israel pelos profetas movidos pelo “Espírito” e elas estão em conformidade com as circunstâncias vividas pelo povo.

Conforme George ainda salienta existe também uma forma tradicional da função da Palavra, como segue:

[...] tem seu ponto de partida nos grandes acontecimentos da história sagrada e nas cláusulas da aliança sinaítica. Essa tradição sagrada se cristaliza, dum lado, nos relatos que lembram as grandes recordações do passado, e por outro lado na Lei que neles encontra o seu sentido. Os sacerdotes são os ministros dessa Palavra, como Aarão em Ex 4,14-16. [...] Contudo nos últimos séculos do judaísmo, as sinagogas se multiplicam e o sacerdócio se concentra em suas tarefas rituais. Ao mesmo tempo, se vê crescer a autoridade dos escribas leigos. Estes, vinculados em sua maioria à seita dos fariseus, serão no tempo de Jesus os principais mestres em Israel. (GEORGE, 2008, pp. 926,927).

Sicre (2008, p. 131) enumera alguns conflitos entre profetas e sacerdotes como segue:

confronto futuro de Amós com Amasias (Am) 7,10-17; de Oséias com os sacerdotes do seu tempo, acusando-os de rejeitar o conhecimento de Deus (Os 4,4) e denunciando-os como assassinos (Os 6,9); de Miquéias com seus contemporâneos, por ele denunciados pela sua ambição (Mq 3,11); de Jeremias com Fassur, que mandará açoitá-lo e encarcerá-lo (Jr 20), e com os demais sacerdotes, nos quais só vê desinteresse por Deus (Jr 2,8), abuso de poder (Jr 5,31), fraude (Jr 6,13; 8,18), impiedade (Jr 23,11).

Os sacerdotes eram os ministros do templo e a corrupção tinha chegado ao palácio e ao templo. A “política havia infectado a religião”. Os sacerdotes tinham o dever de ensinar a lei (Os 4,6; Ml 2, 7,8), mas estavam envolvidos em uma nova teologia com ensinamentos baseados em interesses e benefícios próprios. Ao invés de cumprirem o papel de serem mensageiros de Deus, tornaram-se mercenários e passaram para o lado dos que praticavam injustiças e estavam fazendo parte da liderança que subjuguava e oprimia o povo (LOPES, 2010, p. 85).

3.5 FALSOS PROFETAS

De acordo com Silva (1998, pp. 134-135), por toda a extensão do Antigo Testamento encontramos muitos profetas que são chamados de “falsos”, em oposição a uma minoria de profetas a que chamamos verdadeiros ou autênticos. Segundo Silva, os profetas “falsos” estavam ligados à corte ou ao Templo e todos participavam do sistema de exploração do Estado. Esses falsos profetas que (Mq 3,11) profetizavam por dinheiro, levavam uma vida de mentiras (Jr 5,31; 14,14), e suas mensagens eram anunciadas conforme o que lhes convinha (Mq 3,5). Porém, conforme o critério estabelecido em Dt 18,21-22 sobre a realização da profecia tornava-se insuficiente para a distinção entre verdadeiro e falso profeta, mas para o autor, o relevante é que o “tempo e a história” se encarregariam de resolver esse problema aos olhos do povo daquela época. A situação era difícil de ser discernida, pois: “Todos, verdadeiros e falsos, falavam em nome de Iahweh. A maior ou menor coerência histórico-social dos profetas é que acabou decidindo sobre o valor de sua profecia”.

Nas palavras de Sicre (2008, p. 133), o grupo de falsos profetas pode ser considerado o setor social mais confrontado pelos profetas. Dentro do Antigo Testamento, dois grupos (profetas e divindades) se distinguem entre si. São eles:

o dos profetas e divindades estrangeiras (como Baal) e o dos que pretendem falar em nome de Javé. O primeiro grupo encontramo-lo especialmente no tempo de Elias (1 Rs 18); para a história do profetismo eles carecem de importância, a não ser pela influência perniciosa que puderam exercer sobre o povo. Mais grave é o caso do segundo grupo, porque fundamentam a sua postura em uma pretensa revelação do Deus verdadeiro.

Continuando, Sicre (2008, p. 133,134) confirma que o relevante nos conflitos entre profetas verdadeiros e falsos profetas é o conhecimento dos verdadeiros planos de Javé, pois disso depende a tomada de decisão tanto para o bem, como para o mal. Quando o rei toma a decisão, o que está em jogo é a vida da comunidade a sua volta, isso quando ele decide ouvir a voz do verdadeiro profeta que mostra as decisões corretas. Quando a decisão tomada é a acertada, a vida do povo sob a direção do rei, no sentido da ordem social é uma ordem justa que beneficia a comunidade. Quando as decisões não são corretas, seja em qualquer sentido: político, social, econômico, poderão levar à ruína do país.

Para Amsler et al. (1990, p. 30) existe uma grande dificuldade em diferenciar um falso profeta do verdadeiro. O que se deve examinar é “a autenticidade do chamado do profeta e a legitimidade de sua missão”. Diante das dificuldades em saber distinguir entre verdadeiro e falso profeta, Israel teve a necessidade de encontrar alguns critérios “para distinguir a palavra profética autêntica de sua confrontação” (Dt 18 e Jr 28). Seguem-se alguns critérios:

- Realização da profecia
- Atitude moral do porta-voz de lahweh
- Sua posição perante as autoridades
- A tradição
- O povo

Mesmo diante de todos esses critérios enumerados, tem-se dificuldade em reconhecer o verdadeiro do falso profeta. Segundo os autores acima: “não é possível reconhecer a priori qual é o verdadeiro e qual é o falso profeta, nem distinguir, sem risco de engano, a real testemunha de lahweh da de seu falsário” (AMSLER, et al., 1990, p. 30).

Para Lopes (2010, p. 78) o primeiro a mencionar e pregar contra os falsos profetas foi Micaías (1 Rs 22). Os falsos profetas não se consideravam como tal, acreditavam que eram homens usados por Deus para transmissão da Palavra. Podemos ver na denúncia de Miquéias várias acusações contra esses profetas e também o julgamento de Deus sobre suas ações. Miquéias destaca dois pecados gravíssimos desses falsos profetas:

Foram falsos quanto ao ensino	Foram mercenários quanto a sua motivação
Assim diz o SENHOR contra os profetas que fazem errar o meu povo (3,5a)	Que mordem com os seus dentes e clamam: Paz! Mas contra aquele que nada lhes mete na boca preparam guerra. (3,5b)

A intuição de Lopes (2010, p. 78,79) é a de que essa classe de profetas sustentava os corruptos que estavam no poder. Eram profetas da conveniência. Não possuíam a palavra de Deus, mas suas pregações eram como se fossem verdadeiras, legítimas, vindas diretamente de Deus. Suas mensagens levavam o povo ao erro, eles “lisonjeavam o povo e o estimulava em seus pecados”. A motivação era tão somente para os próprios interesses, faziam de seus ministérios uma fonte de lucros, o dinheiro era o condutor de suas vidas: “Se havia dinheiro entrando no bolso deles, tinham palavras preches de esperança para o povo. Se o pão lhes era retirado da boca, ameaçavam o povo com guerra santa” (LOPES, 2010, p. 79).

Miquéias aponta três juízos divinos contra os pecados dos falsos profetas (Lopes, 2010, pp. 79,80):

Eles terão trevas em vez de Luz	Eles terão vergonha em vez de honra	Eles terão confusão em vez de resposta de Deus
Portanto, se vos fará noite, para que não haja profecia, e haverá trevas, para que não haja adivinhação, e se porá o sol sobre esses profetas, e o dia sobre eles se enegrecerá. (3,6)	E os videntes se envergonharão (3,7a)	E os adivinhadores se confundirão, sim, todos eles cobrirão os seus lábios, porque não haverá resposta de Deus. (3,7b)

Aquilo que os profetas fizeram com o povo, cegando-lhes os olhos e a mente, a mesma aflição cairá sobre eles, em lugar da luz terão as trevas. A verdade e a esperança não existiriam no meio deles, suas mensagens ficariam no descrédito e a justiça de Deus pesaria sobre seus atos, ficariam em completa escuridão e seriam envergonhados e constrangidos, pois suas falsas profecias seriam desmascaradas. “A opulenta Jerusalém seria destroçada. Seus ricos magistrados teriam seus tesouros pilhados, as casas destruídas e suas famílias arrastadas como escravos para a Babilônia”. E, por último, ficariam sem a resposta de Deus, “ficariam vivos, mas em espírito enlutado”; buscariam a resposta, porém não a encontrariam mais, seriam reconhecidos como profetas impuros e separados de Deus (LOPES, 2010, pp. 79,80).

Diferenciando Miquéias dos falsos profetas, encontramos em Mq 3,8, “o exemplo confrontador do verdadeiro profeta”. Esse verso relata que Miquéias, cheio do poder do Espírito de Deus, não pregava “movido pela energia da carne”, mas anunciava a Palavra, cheio do poder de Deus. Não tinha interesses próprios, porém seu interesse era fazer a vontade de Deus, o que o diferenciava dos falsos profetas. Miquéias era verdadeiro, corajoso e confrontava os pecados dos governantes sem temê-los. Sua motivação era sua “gibbôr” (força), que significa um “guerreiro com coragem moral”. Ponto chave que o separava dos falsos profetas que tinham “ausência da fibra moral necessária para falar a verdade à clientela” (LOPES, 2010, p. 82).

Para Zabatiero (1996, pp. 71,72), a leitura sociológica da função desses profetas, no contexto no qual viviam, era que os mesmos desempenhavam o papel de “socializar” a “legitimação ideológica do projeto do Estado”. Profetas e sacerdotes tinham a função de educadores ou, como alguns preferiam “doutrinadores” do povo, pois cabia a eles a transmissão das tradições teológicas conforme interesse do monarca que estava na liderança do país. Segundo Zabatiero, os profetas:

cumpriam o importante papel de legitimadores do projeto estatal, e ajudavam o Estado a manter a “hegemonia” intelectual sobre a ‘sociedade civil’. Não podemos deixar de mencionar, também, seu papel mais restrito, em relação aos indivíduos que os consultavam. Faziam o papel de intercessores e de conselheiros, atendendo às consultas das pessoas, seja em situações problemáticas, seja em situações mais corriqueiras. (ZABATIERO, 1996, p. 72).

Zabatiero (1996, pp. 72-73) ainda esclarece que as funções primordiais dos profetas não foram cumpridas, por isso Miquéias levanta várias acusações contra eles. Eles estavam extraviando o povo, enganando-os e desviando-os da verdade, eles eram “agentes ideológicos do Estado”. Para Zabatiero, o que os profetas faziam “era confirmar a riqueza dos ricos e a pobreza dos oprimidos. Justificava a ganância e o desempenho econômicos dos exploradores, e jogavam a culpa sobre os ombros dos explorados”.

3.6 MAGISTRADOS CORRUPOTOS

Na análise de Lopes (2010, pp. 76,77), podemos encontrar em Miquéias 3,1-4 a denúncia do profeta contra os magistrados, que eram encarregados da administração da justiça nos tribunais, exerciam funções políticas e funções jurídicas. Ocupavam cargos de poder e tinham como função primordial exercer e respeitar a justiça. Miquéias denuncia os pecados dos quais estavam sendo acusados, e são eles:

- Pecaram contra o conhecimento (3,1);
- Pecaram contra o dever (3,1);
- Pecaram contra a justiça (3,2a);
- Pecaram contra os indefesos (3,2b-3).

De acordo com Lopes, todas essas acusações do profeta Miquéias contra os magistrados corruptos seriam punidas, pois os mesmos eram culpados. O mal tinha sido cometido. Quando deveriam ter conclamado a justiça em favor dos necessitados, eles deram-lhes as costas e trataram o povo com indiferença e o maltrataram de forma cruel. Por isso o clamor do povo havia chegado até Deus. E Deus não ouviria o clamor dos magistrados corruptos, Deus permaneceria em silêncio (3,4a), eles gritariam por socorro e não seria atendido, Deus os abandonaria (3,4b), esconderia deles a Sua face. (LOPES, 2010, pp. 76,77).

Maillot e Lelièvre (1980, p. 80) também salientam que Jerusalém crescia e se fortificava, construíam mansões luxuosas para os chefes, sacerdotes e magistrados. Eles protegiam com torres, muralhas o patrimônio que adquiriam. Em meio a esse turbilhão de construções e fortificações para a grandeza de Jerusalém, surge Miquéias e tenta abrir os olhos dos governantes revelando-lhes a verdade sobre suas mansões e muralhas fortificadas. Miquéias pergunta a que preço tudo isso está sendo construído, porém, ele mesmo responde a essa indagação: “a preço da injustiça”. Explicando, os autores acima afirmam:

uma das grandes doenças da época era o processo criminal. Dois falsos testemunhos bastavam para o processo, a condenação e a prisão, enquanto as terras da vítima já iam passando para outras mãos; tem-se a impressão de que naquela época reinava uma corrupção quase geral dos magistrados, os quais, não nos esqueçamos, saíam do sacerdócio; e assim, com a cobertura do Senhor, ao abrigo de seu nome e de suas promessas, cometiam-se injustiças e crimes. Compreende-se agora melhor a cólera de lahweh e a angústia de Miquéias: aqueles que lahweh tinha estabelecido para protegerem o direito eram os primeiros a rejeitá-lo, a pervertê-lo ou a destruí-lo. Os juízes, cuja função é aplicar a lei, eram os primeiros a distorcê-la. (MAILLOT e LELIÈVRE, 1980, p. 81).

Quando um país é regido por magistrados corruptos, desonestos, toda a população sofre. Para os autores, “quando os juízes são justos, isto é, quando eles procuram acima de tudo aplicar a lei com humanidade, o regime é aceitável”. Com certeza haverá aqueles influenciáveis pelas situações diversas, mas, quando se decide agir com verdade e consciência, sem se venderem, a “dignidade humana” será respeitada e valorizada (MAILLOT e LELIÈVRE 1980, p. 81).

3.7 FORMAS DE OPRESSÃO

3.7.1 A violência institucionalizada

De acordo com Rizzante (1987, p. 34), quando o Antigo Testamento fala de violência, usa a palavra “hamas” que, além de violência, também significa “injustiça”. Nesse sentido, para o Antigo Testamento, violentos são os que oprimem, os que fazem injustiça, os que não estão do lado de Javé e do seu projeto de libertação. Violento é quem vai contra esse projeto. Violência é sempre e só a do opressor.

O texto de Miquéias 3,9-12 retrata, de forma clara, os denunciados por toda violência contra o povo e classifica os crimes que cada grupo cometeu:

Chefes e governantes	Sacerdotes	Profetas
Crimes: corrupção, suborno, distorção da justiça.	Crimes: ensinar por dinheiro, quebra das leis, suborno.	Crimes: mercenários, injustos, não cumprem sua vocação.

Zabatiero (1996, pp. 79,80) afirma:

a dimensão política destas acusações fica bastante evidente na síntese que Miquéias faz dos crimes das lideranças judaítas. Como resultado de suas ações, ‘constroem Sião com sangue e Jerusalém com perversidade’. Os termos ‘sangue’ (é usado o plural no hebraico) e ‘perversidade’ denotam, aqui, a violência cometida contra as pessoas, a ponto de lhes causar a morte (comp. Gn 4; Sl 5,7; 2Sm 3,34; Hab 2,12). O verbo ‘construir’ pode ter sido usado metaforicamente, mas não é improvável que seja uma alusão aos projetos de Ezequias: reforçando as defesas da cidade, construindo um túnel para garantir a provisão de água, além de fortificar várias cidades do interior (ver 2Rs 20,20; 2Cr 32,27-30). Podemos destacar um elemento interessante sobre a construção da capital. Esse tipo de obras, nos tempos antigos, era crido como uma obra divina (Sl 51,20; 102,17), transferida, na história, ao rei. Como tal, a ação é potencialmente santa e justa, assim como os julgamentos, a instrução sacerdotal e a profecia. O ponto é claro: a monarquia de Judá estava edificando o seu projeto às custas do sofrimento e da morte da

população trabalhadora. A crítica ao militarismo do Estado fica bem evidente.

Em Miquéias 3,9-12, o profeta desmascara uma “quadrilha de criminosos” que se instalou no poder e estava armada “num esquema perverso e cruel para explorar o povo”. Nessa quadrilha estão os magistrados civis, os sacerdotes e os falsos profetas. A política e a religião se juntam pelos motivos abomináveis, tanto aos olhos de Deus quanto ao do profeta que os denuncia:

os chefes dessa quadrilha criminosa eram os magistrados civis, o time do primeiro escalão do governo. Eles haviam se instalado confortavelmente no poder não para prover o bem ou cuidar do povo, mas para armar esquemas vergonhosos para assaltar o direito do povo, deixando-o cada vez mais pobre, enquanto eles se refestelavam nababescamente com as riquezas injustas. [...] Enquanto o povo trabalhava desesperadamente para pagar os pesados tributos nacionais, uma classe de ricos exploradores acumulava mais e mais riquezas, juntando casa a casa e campo a campo (Is 5,8). (LOPES, 2010, pp. 83,84).

Podemos observar através dos textos de Miquéias que suas denúncias e críticas são dirigidas àqueles que usam de diversas práticas que “afetam o direito e a justiça nas mais variadas esferas das relações sociais”. Segundo Leandro (2007, p. 28) relata, são diversos focos que causam a desgraça para a vida do povo:

sistema de crédito que desapropria devedores, comércio com ganhos ilícitos, construção civil e de obras públicas manchadas de sangue, excessos nas festas dos governantes, entre tantos desmandos (cf. Mq 2,12-15). Todavia, o profeta alimenta a esperança de que a história não acabou para o povo deserdado de Jerusalém, principalmente para aqueles que são do interior. A palavra de Javé é que dará uma nova consciência para enxergar a realidade com outros olhos (cf. Mq 2,1-5a). Ele fará o enterro simbólico dos causadores da desgraça do povo (cf. Mq 2,6b, 9, 12,15). Neste panorama, o profeta atua de uma forma global em suas críticas diante da violência contra o povo nos aspectos financeiros, imobiliários e políticos da cidade de Jerusalém.

A violência que permeia a cidade de Jerusalém na época de Miquéias é motivo de preocupação para o profeta. No oráculo de Mq 3,9-11, o profeta denuncia os sentimentos das autoridades, ou seja, estavam detestando a

justiça, torcendo o direito. Para Miquéias, seus interesses giravam em torno de Sião-Jerusalém. A intenção era clara, queriam melhorar a capital, torná-la um grande espetáculo. Miquéias por estar fora da cidade, longe de seus grandes edifícios, condena e não acredita nos seus tribunais, não deseja a paz da cidade, pois todo o progresso estava sendo construído à base de injustiças, com o sangue do pobre inocente (SICRE, 2008, pp. 365-366).

O mesmo Sicre (2008, p. 369) afirma que o diagnóstico que tanto Miquéias como Ezequiel chegam com respeito à violência é uma: “para enriquecer-se”. “O mal radica no coração do homem. Embora as estruturas sociais estejam corrompidas e se tenham tornado opressoras, há também algo de muito grave, por baixo das estruturas: a corrupção do coração, que abandonou a Deus para servir ao dinheiro”. Alguns dos problemas concretos denunciados pelos profetas são:

- Administração da justiça nos tribunais
- Comércio
- Escravidão
- Latifundiarismo
- Salário
- Tributos e impostos
- Roubo
- Assassinato
- Garantias e empréstimos
- Luxo

3.7.2 A corrupção na administração da justiça

Em Miquéias 3,1-4 encontramos as autoridades sendo denunciadas pela má administração da justiça. Cabia a eles o dever de exercer a justiça nos tribunais e defender o povo sofrido. Segundo Sicre (2008, pp. 369, 370),

essas autoridades, ao agirem com indiferença diante da lei estabelecida de defesa dos oprimidos, eles tinham somente um pensamento: excluir os fracos da comunidade jurídica; roubar aos pobres toda a reivindicação justa; escravizar as viúvas; apropriar-se dos bens do órfão. Segundo Sicre, “a classe alta quer criar o fundamento jurídico que legalize a expansão do seu capital. Temos aí a manifestação mais descarada do poder legislativo a serviço dos poderosos”.

Na perspectiva profética, é um dos setores que menos funcionava. A denúncia de suborno, a falta de interesse com as causas dos pobres, mesmo estando do lado da lei, não era usada para benefício dos oprimidos. Podemos perceber em Isaías 10,1-4, a exploração feita por essas autoridades, como segue:

ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos! Mas que fareis vós outros no dia do castigo, na calamidade que vem de longe? A quem recorrereis para obter socorro e onde deixareis a vossa glória? Nada mais vos resta a fazer, senão dobrar-vos entre os prisioneiros e cair entre os mortos. Com tudo isto, não se aparta a sua ira, e a mão dele continua ainda estendida.

A realidade vivida pelos oprimidos era contrária aos preceitos bíblicos. O que as autoridades deveriam fazer em favor dos mesmos era negado. A justiça era negada aos oprimidos e seus direitos não tinham a importância devida, as autoridades que deveriam implantar a justiça eram os primeiros a negligenciar.

3.7.3 Comércio explorador

Segundo afirma Reimer (2001, pp. 12,13), o sistema do comércio que estava em ascensão na época dos profetas do oitavo século era um sistema que beneficiava somente a elite e os fortes nos antigos Israel e Judá (Am 6,1-3; 8,4-7; Mq 2,1-3; etc.). Um sistema que trouxe a desigualdade em todos os

aspectos da vida do povo. As palavras dos profetas ecoavam as dores oprimidas do povo que era privado de seus direitos. Segundo o autor:

os profetas tomam a ótica dos corpos 'ralados'. Falam de 'pobres' usando termos (hebraicos) distintos: ani/ 'oprimidos', dallin/ 'magros', ebyin/ 'pobres'. Estes tipos de pobres também são chamados de 'justos' (hebraico: saddiq – cf. Am 2,6). As viúvas e os órfãos recebem vez e voz nas palavras proféticas (Is 10,1-2). No seu todo, trata-se de pessoas que ainda têm a sua terra, mas estão em franco processo de endividamento e empobrecimento. O seu quinhão familiar e comunitário está prestes a ser 'sacrificado' em prol de um processo maior. Os profetas bíblicos reagem contra as 'leis do mercado', que são leis dos mais fortes. A perspectiva dos profetas é a dos mais fracos e empobrecidos (REIMER, 2001, pp. 13,14).

Nos relatos de Reimer (2001, p.17), a partir do VIII século, começam novas relações sociais de produção, isto é, “Uma incipiente economia monetária e a prática de contratos de dívidas aceleram um processo de empobrecimento”. Segundo Reimer esclarece:

esse processo é denunciado nas palavras dos profetas radicais do século VIII aC. O eco de suas palavras denunciadoras, a reiterada exigência por justiça e direito (cf. Am 5,24), e o anúncio de um juízo divino, parcialmente concretizado na destruição de Samaria, devem ter mobilizado a sociedade a empreender um processo de reformas sociais em Judá no intento de salvaguardar este resto do povo ante a ameaça do juízo divino. O produto desse intento de reforma identificamos no Código da Aliança, que pode ter servido como uma espécie de 'pequena constituição' do povo de Israel. Assim, o processo do 'mercado' e suas 'leis' receberam um freio, pelo menos na sua intenção, através uma legislação social, que, como expressão de uma sociedade dividida, acaba resguardando vantagens para ambos os lados. Sobretudo em um dos blocos do Código da Aliança há várias leis que poderíamos chamar de 'direito dos pobres'. Tais leis procuram salvaguardar a inclusão de grupos de pessoas desta sociedade, representados por viúvas, órfãos, estrangeiros e pobres, dentro da rede social do povo de Deus. (REIMER, 2001, p. 18).

Esse é o segundo problema que mais preocupa os profetas, o comércio. Em Miquéias 6,9-11, encontramos o relato do profeta:

A voz do Senhor clama à cidade (e é verdadeira sabedoria temer-lhe o nome) Ouvi, ó tribos, aquele que a cita. Ainda há, na casa do ímpio, os tesouros da impiedade e o detestável efa minguado? Poderei eu inocentar balanças falsas e bolsas de pesos enganosos?

De acordo com Maillot e Lelièvre (1980, pp. 153-154), esse texto relata a aversão de Miquéias pelas cidades. As mesmas tinham se tornado lugares de injustiças, o pecado estava impregnado nas ruas. Havia em Jerusalém muitas famílias, fortunas, riquezas, que eram sustentados pelo crime e exploração. Segundo os autores: “Miquéias explica então como tais pessoas se enriqueceram: fraudando medidas (efas) e os pesos”.

Portanto, aos olhos de Deus, a fraude comercial era considerada uma ofensa religiosa, e pessoal (v.11). Maillot e Lelièvre (1980, p. 154) salientam:

a falta do rico não consiste só em dispor da riqueza, mas também dos critérios comerciais. Tomando o lugar de Deus, ele se julga autorizado a decidir sobre as medidas e pesos e assim torna-se cada vez mais rico e torna os pobres cada vez mais pobres. [...] O rico não vê o empobrecimento progressivo que ele impõe aos fracos é uma ameaça para ele mesmo. Um dia não só ele não encontrará mais nada para tomar como também o pobre não terá mais nada para defender. E então será a morte do rico. Porque aqui se aplica a dialética do senhor e do escravo: o rico tem necessidade do pobre e, conseqüentemente, de que ele não se torne pobre demais. [...] Deus se sente pessoalmente atacado quando os pesos e balanças são falsificados.

Zabatiero (1996, p. 121), informa que o profeta Miquéias, ao apontar no v. 10 a “casa do ímpio” está se referindo à família, escravos e bens de uma pessoa. Pode ser usado também para se referir a “pecadores”, “pessoas impuras”, “malvados” etc. Segundo o autor, o contexto desta perícopé e outras referências em Isaías (3,11; 11,4; 14,5) e Jeremias (5,26; 12,1) indica que o ímpio aqui relacionado e denunciado é aquele que acumula riquezas, bens, aproveitando-se dos tribunais corruptos, do comércio explorativo, de fraudes. Como existe a corrupção no governo, esses ímpios contam com o respaldo dos mesmos para acumularem bens indevidamente.

3.7.4 Latifundiarismo

Miquéias 2,8-10 diz:

mas, há pouco, se levantou o meu povo como inimigo; além da roupa, roubais a capa àqueles que passam seguros, sem pensar em guerra. Lançais fora as mulheres de meu povo do seu lar querido; dos filhinhos delas tirais a minha glória, para sempre. Levantai-vos e ide-vos embora, porque não é lugar aqui de descanso; ide-vos por causa da imundícia que destrói, sim, que destrói dolorosamente.

De acordo com os autores Balancin e Storniolo (1990, p.20), os métodos que eram utilizados pelos latifundiários eram os mais variados:

- ✓ O despojo daqueles que mal sobrevivem, nas palavras do autor, eles não se satisfaziam em arrancar o paletó, mas também tiravam a camisa;
- ✓ O camponês era considerado como inimigo, pois o mesmo atrapalhava a sede de expansão dos latifundiários;
- ✓ Não respeitavam suas mulheres e nem suas crianças, arrancavam-nas de suas casas sem piedade alguma e conduziam-nas para a escravidão;
- ✓ Cobravam juros exorbitantes que faziam com os camponeses se endividassem a ponto de entregar suas propriedades para pagamento de suas dívidas.

Essas são as características dos detentores do poder naquela época, os aproveitadores da situação difícil do povo, na visão do autor: "quanto pior o povo estiver, mais fácil se torna conseguir o que eles desejam. É nas situações difíceis que os espertos mais aproveitam para se enriquecer." Cada vez mais se tornava uma realidade difícil para os camponeses, e os poderosos, com certeza, iriam aproveitar-se da situação de vulnerabilidade dos mesmos. (BALANCIN e STORNILO, 1990, p. 20).

Conforme destaca Lopes (2010, pp. 64,65), o texto de Miquéias 2,8-11 traz quatro implicações, são elas:

- Primeira: os que praticam o pecado são tratados como inimigos (2,8);
- Segunda: os que despojam os outros serão despojados (2,10);
- Terceira: os que escravizaram os outros serão destruídos (2,10b);
- Quarta: dar crédito aos falsos profetas e ser enganados por eles (2,11).

Os ricos agiam como inimigos de Deus e do seu povo, e resistiam às palavras do profeta. Eles andavam de mãos dadas com os poderes constituídos e, juntos, apropriavam-se dos bens do povo. A cobiça era tão grande que os mesmos tiravam sem dó e nem piedade as terras dos camponeses para enriquecerem e, com isso, escravizavam o povo que a cada dia ia se endividando mais e ficando cada vez mais sem forças para lutar (LOPES, 2010, p.64,65).

3.7.5 Sistema tributário

O conflito existente entre cidade e campo, denunciado pelos profetas, nasce do sistema tributário e de todas as cargas que são impostas ao povo do campo. A força da cidade residia no exército e na boa administração de coordenar todo o conjunto social. Do outro lado, o campo, com suas vilas, camponeses residentes, que eram a maioria na sociedade, plantam e colhem em suas terras, organizando de forma livre suas tarefas. As terras eram herança de família (1Rs 21,3). Tudo o que plantavam era para sustentar as necessidades do próprio povo, ou seja, da própria família. Os camponeses, porém, estavam sujeitos aos ataques e saques nas colheitas e dependiam da cidade e de seus mecanismos de defesa, como armas, para proteção do campo. Em troca da proteção militar, os camponeses cediam às cidades e ao Estado uma parte de suas produções, ou seja, um tributo, como pagamento pelos serviços prestados. Com o passar do tempo e o aumento da cobiça dos poderosos da cidade com a ganância de expandir suas fronteiras exigia-se, cada vez mais dos povos camponeses, duros tributos que aumentavam suas dívidas e impossibilitavam o pagamento. Assim gerava-se o empobrecimento

dos camponeses que perdiam suas posses em troca dos pagamentos das dívidas (SCHWANTES e MESTERS, 2005, pp.14,15).

Conforme salientam os autores acima:

a profecia é uma palavra em meio a esse conflito que contrapõe as cidades e o campesinato, em torno do tributo. É o que se vê, por exemplo, em Amós, quando, em suas profecias, liquida: capital, palácio, exército, templo, em defesa dos empobrecidos. É o que também se encontra em Jeremias, quando julga a corte, por promover a exploração dos lavradores para a construção de palácios (Jr 22,13-23), ou quando anuncia a destruição de Jerusalém e de seu templo (Jr 7,26). E o próprio Isaías pode ser mencionado nesse contexto: não anuncia propriamente a ruína do davidismo e do Sião, mas re-significa-os a tal ponto que os corrói por dentro. Sim, a profecia põe em palavras o conflito básico da sociedade tributarista: a que se desenvolve entre cidade e campo, posicionando-se do lado dos camponeses. Na profecia, esse conflito é, pois, experimentado e analisado a partir do campo, de quem paga tributo. Ao dismantelar o mundo citadino, a profecia, a rigor, propugna-se em favor da retenção do tributo junto ao trabalhador e à trabalhadora do campo. (SCHWANTES e MESTERS, 2005, pp.15,16).

Reimer (2006, pp.13,14) destaca que a cobrança de tributos é a raiz formadora dos “conflitos dentro da formação do antigo Israel aos períodos “cobertos” pela maioria dos textos da Bíblia Hebraica”. Os serviços que poderiam ser inclusos são os seguintes:

- Trabalho forçado (corvéia);
- Recrutamento de jovens para serviços especiais (domésticos ou militares);
- Pagamentos *in natura* a serem realizados pelos camponeses e remetidos à estrutura central ou seus representantes;
- Regiões externas à área de domínio poderiam ser oneradas com tributos, dependendo da capacidade na expansão militar do governante.

Prosseguindo, a autora conclui:

o pagamento de tais tributos constituía um ônus adicional para a economia agrária de sobrevivência, típica das famílias israelitas daquela época. Dependendo da situação, um exagero na tributação poderia ocasionar situações de conflito e até provocar a desagregação da ordem contratual existente (1 Rs 12). De qualquer forma, esses tributos constituem a matriz para um latente e potencial conflito entre campo e cidade. A partir da ótica da sabedoria proverbial cortesã vale uma máxima afixada em Pr 28,16: “Um príncipe falto de inteligência multiplica as opressões, mas o que

aborreça a avareza (tributo) viverá muitos anos” (REIMER, 2006, p. 14).

Os profetas bíblicos tomam sempre como ponto de partida para suas denúncias e críticas sociais a situação vivida pelo povo, em consequência das transações econômicas que a eles são impostas. O pano de fundo para suas críticas proféticas é sempre o quadro político, econômico e social dentro do sistema tributário.

A comunidade camponesa era organizada em pequenas vilas. A posse da terra era em grupos, não podia ser vendida, pois era herança. Uma comunidade agrária que sobrevivia do trabalho do campo, uma economia tribal. Como garantia de sobrevivência para cada camponês, eles trabalhavam com artesanato, agricultura, tudo que estava relacionado ao campo. Com a instituição do Estado monárquico, essas comunidades camponesas continuaram sendo a base da produção, portanto passa-se de uma economia tribal para uma economia tributária. A forma de economia tribal é igualitária, no entanto vai-se esvaindo, dando abertura ao sistema tributário monárquico. Com ele surgem dois grupos distintos: os que se estabeleceram na cidade e os que viviam nas aldeias camponesas (SALGADO, 2009, p.123-124).

Prosseguindo, Salgado destaca:

as relações tradicionais clânicas foram enfraquecendo à medida que algumas tribos, clãs e anciãos foram enriquecendo na base do gado, do óleo, de trocas vantajosas, de comércio. Agregado a isso, os templos e estradas tinham grande relevância para o comércio, porquanto o primeiro servia como armazém e pelo segundo circulava o excedente das casas, dos clãs e das famílias, contribuindo para o acúmulo de alguns em detrimento da maioria camponesa empobrecida (SALGADO, 2009, p. 126).

3.7.6 A ganância dos ricos

Com a dura carga de tributos impostos ao povo camponês, que cada vez mais foram fazendo empréstimos para liquidar as dívidas e, com isso, foi aumentando e impossibilitando-os de saldarem suas dívidas e, portanto,

perderam suas terras para o pagamento das mesmas. No meio dessa situação de perdas de terras do povo, foram surgindo novos ricos dotados de poder político e econômico que se aproveitaram da crise vivida pelo povo e foram ajuntando casas e casas, terras e mais terras e assim acumulando riquezas.

Segundo declara Lopes (2010, p. 54), esses acumuladores de riquezas cobiçavam tudo o que era dos outros, do seu próximo e agiam com violência, saqueando os bens dos pobres, tomando suas casas, destruindo suas famílias ao deixarem despidas de seus lares.

Conforme descreve Maillot e Lelièvre (1980, p. 59), o profeta Miquéias, ao retratar os acumuladores de riquezas, como homens insaciáveis que na noite sonham com seus negócios lucrativos, planejando uma forma de obter mais lucros e pôr em prática no amanhecer seus planos inescrupulosos. Ainda segundo eles:

eles têm poder para isso. O homem que tem dinheiro tem poder, tem direito e mesmo o Direito, porque o direito será feito e refeito para ele, para proteger a ele e ao seu dinheiro. Além disso, o dinheiro chama o dinheiro. O poder chama o poder e fatalmente o abuso do poder. Do outro lado, a pobreza chama a pobreza e acaba na pior de todas: na pobreza que não tem outra esperança a não ser ela mesma. Se cobiçam campos, eles os roubam (comprando-os por preço inferior)! Se cobiçam casas, apoderam-se delas (por uma soma irrisória)! Mas se esquecem do Senhor. E quando o Senhor da aliança e da justiça se vê assim escarnecido em sua própria terra, também ele premedita desgraças para aqueles que premeditam outras. Estas desgraças são a invasão, a expropriação e a deportação (Mq 2,3). (MAILLOT e LELIÈVRE, 1980, p. 59).

Baker, Alexander e Sturz (2006, p. 206) enfatizam de forma categórica que esses acumuladores de riquezas são assassinos. Estão com suas mentes direcionadas somente para coisas materiais, mais e mais acúmulos de bens materiais. São homens que fazem violência, oprimem, enganam e trazem consigo a ruína.

4 AS VÍTIMAS EM MIQUÉIAS

4.1 COMPREENDENDO A EXPRESSÃO “MEU POVO” EM MIQUÉIAS

De acordo com Hahn (1994, pp. 47-51), o profeta Miquéias, em muitos textos, refere-se a “meu povo” (1,9; 2,4; 2,8; 2,9; 3,3; 3,5). O texto de Miquéias 2,6-11 “oferece problemas de transmissão, no entanto, todas as traduções mostram-se fiéis a um elemento fundamental”: todas concordam entre si sobre a questão da controvérsia de Miquéias, profeta de Javé, com os profetas que faziam parte do sistema, ou seja, eram os “bajuladores” do magistrado. Conforme registrado em Miquéias 2,6-11:

não babujeis, dizem eles. Não babujeis tais coisas, porque a desgraça não cairá sobre nós. Tais coisas anunciadas não alcançarão a casa de Jacó. Está irritado o Espírito do Senhor? São estas as suas obras? Sim, as minhas palavras fazem o bem ao que anda retamente; mas há pouco, se levantou o meu povo como inimigo; além da roupa, roubais a capa àqueles que passam seguros, sem pensar em guerra. Lançais fora as mulheres de meu povo do seu lar querido; dos filhinhos delas tirais a minha glória, para sempre. Levantai-vos e ide-vos embora, porque não é lugar aqui de descanso; ide-vos por causa da imundícia que destrói, sim, que destrói dolorosamente. Se houver alguém que, seguindo o vento da falsidade, mentindo, diga: Eu te profetizarei do vinho e da bebida forte, será este tal o profeta deste povo.

É nesse texto que Miquéias fala em “meu povo”. O povo que sofre e é explorado de diversas formas:

- ✓ Do meu povo é tirada uma parte da roupa (a capa);
- ✓ As mulheres são expulsas de suas casas, onde ainda reina prazer e alegria;
- ✓ Os filhos são tirados de suas casas.

Êxodo 22,26-27 diz assim: “Se do teu próximo tomares em penhor a sua veste, lha restituirás antes do pôr do sol; porque é com ela que se cobre, é a

veste do seu corpo; em que se deitaria? Será, pois, que, quando clamar a mim, eu o ouvirei, porque sou misericordioso”.

Quanto a questão da capa, Cole (2008, p. 169) salienta:

[...] O penhor mais óbvio (provavelmente a única possessão móvel de algum valor) era o poncho ou capa de pastor, que funcionava como cobertor à noite, e como uma espécie de trouxa durante o dia (12,34) para todo israelita. O costume geral de tomar peças de vestuário como garantia do pagamento de uma dívida é ilustrado em Amós 2,8. No entanto, se esta capa tinha de ser devolvida a cada noite (quando seu uso era uma necessidade, não um luxo), seu valor como garantia era mínimo: ela se tornava apenas uma incômoda recordação da dívida.

Já no capítulo 3,1-4, Miquéias retrata uma situação de indignação e revolta, onde os chefes e os magistrados, os que compunham a liderança esfolavam vivos a “vida” (pele, ossos, carne) do “meu povo”. Uma denúncia grave por parte do profeta, mas que retrata a degradação de uma liderança que deveria estar a favor do povo, governando com justiça. Porém, eles odiavam o bem e amavam o mal (HAHN, 1994, p. 51).

Quando Miquéias denuncia o grupo que está no poder, usando de formas cruéis para oprimir o povo, ao fazer a denúncia, a profecia de Javé toma a decisão de defesa do “meu povo”. Segundo Hahn (1996, p. 12), a expressão “meu povo” designa os camponeses, especialmente os da Sefelá judaíta que, nos fins do VIII século, viviam em famílias, tentando conservar suas identidades clânicas, tanto nas relações sociais como na produção, mas estavam sendo empobrecidos e perdendo sua “identidade familiar-clânica”. Hahn (1996, p.12) enfatiza:

a profecia, sendo palavra que nasce do conflito entre os camponeses (“meu povo”) e a elite de Jerusalém (‘os grupos acusados’), mostra-se essencialmente como voz coletiva. A palavra de Miquéias não é só dele. É voz sintonizada desde e com um grupo social organizado. [...] Um projeto de sociedade ou de transformação de uma realidade só provém de um grupo sociologicamente constituído e organizado. Em Miquéias, verificamos o anúncio de uma redistribuição de terra. Este anúncio profético jamais se realizaria se não houvesse sintonia com aqueles que necessitam tal ação. Portanto, se existe um sonho de transformação social, este só poderia emergir desde uma organização.

Conforme descreve Schwantes (1989, pp. 14,15), “meu povo” não estava sendo acusado, ele era inocente, os acusados eram os profetas que estavam desviando os mesmos da verdade, conforme relata Miquéias 3,5 *que* diz: Assim diz o Senhor contra os profetas que fazem errar o meu povo, que mordem com os seus dentes e clamam: Paz! Mas contra aquele que nada lhes mete na boca preparam guerra.

Em Miquéias 3,1-4, nossa perícopes de estudo, constata-se que os líderes denunciados pelo profeta Miquéias deixavam de praticar o bem, que era um dever e agiam com crueldade contra o “meu povo”. “A pele é afastada, a carne arrancada dos ossos e consumida. E – Miquéias repete – novamente arranca-se a pele para quebrar os ossos e prepará-los – que ironia!” (SCHWANTES, 1989, p. 15).

Na análise feita por Schwantes (1989 pp. 16, 17), é interessante ressaltar ainda que o “meu povo” retratado por Miquéias, com toda a certeza são os humildes e humilhados, os explorados e espoliados, as camadas mais pobres e vitimada da população. Miquéias 2,8-9, por sua vez, retrata com precisão as afrontas praticadas contra o “meu povo”: o povo era despojado de sua capa; as mulheres eram expulsas das casas e tiravam também os seus filhos. A capa tirada era daquele que havia sido empobrecido. O mesmo emprestava dinheiro e, como garantia, o prestador tomava-lhe a capa. Isso era o que não deveria acontecer, pois as noites eram frias e a única fonte de aquecimento que os empobrecidos tinham era sua capa, pois necessitavam da mesma para se cobrirem.

Contra essa atitude é que Miquéias acusa os ricos, pois estavam aproveitando-se dos fracos, de sua situação de necessidade. Devido a toda a situação de empobrecimento e muitas dívidas que acarretaram nesse percurso e, como não tinham como pagar essas dívidas, “meu povo”, vendia as mulheres e seus filhos como escravos. O “meu povo” estava cada vez mais à mercê dos fortes, poderosos e exploradores (SCHWANTES, 1989, p. 16).

4.2 POBRES

Dentro da categoria social de pobres que estão sendo estudadas nas referências que possuímos, podemos encontrar diversos nomes que fazem parte da mesma. Pobres são todas as vítimas de cobiça dos homens poderosos. Em Miquéias 3,1-4 encontramos o “meu povo”, o povo pobre, empobrecido e vítima de toda a maldade praticada pelas autoridades, ou seja, os “cabeças” e “chefes”. Quando falamos em pobres englobamos toda uma classe de pessoas sofredoras pela cobiça dos homens poderosos.

De forma geral podemos encontrar essas pessoas sofrendo nas mãos dos opressores, conforme descrito na mensagem de Miquéias 2,1-9, como segue:

Se cobiçam campos, os arrebatarem; se casas, as tomam; assim, fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança. Portanto, assim diz o Senhor: Eis que projeto mal contra esta família, do qual não tirareis a vossa cerviz; e não andareis altivamente, porque o tempo será mau. Naquele dia, se criará contra vós outros um provérbio, se levantará pranto lastimoso e se dirá: Estamos inteiramente desolados! A porção do meu povo, Deus a troca! Como me despoja! Reparte os nossos campos aos rebeldes! e portanto, não terás, na congregação do Senhor, quem, pela sorte, lançando o cordel, meça possessões. Não babujeis, dizem eles. Não babujeis tais coisas, porque a desgraça não cairá sobre nós. Tais coisas anunciadas não alcançarão a casa de Jacó. Está irritado o Espírito do Senhor? São estas as suas obras? Sim, as minhas palavras fazem o bem ao que anda retamente; mas, há pouco, se levantou o meu povo como inimigo; além da roupa, roubais a capa àqueles que passam seguros, sem pensar em guerra. Lançais fora as mulheres de meu povo do seu lar querido; dos filhinhos delas tirais a minha glória, para sempre.

Os detentores do poder, além de cobiçar e tomar os campos, sem piedade alguma, deixam os camponeses e suas famílias à mercê do sofrimento. A violência está impregnada, a ganância toma por completo as autoridades que maquinam a maldade contra o povo sofredor e desprotegido de seus direitos, pois, ao invés de as autoridades estarem a favor dos vulneráveis, seus olhos visam somente ao que é do próximo e, nesse caso específico do povo oprimido retratado no texto, vítima de toda essa crueldade.

De acordo com Schwantes (1987, p. 54), os “pobres são fontes das riquezas cidadinas”. São pessoas empobrecidas, carentes, são exploradas e espoliadas. De acordo com o autor:

São pobres por trabalharem! São justos! A situação destes lavradores empobrecidos é grave. Em Amós 8,4-6, obtemos um quadro de sua fome. Denunciam-se aí os comerciantes, em particular talvez os pequenos mercadores. Os pobres aparecem como fregueses principais destes vendedores afoitos e gananciosos. Espoliados e empobrecidos tornam-se presa fácil, quando necessitam adquirir de terceiros sua comida, sua comida de cada dia. São aniquilados (v.4), transformados em mercadoria (v.6), em escravos. (SCHWANTES, 1987 p. 55).

Segundo Fenger (2005, p. 696) as traduções dos textos antigos usam a palavra “pobreza” ou “pobre” para “referir-se a um estado de coisas extremamente complexas, que nos textos originais acentuam os mais diferentes aspectos. Sobressai-se o fato de que os primeiros testemunhos tematizam não a pobreza, mas o pobre como sujeito”. No hebraico encontram-se várias designações para a palavra “pobre”, como segue:

[...] encontra-se ras como a determinação mais geral de pobre. Sua forma de manifestação expressa-se sobretudo mediante os seguintes vocábulos: dal caracteriza-o como emagrecido (cf 1Rs 1,14; 25,12; Jr 40,7). Quando os textos usam ebyon, ele surge então como alguém que necessita, como alguém que pede (cf. Ex 23,6,11). O termo mais frequente no Antigo Testamento é ani; este aparece como o homem que se encontra no estado de diminuição de suas capacidades, de sua força e seu valor. Está sob a pressão de necessidade presente, seja a pobreza econômica, seja a doença, a prisão ou a opressão. Quase com o mesmo sentido de ani usa-se anaw, que inclui também sentido religioso; o anaw é aquele que é humilde diante de Deus (FENGER, 2005, p. 696).

De acordo com Roy (2008, p. 783), muitos pobres são vítimas da sorte ou “cobiça” dos homens. Descreve uma série de situações que os pobres tiveram que enfrentar e, dentre elas, citamos algumas:

sendo deserdados encontraram nos profetas os seus defensores credenciados. Em seguida a Amós que ‘ruge’ contra os crimes de Israel (Am 2,6ss; 4,1; 5,11), os porta-vozes de Javé denunciam sem tréguas ‘a violência e o banditismo’ (Ez 22,29) que mancha o país; fraudes despudoradas no comércio (Am 8,5s; Os 12,8), açambarcamento das terras (Ml 2,2; Is 5,8), escravização dos pequenos (Jr 34,8-22; cf. Ne 5,1-13, abusos de poder e perversão da própria justiça (Am 5,7; Is 10,1s; Jr 22,13-17). [...] Os profetas, aliás, neste ponto estavam em convivência com a Lei (cf. Ex 20,15ss; 22,21-26; 23,6); o Deuteronômio em particular, prescreve todo um conjunto

de atitudes caritativas e de medidas sociais para atenuar o sofrimento dos indigentes (Dt 15,1-15; 24,10-15; 26,12). Os sábios não deixam também de lembrar os direitos sagrados do pobre (Pv 14,21; 17,5; 19,17), cujo defensor é o Senhor poderoso (Pv 22,22s; 23,10s). (ROY, 2008, p. 783).

Ceresko (1996, p. 314) enfatiza que é necessário ler a Bíblia com os olhos dos “impotentes e dos pobres”, na perspectiva dos oprimidos. Uma abordagem importante que permite “ter acesso ao sentido e à substância de todo um conjunto de textos”. Foi exatamente essa perspectiva que permeou a mensagem dos profetas e serviu de exemplo:

o tom apaixonado, direto e devastador de suas condenações proféticas brotava dessa experiência de primeira mão das pressões destruidoras e do profundo sofrimento que seu povo suportava como resultado das injustiças fomentadas e cometidas pelas elites dirigentes. Porque ele viu a situação da sociedade do seu tempo através dos olhos daqueles pobres sofredores, o encontro de Amós com o Deus de Israel, que estava ao lado dos pobres, defendia-os e protegia-os, tornou-o capaz de bradar com tanta força em defesa deles. (CERESKO, 1996, p. 314).

Partindo da mesma percepção do autor acima, Mesters (1987, p. 11) enfatiza que é fundamental a leitura da Bíblia de acordo com o lugar social. Segundo ele, o pobre lê a Bíblia a partir da situação de opressão em que vive na sociedade. A leitura, portanto, não é neutra e, sim “engajada, comprometida com os pobres e com a luta dos pobres”. Para Mesters, o povo faz a leitura da Bíblia para entender e praticar. É uma leitura transformadora, fiel à Palavra de Deus.

De acordo com Richard (1987, p. 24), os pobres podem ser considerados como sujeitos da evangelização, sujeitos de sua própria história, intérpretes do texto bíblico. Segundo o autor: “somente os pobres podem construir a base material da evangelização”. “Os pobres são o autor humano dos textos bíblicos”, conforme afirma Richard:

toda a Bíblia foi produzida pelos pobres ou na perspectiva dos pobres, e isto lhes permite, e somente a eles, encontrar a chave de sua interpretação. A Bíblia, neste sentido, já possui tremenda originalidade histórica e humana. Na história humana são geralmente os grupos dominantes que escrevem a história. Os pobres poucas vezes podem escrever sua história, ou escrever a história em sua perspectiva. Quando conseguem fazê-lo, essa literatura normalmente ‘se perde’ ou é destruída pelas castas intelectuais a serviço da

dominação. Na história da literatura, a Bíblia constitui exceção: sendo um livro dos pobres ou escrito a partir de seu ponto de vista, conseguiu sobreviver ao longo de muitos séculos. (RICHARD, 1987, p. 25).

Richard (1987, p. 25) ainda destaca que os pobres sofreram muito e foram vítimas de muitos conflitos ao longo dos séculos. E lutaram muito para preservar e conservar seus escritos. Na percepção de Kessler (2009, p. 144) uma das causas do sofrimento dos oprimidos se encontra na relação entre credores e devedores (Is 24,2; Jr 15,10). Uma “contradição genérica entre rico e pobre”. Domínio do rico sobre o pobre, aquele que empresta torna-se escravo daquele que lhe emprestou (Pv 22,7).

Kessler salienta que isso deixa claro e de forma marcante a desigualdade de classes, onde impera o domínio de quem possui posses, meios de produção sobre aquele que depende do outro para a sobrevivência. Os problemas de endividamento sempre existiram entre pobre e rico, desde a época pré-estatal: “A transformação decisiva que conduz às relações perceptíveis a partir do século VIII é a passagem do endividamento “normal” para o endividamento sem retorno” (Kessler 2009, p. 145).

Lopes (2010, pp. 53-56) afirma que a opressão aos pobres é um ato condenável aos olhos de Deus. Miquéias 2, 1,2 retrata a mensagem dirigida aos ricos, apontando todas as características de “clamorosa injustiça” praticada por eles.

- Eles planejam no leito a maldade e põe em prática logo ao amanhecer;
- Rouba o homem, sua casa, sua herança, tudo que possui;

Para Lopes, o planejar e o executar a maldade era feita sem trégua, planejava a noite e executava ao amanhecer. Eles tinham sob seu domínio o poder judiciário, político e religioso. Esses ricos desejavam as posses do próximo e as tomavam de forma desonesta, conforme o autor afirma:

da cobiça emana o desejo pecaminoso que incita os homens a quebrar muitos dos mandamentos da lei de Deus. [...] Os ricos

estavam usando expedientes violentos para saquear os bens dos pobres, tomando suas casas e suas terras, sem que esses pobres pudessem lhes oferecer qualquer resistência. A crise sempre interessa a um grupo corrupto e inescrupuloso. É nas sombras espessas da crise, acobertadas pelo manto da escuridão, que as ratazanas esfaimadas mordem sem piedade o erário público e tomam, com requintes de violência, os bens dos pobres (LOPES, 2010 p. 55).

4.2.1 Camponeses enfraquecidos

Podemos destacar dentre as vítimas em Miquéias os camponeses enfraquecidos. Eles eram vítimas dos líderes que oprimiam e agiam com violência contra eles, provavelmente eram vítimas de violência militar.

o exército viabilizava e dava cobertura aos que espoliavam e arrasavam os camponeses pauperizados. Os militares não eram apenas um setor da sociedade, mas também um dos principais responsáveis pela manutenção da estrutura de dominação. Com violência, agrediam brutalmente os camponeses, apoderando-se de seus campos e saqueando suas casas. Enfim, arrancavam violentamente o possuidor da terra de sua posse, saqueando os pertences das famílias camponesas e levando as pessoas para trabalhos forçados. O exército não consistia em milícias populares, mas sim em guarnições de homens permanentemente treinados e equipados para a luta a serviço dos interesses do Estado. (SALGADO, 2009 pp. 94-95).

Miquéias 3,2 descreve a maneira cruel com que os camponeses eram tratados: “A vós que aborreceis o bem e amais o mal, que arrancais a pele de cima deles e a sua carne de cima dos seus ossos”. Os acusados pelo profeta apoderavam-se com violência e tomavam para si as posses do fraco. Além de tomar indevidamente as terras dos camponeses, esses acusados tinham “acesso a mecanismos poderosos que prejudicavam suas vítimas e proporcionavam vantagens em seus ataques vorazes contra suas presas fracas e indefesas”. Ao agirem assim, eles tiravam a força vital das famílias judaítas, pois a terra era o meio de produção, o sustento, a sobrevivência das famílias (SALGADO, 2009, p. 81-82).

4.2.2 Mulheres e crianças indefesas

O relato de Miquéias 2,9 impressiona: “Lançais fora as mulheres de meu povo do seu lar querido; dos filhinhos delas tirais a minha glória, para sempre”. Conforme relata Lopes (2010, p. 63), enquanto os maridos estavam nas batalhas, defendendo os interesses dos ricos gananciosos, suas mulheres eram despejadas de suas casas sem piedade alguma. Seus filhos pequenos eram tirados dos lares e colocados nas ruas ou feito escravos por esses homens sem escrúpulos e cruéis.

De acordo com Zabatiero (1996, pp. 61,62), as consequências da acumulação de terras para as mulheres e crianças eram terríveis. Elas perdiam suas casas, seus filhos ficavam sem o teto no qual podiam repousar e desfrutar de felicidade junto com a família. Zabatiero (1996, p. 62) é explícito:

sem os maridos/pais, as mulheres e crianças não tinham acesso aos tribunais, não podendo, portanto, defender as suas terras contra os que vinham cobrar as dívidas, sobre as quais as terras funcionariam como uma espécie de ‘garantia’. Aos olhos dos acumuladores de terras, os seus atos estavam cobertos de ‘legalidade’, Miquéias, porém, apela para a noção mais importante da solidariedade: como podiam eles fazer aquilo com seus próprios irmãos, com ‘meu povo’? Atos legítimos não são, necessariamente, atos corretos e justos. Do ponto de vista dos critérios de valor, Miquéias e os acumuladores estavam, também, em campos opostos. Estes atuavam movidos pela legitimidade econômico-política. Miquéias, pela legitimidade teológico-fraternal.

Baker, Alexander e Sturz (2006, pp. 211,212) interpretando Mq 2,9: “Lançais fora as mulheres de meu povo do seu lar querido; dos filhinhos delas tirais a minha glória, para sempre”, afirmam que:

faz-se referência às viúvas jovens. *Lar querido*. A herança deixada pelos maridos; lares em que suas lembranças as enchem de alegria quando recordam o passado e de segurança quando encaram o futuro. *Lançais fora*. A brutalidade com que os pobres e desamparados são tratados pelos fortes e ricos. [...] *Dos filhinhos delas tirais a minha glória*. ‘Glória’ é uma palavra hebraica diferente da empregada em 1,15. *Hadar* refere-se à honra e à dignidade que Deus conferiu a esses filhos de viúvas desamparadas. [...] *Para sempre*. Talvez indique a duração do castigo dos opressores, mas é mais provável que se refira à perda definitiva dessas crianças desamparadas.

A violência estava presente nas mãos dos poderosos e as consequências quem mais sofria, com certeza, era “meu povo”, por isso a acusação de Miquéias é específica e direcionada às autoridades detentoras dos poderes político, econômico e religioso.

5 O GRITO DE MIQUÉIAS EM MEIO À VIOLÊNCIA E A OPRESSÃO E SUA RELEVÂNCIA NA ATUALIDADE

5.1 A RELEVÂNCIA DO PROFETISMO

O que mais chama a atenção no papel primordial do profeta é sua persistência em meio à crise. Ele enfrenta os obstáculos, encara as situações adversas e assume a posição de ser porta-voz de Deus. Enquanto que a liderança tenta ocultar os problemas, o profeta os desmascara e os põem à existência, faz suas críticas e chama a mudanças (SOARES, 1987, pp. 21,22).

Nas declarações de Soares (1987, p.23):

[...] os maiores profetas hebreus surgem todos naquele arco de tempo que se abre e se fecha em torno das duas grandes crises da nação: a queda do Reino do Norte sob os Assírios (Amós, Oséias, Miquéias, Isaías), e a queda de Jerusalém sob o poder dos Babilônios (Jeremias, Sofonias, Ezequiel, Dêutero-Isaías) e sob a dominação estrangeira (Profetas pós-exílicos).

O profeta não pode ser considerado somente como se fosse um reformador religioso, ele está inserido na luta política de sua comunidade. As suas críticas e denúncias têm caráter político. Ele está preocupado em reformar as estruturas antigas que trazem ao povo a opressão e mostrar novos horizontes. Sua preocupação é alertar as lideranças que estão no poder, de que se esqueceram das causas públicas, deixaram de lado a causa do povo e buscaram somente os interesses próprios. O profeta se insere na luta contra a violência que a liderança apoia e, muitas vezes, são os participantes no sistema de opressão, com um sistema tributário com duros impostos que leva o povo a se afundar em problemas, dívidas perdendo seus bens e ficando a mercê de líderes corruptos (SOARES, 1987, p. 23).

O profeta assume a posição de defensor. Ele defende somente aquele a quem ninguém defende, assume a causa do oprimido, faz opção de ficar do lado do vulnerável. Ele sofre todas as afrontas perante a sociedade detentora

do poder, mas não desiste e segue em seus gritos por justiça. Informa com veemência a situação dos detentores do poder político, econômico e religioso. Mostra suas faltas e pecados diante da comunidade que necessita de amparo e os mesmos nada fazem, ou seja, não cumprem o verdadeiro papel para o qual foram designados, ou seja, de defesa e promoção de uma vida melhor para sua comunidade. Ao invés disso, abusam do poder concedido e enriquecem seus bolsos com o trabalho duro do povo, tornando-os cada vez mais vulneráveis e sem forças para lutar por uma vida mais digna e justa (SOARES, 1987, p. 25).

O profeta comprometido com as causas de seu povo é aquele que tem intimidade com Deus, possui uma experiência pessoal e profunda com Ele. Sua força consiste em combater sempre na defesa e na independência e liberdade do povo. Conforme salienta Soares (1987, p. 27):

o Deus contemplado e experimentado pelos profetas é o Deus da história. Não apenas no sentido de que preside soberanamente aos acontecimentos e tem a respeito deles um designio. Trata-se de muito mais. É o Deus que se manifesta através dos acontecimentos como a inapagável e invencível labareda alimentadora da liberdade e da luta por sua conquista ou por sua preservação. Pelos fatos, revela-se Redentor, quer dizer, libertador, justiceiro e vingador dos oprimidos e necessitados. Tem, assim, atitudes e comportamentos característicos. Entra na luta, assume seus riscos e suas ambiguidades, apaixona-se, toma partido, levanta os humilhados e oprimidos e derruba os orgulhosos e opressores (cf. Lc 1,46-55), castiga, mata até. Não tem vergonha de ser o Deus de um povo, com tudo o que isto significa num processo de construção histórica. [...] Para os profetas é uma coisa só pensar em Yahweh e pensar na causa dos pobres. Não é possível proceder de outra maneira, pois é por eles que Yahweh se define: 'Eu Yahweh teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão'. (Dt 5,6).

Por tudo isso, o profeta comprometido necessita conhecer Deus e estar em conformidade com sua vontade absoluta. Precisa assumir a posição de defensor e lutador da causa dos oprimidos. O profeta precisa ser reto e respirar retidão e justiça e, ao mesmo tempo, praticá-las.

A mensagem do profeta Miquéias é presente e atualíssima e está em todos os jornais e manchetes informando à população sobre os acontecimentos polêmicos que ocorrem nas cidades e no campo também. Sua mensagem vem de encontro com a criminalidade nas ruas e, ao mesmo tempo, denuncia os

poderosos sobre a injustiça que os povos de hoje passam e sofrem por não haver quem os defenda. Como descreve Lopes, os homens poderosos continuam arrogantes como na época de Miquéias, mudaram apenas as épocas, mas a injustiça continua sendo praticada conforme relata o autor:

os valores morais estão sendo demolidos. As palavras sustentadoras da ética estão sendo dinamitadas. A corrupção endêmica e sistêmica está invadindo os poderes constituídos, enfiando suas garras em todos os setores da sociedade, num esquema vergonhoso de assalto ao erário público. A roubalheira é feita à luz do sol, sem nenhum pudor e sem qualquer punição. Mas a desconstrução da sociedade não está apenas no cenário político. A igreja também está perdendo sua identidade. A secularização invade as igrejas. As pessoas se tornaram cada vez mais religiosas e afastam-se cada vez mais de Deus. (LOPES, 2010 p. 12).

Nós vivemos numa época em que é preciso surgir novos Miquéias dispostos a: nas ruas, nos templos, nos palácios, nos centros econômicos e nos bastidores do poder, gritar em voz alta contra toda a injustiça praticada. Erguer a voz e clamar para uma reforma no sistema econômico, social, político e religioso, novos Miquéias que lutem contra todo o mal e toda gama de maldade, e anuncie a justiça divina que vela pelos necessitados e oprimidos.

5.2 GRITO CONTRA A INJUSTIÇA E A DESIGUALDADE

Miquéias cumpre a missão de revelar o desejo do coração de Deus ao mostrar à comunidade de sua época e principalmente às autoridades constituídas, que a Lei divina era para proteger os desamparados, oprimidos, fracos, doentes, orfãos, viúvas, estrangeiros, mulheres e crianças, pobres, enfim todo o povo conhecido como povo de Deus. A lei expressa em Deuteronômio 15; Êxodo 23, e Levítico 19, deixavam bem claro o direito à proteção de todas essas classes sociais e que as autoridades governamentais não poderiam tratá-las como objetos que poderiam ser manipulados. Todos são considerados iguais e dignos do mesmo direito perante a lei de Deus.

Miquéias proclama dura crítica às autoridades de sua época para voltarem a praticar a justiça e o direito, pois pertenciam a eles o conhecimento

e a prática das mesmas. A situação estava fora de controle, os camponeses estavam sendo subjugados na servidão, nos tributos, nas dívidas e suas terras estavam sendo tiradas. Os poderosos que detinham o poder manipulavam a situação e estavam enriquecendo às custas dos camponeses que empobreciam cada vez mais. A desigualdade social, econômica aumentava a passos largos e a elite dominadora passou a ter o controle dos recursos, obrigando o povo do campo a viver em dificuldades (MAILLOT e LELIÈVRE, 1980, pp. 140,150).

Miquéias deixa claro que as autoridades são culpadas pelo sofrimento do povo, pois tramam o mal e põe em prática. Miquéias 2,1-2 diz assim: “Ai daqueles que, nas suas camas, intentam a iniquidade e maquinam o mal; à luz da alva o praticam, porque está no poder da sua mão!” 2 “E cobiçam campos, e os arrebatam, e casas, e as tomam; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança”. Na sociedade atual é gritante a situação, vive-se a mesma realidade de injustiças e desigualdades da época de Miquéias. É necessário estabelecer critérios justos para que possamos viver todos conforme Deus ensinou, com amor ao próximo, e esse amor implica respeitar seus direitos e aquilo que pertence a ele, de maneira nenhuma deve-se desejar ou até mesmo possuir.

Kilpp (2008 pp.25-38) estabelece 10 razões para praticar a justiça, são elas:

- ✓ A justiça restabelece as relações entre as pessoas
- ✓ O bem da comunidade beneficia a todos
- ✓ A injustiça leva um povo à ruína
- ✓ Confessamos que nosso Deus é justo
- ✓ Cremos em um Deus misericordioso
- ✓ Jesus praticou e ensinou a justiça
- ✓ Praticar a justiça é um ato de amor
- ✓ Praticar a justiça é um exercício de liberdade
- ✓ Praticar a justiça é um gesto de esperança
- ✓ Busca de uma espiritualidade de justiça

Miquéias, com toda a certeza, mostra à sociedade vigente a necessidade de agir com justiça e honestidade em todos os procedimentos da vida. Precisa-se manter relações com o próximo, família, comunidade e sociedade. O bem estar coletivo é mais importante que o bem estar individual. Quando se é egoísta, o coletivo sofre, pois só se pensa em si e se esquece dos interesses da comunidade.

Conforme ensina o Antigo Testamento: quando se perde o senso de harmonia coletivo, criam-se relações desarmoniosas tanto na família como na sociedade: a desonestidade no comércio (Dt 25,13-16); a ganância (Pv 10,2); a fraude (Pv 16,8); a mentira, em especial no tribunal (Pv 14,25); homicídios (Is 1,21); a injúria, a usura e o suborno (Sl 15). O bem coletivo é mais importante que o indivíduo sozinho, necessário é pensar comunitariamente, pois a família, grupo, igreja, comunidade, sociedade dependem das relações entre si. É preciso romper com o egoísmo e restabelecer as relações visando à coletividade para viver plena e dignamente.

Miquéias denuncia em 3,1-4 e 3,9-11 as injustiças praticadas pela liderança, e Isaías 5,8 denuncia os acumuladores de terras que enriquecem às custas do pobre camponês. Com certeza, as atitudes desses governantes levaram à ruína o povo de Deus. O alerta para nossa geração continua sendo o mesmo. Estamos perdendo os valores morais que garantem a igualdade entre todos. A lei que impera é a do mais forte sobre o mais fraco, e vence aquele que pode mais (KILPP, 2008, pp.25-38).

Para aplicarmos essas dez razões, sermos justos e praticar o direito acredita-se e concorda-se também com Kilpp (2008, p. 38), quando diz que a regra de ouro de Mateus 7,12: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os profetas”. É a síntese dos preceitos bíblicos e representa a diretriz que precisamos seguir para a prática da justiça e a igualdade entre todas as pessoas da face da terra.

Por sua vez, Balancin e Storniolo (1990, p. 35,36) enfatizam:

praticar o direito é exercer a justiça em defesa do fraco e do pobre contra aqueles que os oprimem e exploram. Amar a misericórdia é ser coerente com o comportamento de Javé na Aliança: a solidariedade fiel, capaz de assumir a causa do povo empobrecido e explorado. A exigência de Deus, portanto, é que os homens se

convertam da relação de desigualdade para formar uma relação social justa e igualitária, através da partilha de um sistema econômico onde os bens são distribuídos de tal maneira que gerem vida para todos, e onde todos possam participar de fato do arranjo social e das decisões que encaminham a história do povo.

A mensagem de Miquéias para essa geração e para as próximas que virão, com certeza é a mesma pronunciada na sua época. Precisa-se agir com o desejo do coração de Deus, tratar a todos, independentemente de raça, tribo, nação, como sendo iguais a si mesmo, participantes do mesmo direito e tratamento de justiça.

5.3 GRITO CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DO SAGRADO

Em Miquéias 3,11 lemos: “Os seus chefes dão as sentenças por presentes, e os seus sacerdotes ensinam por interesse, e os seus profetas adivinham por dinheiro; e ainda se encostam ao SENHOR, dizendo: Não está o SENHOR no meio de nós? Nenhum mal nos sobrevirá”.

A denúncia de Miquéias é clara, os sacerdotes estavam dizendo aquilo que os dirigentes e o povo queriam ouvir, mesmo que essa atitude fosse injusta, o que realmente os preocupava era manter tudo quanto eles recebiam de presentes, dinheiro. O recurso financeiro e os produtos recebidos eram mais importantes do que falar a verdade.

Maillot e Lelièvre (1980, pp. 82,83) ajudam a esclarecer, dizendo:

o profeta não podia recusar-se a atender a quem a ele recorresse; seria negar-se a transmitir o que é sempre um dom; por outro lado, exigir pagamento seria tornar-se falso profeta. O dinheiro sufoca o dom, mata o carisma. [...] O dinheiro que compra tudo e pelo qual se vende tudo – homens, direito, juízes, pobres, sacerdotes, a palavra, a Torá – e que pretende comprar o próprio Deus, é o maior e o mais temível concorrente de Deus. Assim, todos esses chefes, embora quisessem a maior glória de Jerusalém, ao estabelecerem nela o império do dinheiro, preparam a própria infelicidade. Introduziram na cidade santa outro senhor, Mamon, que corrompe tudo, que faz apodrecer tudo, mas que não pode nada contra os assírios ou babilônios antigos ou modernos.

Os líderes estavam mercantilizando o sagrado, ao invés de usarem o cargo no qual estavam para promover a justiça, garantir o bem da sociedade,

usavam e abusavam do cargo para benefício próprio. Os sacerdotes ensinavam por interesse, em troca de suborno, uma prática que Javé detestava, eles iam contra os princípios bíblicos, contra suas instruções sacerdotais.

Estavam interessados numa resolução imediata de seus problemas, e percebe-se essas mesmas situações na sociedade atual, hoje, um enfraquecimento religioso, pois pensa somente no aqui e agora, no desejo de satisfazerem no imediato e, nessa pressa, buscam meios e mecanismos de mentiras para propagar suas mensagens em troca de benefícios que satisfazem seus egos.

Lopes enfatiza que a corrupção havia chegado ao palácio e ao templo. A “política havia infectado a religião”. Haviam se tornado mercenários e estavam do lado dos que praticavam injustiças, ou seja, estavam oprimindo o povo. Com toda a crise enfrentada pelo povo, com os males socioeconômicos sendo introduzidos no meio do povo, a religião oficial ficava quieta e conivente, sem fazer nada a respeito. O povo foi cada vez mais sofrendo diante das situações que oprimiam (LOPES, 2010, p. 85).

- ✓ O profeta Miquéias encontraria esses mesmos problemas na comunidade cristã de hoje?
- ✓ Podemos tirar proveito dessa denúncia?
- ✓ Nossos líderes religiosos mercantilizam o sagrado em troca de benefícios?

A mensagem é dura e, com certeza, relevante para nossos dias. A comunidade cristã não pode e não deve se encaixar no sistema dominante. Ela precisa ser o consolo nas horas tristes, a alegria nos momentos de dores, a palavra de ânimo nos momentos de desilusão. A comunidade cristã e todos os seus participantes necessitam sentir Deus na sua liderança e ver Deus em suas ações. A corrupção não pode penetrar no meio da mesma e nem mesmo na mente dos líderes, para que o povo não venha a sofrer, pois uma liderança corrupta traz consigo as consequências para si mesmas e para o povo que lidera.

5.4 GRITO PARA VOLTAR ÀS ORIGENS E PRATICAR O PROJETO DE JAVÉ

Para Miquéias a restauração de Judá faria somente uma volta às origens humildes da dinastia davídica que foi originária de Belém. Os falsos profetas discordam e dizem que a paz seria implantando com a guerra e a vitória de Judá sobre a Assíria. Novamente o profeta relembra a sociedade dividida de um lado os donos de terra, as autoridades civis e militares, juízes, sacerdotes e falsos profetas; enquanto que do outro lado estava somente o povo, o povo de lahweh, vítimas da "teologia opressora" da época. (SILVA, 1998, p. 118).

Então o profeta anuncia que haverá um julgamento contra Israel, quando ele convoca a criação como testemunha, lembrando os acontecimentos do processo de libertação do povo desde o êxodo no Egito até Gilgal. Israel por sua vez tenta reparar sua culpa com sacrifícios de animais e cereais e cogitaram até no sacrifício do primogênito. Quando o profeta declara no vers. 8 de Mq 6 o que foi exigido de Israel, é como derrubar os alicerces em que a teologia israelita estava firmada, que assim diz: "Foi-te anunciado, ó homem, o que é bom, e o que lahweh exige de ti: nada mais do que praticar o direito (mishpât), gostar da solidariedade (hesed) e caminhar humildemente com o teu Deus" (SILVA, 1998, p. 119).

Miquéias 6,9-16 enfatiza novamente os pecados de Jerusalém (ou Samaria) ou podemos afirmar que as duas cidades estavam envolvidas no mesmo processo de acusação, pois, no seio de suas administrações abrigavam o enriquecimento injusto, as fraudes de pesos e medidas, além da prática da violência e a falsidade. Por isso são chamadas para o arrependimento e reconhecimento da soberania de lahweh (Silva 1998, pp. 118-120).

- ✓ Será que essas denúncias servem para a comunidade cristã deste presente século?
- ✓ A teologia que impera no nosso meio tem os mesmos problemas de antigamente?

A realidade é muito parecida, com tristeza se admite, muitos líderes têm enriquecido exigindo do povo ofertas e mais ofertas que, no final das contas é como o sistema tributário da época de Miquéias, pois em troca de “favores de Deus”, “bênçãos recebidas”, exigem certa quantia para determinados benefícios que, posteriormente, receberão. Para cada tipo de bênção varia a quantidade de dinheiro investido. Com toda a certeza, a mensagem encaixa perfeitamente. O povo está sendo fraudado em todos os aspectos da vida religiosa.

Maillot e Lelièvre (1980, pp. 149-150) enfatizam em sua análise de Mq 6,8, que voltar a praticar a vontade de lahweh consistia em prestar o verdadeiro culto: "Agir com justiça, preferir a lealdade e caminhar humildemente de acordo com Deus". A exigência de praticar a justiça trata diretamente das relações com o próximo, não se pode agir com diferenças de valores, as relações deverão ser praticadas mutuamente. A lealdade é a fidelidade à Aliança, ser fiel na adoração a Deus, implica em "amar essa fidelidade e não simplesmente praticá-la". A última exigência é o portar-se como verdadeiro crente, ou seja, agir com coração puro e humilde dentro do projeto de vida de lahweh.

A comunidade cristã da atualidade precisa voltar a direção para Deus, agir com justiça em seus atos para com o povo, para com sua vocação, como comunidade que está a serviço de Deus, que foi organizada para prestar honra e glória somente a Deus. E estar atenta à voz de Deus que conclama a mesma para olhar e verificar para que rumo está sendo encaminhado o povo sob sua direção e responsabilidade.

Os discursos proféticos de Miquéias lembram o povo da atualidade para não se acomodar e ser conivente com o sistema imposto pela liderança religiosa vigente. A mensagem do profeta necessita nascer na nossa mente como um alerta de Deus. A comunidade cristã precisa ser um agente transformador da sociedade e nunca inserir-se no contexto corrupto dos líderes. A mensagem nos insere no caminho da esperança e nos introduz no contexto de vida do próprio Deus, que sempre fala com seu povo e o liberta dos mecanismos de opressão.

A comunidade que, como na época de Miquéias, estava se corrompendo juntamente com seus líderes, é a mesma em que vivemos no presente século. Por isso o alerta do profeta cabe perfeitamente à comunidade cristã de hoje. Precisamos acordar do comodismo e viver e praticar a justiça para com todos. A denúncia foi para os líderes espirituais, líderes governamentais, e serve também para todos os cristãos, ou seja, para todos, independentemente de sua denominação.

Concorda-se com Lopes (2010, p. 88) quando diz:

se Miquéias estivesse ministrando em nosso meio, nos dias de hoje, é provável que tivesse visitado os templos religiosos, os escritórios das denominações, os congressos de pastores, os seminários e os institutos bíblicos para advertir os líderes cristãos de que o privilégio traz consigo a responsabilidade, e a responsabilidade implica em prestação de contas.

Como comunidade cristã a serviço da expansão do Reino de Deus, não se pode ter mente capitalista, aplicar regras de “marketing” para reunir multidões e arrecadar milhões para engordar os bolsos da liderança. O evangelho está longe de ser anunciado em casos assim, o que está em evidência é somente a ganância e não a propagação do evangelho.

O compromisso social da comunidade cristã, conforme afirma Miquéias em seus pronunciamentos, é um compromisso voltado para o povo, o empobrecido por esse sistema capitalista e explorativo. A mente e o coração de cada integrante da comunidade cristã precisam ser o compromisso e responsabilidade com o próximo. Não se pode e nem se deve deixar prevalecer o poder econômico, poder político, poder cultural e muito menos o poder de adquirir bens através da violência e opressão.

A Bíblia, com certeza, foi escrita para ensinar esse compromisso social e, quando não se age conforme ela adverte, está-se sendo cúmplice, corrupto e agindo da mesma maneira que os líderes da época de Miquéias. Vale a pena resgatar algumas de suas palavras: “Ai daqueles que, nas suas camas, intentam a iniquidade e maquinam o mal; à luz da alva o praticam, porque está no poder da sua mão! E cobiçam campos, e os arrebatam, e casas, e as tomam; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança” (Mq 2, 1,2). Ou ainda: “Mais disse eu: Ouvi agora vós, chefes de

Jacó, e vós, príncipes da casa de Israel: não é a vós que pertence saber o direito? A vós que aborreceis o bem e amais o mal, que arrancais a pele de cima deles e a sua carne de cima dos seus ossos, e que comeis a carne do meu povo, e lhes arrancais a pele, e lhes esmiuçais os ossos, e os repartis como para a panela e como carne do meio do caldeirão” (Mq 3,1-3).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se, concluir sem dúvida nenhuma, que Miquéias foi um grande defensor dos direitos de seu povo. Viveu numa época de mudanças nos âmbitos histórico, social, econômico e religioso. Pôde, juntamente com seu povo, viver cada uma dessas mudanças e ver de perto as aflições sofridas. Foi um contexto de opressão por parte das lideranças da época, que se apossavam das terras, exigiam duros encargos que levavam o povo humilde a desfazer-se de seus bens para pagar suas dívidas.

Miquéias faz duras críticas contra a liderança chamando a atenção sobre as formas de violência que estavam sendo praticadas pelos mesmos. Os proprietários de terras enriqueciam as custas do povo sofredor e tiravam até mesmo o que eles não possuíam. A violência estava impregnada na mente das autoridades e nas injustiças que os mesmos praticavam. A corrupção afetava desde a liderança religiosa (sacerdotes, profetas) até os governantes (chefes, magistrados).

As formas de opressão eram as mais variadas:

- ✓ Acúmulos de riquezas
- ✓ Corrupção nos tribunais
- ✓ Exploração do comércio
- ✓ Tributação indevida
- ✓ Ganância

As vítimas de toda essa crueldade era o “meu povo” que Miquéias refere-se nos capítulos (1,9; 2,4; 2,8; 2,9; 3,3; 3,5). Este povo é o povo explorado e esfolado vivo e por isso a crítica de Miquéias é dura, uma denúncia grave contra as lideranças opressoras. A degradação da liderança trazia ao povo grandes consequências que afetavam de forma cruel, impedindo-os de viver uma vida digna.

A luta de Miquéias por uma vida digna e íntegra, com certeza é uma luta que deveria estar presente na mente e coração das lideranças religiosas,

políticas, jurídicas e de todo o povo em geral. É necessário abrir os olhos que estão vendados e ver além. Precisa-se, assim como Miquéias o fez, clamar por justiça, pois muitos ao redor estão sofrendo com diversas formas de violência. A comunidade é responsável por aqueles que não têm voz que estão sem forças, desfalecidos de lutar em vão. A luta não pode parar e carece de pessoas engajadas e comprometidas com a justiça e a integridade.

A mensagem de Miquéias retrata a degradação moral, social, econômica, religiosa, ou seja, está em todos os âmbitos da sociedade. Vive-se numa época em que as denúncias de Miquéias cabem como uma luva na atual sociedade. O que se necessita é de novos Miquéias que levantem a voz e clamem pelos indefesos e sem forças para lutar e prosseguir na caminhada.

O “meu povo” retratado em Miquéias, que sofre toda a maldade praticada pelos governantes, é o mesmo povo de Deus hoje. O sofrimento, as perseguições, as afrontas, as explorações mesmo que em escalas e contextos diferentes são vivenciadas pelo povo do presente século em sua caminhada diária.

Portanto, necessário se faz ler o contexto do presente povo de acordo com sua situação vivida no aqui e no agora. Precisa-se fazer como Miquéias, denunciar os governantes, líderes religiosos, magistrados que fazem injustiças prejudicando o povo de Deus. O sofrimento do povo de Deus naquela época precisava de socorro e justiça. Na atualidade clama também por justiça e por pessoas dispostas a lutar e ouvir os gritos das vítimas.

Foram gritos dos quais se ouvem seus ecos na atualidade. O que se pode refletir mediante esses fatos? Será que a comunidade cristã de hoje pratica e vive em conformidade com a vontade de Javé? Será que os gritos do povo contemporâneo não está sufocado, não é ouvido? Atenta-se, realmente, ao chamado de Javé para o cuidado com os vulneráveis que estão participando comunidade cristã? Será que os cultos estão cheios de arrogância ou se faz com louvor e adoração a Javé e misericórdia com o próximo?

A mensagem de Miquéias é atual e de suma importância para a comunidade cristã de hoje. Convida-se a voltar aos preceitos bíblicos através

dos gritos de denúncia do profeta e, ao mesmo tempo, relembra-se a prática da justiça. Conforme Balancin e Storniolo (1990, p. 36):

ao Deus que interpela, lembrando sua fidelidade e ação libertadora, o povo deve responder com a prática da justiça, que elimina a opressão e coloca as bases para uma nova sociedade. O culto celebrativo só tem sentido quando é expressão da justiça vivida na prática, pois não há nenhum sentido oferecer alguma coisa a Deus, quando não se procura viver segundo seu projeto. A Deus ninguém pode enganar, nem subornar, pois ele não se cala e denuncia a injustiça.

Na época de Miquéias as classes oprimidas sofriam diversas formas de violência. E na atualidade? Será que a realidade mudou ou continua sendo a mesma disfarçada entre alguns atos de piedade somente para dizer ou mostrar que se está fazendo algo em benefício do povo? Qual será o tipo de teologia praticada, aquela que beneficia a alguns ou a que promove e defende a vida?

As vítimas da injustiça estão em toda parte do cotidiano, são órfãos, viúvas, crianças, famintos, famílias, ou seja, o próximo. O que se está fazendo nas comunidades para incluí-los nelas? Será que está faltando esse espaço para agregar pessoas de todas as situações no convívio da comunidade e tentar ajudá-las conforme as possibilidades? Chama-se, realmente, a cada denúncia de Miquéias, essa volta às origens, ao projeto primeiro de Javé de agregar os povos? Aqueles que detêm o poder eclesial e que são líderes devem, em primeira mão, fazer a vontade de Javé.

Necessita-se ter consciência social, de nada adiantaria uma comunidade cristã alheia ao sofrimento de seu povo. Jesus mesmo veio em defesa dos oprimidos e sua mensagem abrangeu a todas essas classes e a nenhum deles foi indiferente. Essa mensagem carece ser introduzida em meio às questões relevantes da necessidade do povo, precisa-se infiltrar em suas necessidades e caminhar no cotidiano dos mesmos, assim como fez Jesus que não estava alheio, porém estava atento aos sofrimentos do povo.

Os poderosos que estão no controle do país, que oprimem o povo vulnerável, ou mesmo uma comunidade cristã que almeja somente o sucesso esquecendo-se do próximo. O alvo é somente o egoísmo, a busca pelos

interesses próprios, com certeza, baseado nas denúncias de Miquéias, estão pecando contra Deus e, conseqüentemente, contra o próximo.

Tanto os governantes como as comunidade cristã de hoje, com toda a certeza, necessita rever seus caminhos e voltar às origens da prática do amor tanto para com Deus, como criador de todas as coisas, e com sua obra-prima o ser humano.

Chama-se a atenção para o projeto de vida de Deus: de vivência com o povo e conhecimento de suas situações de exclusão e abandono.

Necessita-se voltar o olhar para as condições de servos de Deus, participantes de seu Reino de paz e de justiça. Uma comunidade que está desatenta ao sofrimento do povo vulnerável, ainda não teve um encontro real com Deus e desconhece o verdadeiro Deus que veio para libertar e concluir seu projeto de vida e salvação para toda a humanidade.

A proposta apresentada por Miquéias 6,8 de acabar com toda a violência e praticar o “mishpat” (direito) com toda a convicção, encaixa-se perfeitamente na comunidade cristã hoje. Segundo afirma Suaiden (2007, p. 137):

a proposta de Mq 6,8, ‘praticar’ o mishpat, ‘direito’, constitui um caminho não sacrificial que rompe com o círculo de violência e estabelece a possibilidade de shalom, ‘paz’, verdadeira. Aqui, praticar o ‘direito’ vai além da observância das leis. Trata-se das relações de justiça exercidas no interior da comunidade, manifestadas pelo discernimento ético, tendo neste uma das principais funções da ação profética.

A comunidade cristã e todos nós precisamos ser solidários e leais ao projeto de Deus de tratar a todos com igualdade e com o direito de participar das bênçãos que são derramadas sobre todos, independentemente do credo, raça, nação, cor, pois, perante Deus, somos iguais e dependentes de sua misericórdia. Precisamos caminhar com Deus, realizar o projeto de Deus de libertar seu povo das amarras da liderança corrupta, dos governantes inescrupulosos. O povo precisa vivenciar o amor e a solidariedade, a comunhão com todos.

O projeto de Deus continua sendo o mesmo desde a criação de todas as coisas, o de promoção de vida. Deus ouve a voz dos oprimidos, humilhados, explorados, espoliados das camadas mais pobres e vítimas dessas crueldades. Deus não está alheio as suas petições, sua preocupação primordial é seu povo. Toda a opressão é condenável aos olhos de Deus (Mq 2,1-2). Deus jamais ouvirá a voz dos opressores, Ele está do lado da justiça, está com seu povo.

REFERÊNCIAS

Obras referenciadas:

AMIOT, François; GRELOT, Pierre. Autoridade. In: LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário de teologia bíblica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 84-85.

AMSLER, S. et al. **Os profetas e os livros proféticos**. São Paulo: Paulinas, 1990.

BAKER, David W.; ALEXANDER, T. Desmond; STURZ, Richard J. **Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque e Sofonias**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2006.

BALANCIN, Euclides M.; STORNILO, Ivo. **Como ler o livro de Miquéias**. São Paulo: Paulinas, 1990.

BRIGHT, John. **História de Israel**. 8. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

CASTRO JUNIOR, Vicente D. **Ruína de Sião e Jerusalém em Miquéias 3,9-12**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Teologia Sistemática) Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção. 2008. Disponível em <http://www.teologia-assuncao.br/cursos/2psgr_teologia/stricto_sensu/teses/Teses_alunos2008/Vicente%20de%20Castro%20Junior.pdf> Acesso em 30/09/2012

CERESKO, Anthony R. **Introdução ao antigo testamento**: numa perspectiva libertadora. São Paulo: Paulus, 1996.

COLE, R. Alan. **Êxodo**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2008.

FEINBERG, Charles L. (‘amar) dizer, falar, dizer consigo mesmo, (pensar), pretender, ordenar, prometer. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER, Jr, Gleason L.; WALTKE, Bruce K. **Dicionário internacional de teologia do antigo testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. pp. 89-92.

FENGER, Anne-Lene. Pobreza. In: EICHER, Peter (org.). **Dicionário de conceitos fundamentais de teologia**. São Paulo: Paulus, 1993. pp. 696-702.

GEORGE, Augustin. Sacerdócio. In: LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário de teologia bíblica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 926-927

GOTTWALD, Norman K. **Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica**. São Paulos: Paulus, 1988.

GOTTWALD, Norman K. **As tribos de lahweh**: uma sociologia da religião de israel liberto 1250-1050 a.c. 2. ed. São Paulos: Paulus, 2004.

HAHN, Noli Bernardo. “Povo da terra” e “meu povo” à luz de Miquéias. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 44, p. 47-52,

out./dez. 1994.

HAHN, Noli Bernardo. Redistribuição de terra: uma utopia do viii século ac. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 49, p. 9-15, jan./mar. 1996.

JENSEN, Joseph. **Dimensões éticas dos profetas**. São Paulo: Loyola, 2009

KESSLER, Rainer. **História social do antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.

KILPP, Nelson. **Espiritualidade e compromisso**: dez boas razões para... orar, praticar a justiça, cuidar da criação, acolher o outro, compartilhar. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

LEANDRO, José Carlos. O profeta Miquéias: "o social é a minha causa". **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 95, p. 23-34, jul./set. 2007.

LIVERANI, Mario. **Para além da Bíblia**: histórias antigas de Israel. São Paulo: Paulus; Loyola, 2008.

LOPES, Hernandes Dias. **Miquéias**: a justiça e a misericórdia de Deus. São Paulo: Hagnos; 2010.

MAILLOT, A; LELIÈVRE, A. **Atualidade de Miquéias**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MESTERS, Carlos. Como se faz teologia bíblica hoje no brasil. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 1, p. 7-19, jan./mar. 1984. (4ª ed. 1987).

MIQUÉIAS. In: BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo : Paulus, 2008, 5ª impressão.

MIQUÉIAS. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada (ARA). São Paulo; Sociedade Bíblica do Brasil. 1993.

PIXLEY, Jorge. **A história de Israel a partir dos pobres**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

REIMER, Haroldo. Leis de mercado e direito dos pobres na Bíblia Hebraica. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 69, pp. 9-18, jan./mar. 2001.

REIMER, Haroldo. Sobre economia no antigo israel e no espelho de textos da bíblia hebraica. In: REIMER, Ivoni Richter. **Economia no mundo bíblico**: enfoques sociais, históricos e teológicos. São Leopoldo: CEBI; Sinodal, 2006.

RICHARD, Pablo. Bíblia: memória histórica dos pobres. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 1, p. 20-30, jan./mar. 1984. (4ª ed. 1987).

RIZZANTE, Ana Maria. Salmos: uma oração violenta? **Estudos Bíblicos**,

Petrópolis: Vozes, n. 6, p. 31-39, abr./jun. 1985. (2ª ed. 1987).

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **Cultura militar e de violência no mundo antigo**: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia. São Paulo, Annablume, 2008.

ROY, Léon. Pobres. In: LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário de teologia bíblica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 783.

SALGADO, Samuel de Freitas. **Uma análise exegética da porção de Miquéias 2,1-5**: a situação socioeconômica em Judá e suas implicações na herança dos camponeses na sefelá judaíta no século viii a.c. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciência da Religião) Universidade Metodista de São Paulo. 2009. Disponível em <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_arquivos/6/TDE-2009-11-09T193016Z-727/Publico/Samuel.pdf> Acesso em 30/09/2012

SCHÖKEL, L. Alonso; DIAZ J. L. Sicre. **Profetas II**: Ezequiel – doze profetas menores – Daniel – Baruc – cartas de Jeremias. 2º ed. São Paulo: Paulus, 2002.

SCHWANTES, Milton. **Amós**: meditações e estudos. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes. 1987.

SCHWANTES, Milton. **Igreja como povo**: meu povo em Miquéias. Belo Horizonte: CEBI, 1989.

SCHWANTES, Milton; MESTERS, Carlos. **Profeta**: saudade e esperança. São Leopoldo, CEBI, 1989

SICRE, José Luís. **Profetismo em Israel**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Airton José da. **A voz necessária**: encontro com os profetas do século viii a.c. São Paulo: Paulus, 1998.

SOARES, Sebastião Armando Gameleira. Reles os profetas (notas sobre a releitura da profecia bíblica). **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 4, p. 8-32, out./dez. 1984. (3ª ed. 1987).

SUAIDEN, Silvana. A dimensão social e crítica da fé profética de israel: um estudo de Miquéias 6,1-8. In: KAEFER, José Ademar; JARSCHER, Haidi (orgs.). **Dimensões sociais da fé do antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2007.

THOMPSON, J. A. **Deuteronômio**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2008.

VAN GRONINGEN, G. (qātsîn) chefe, governante. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER, Jr, Gleason L.; WALTKE, Bruce K. **Dicionário internacional de teologia do antigo testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998. pp. 1359-1361.

WILSON, Robert R. **Profecia e sociedade no antigo Israel**. 2. ed. São Paulo:

Targumin; Paulus, 2006.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. **Miquéias**: voz dos sem-terra. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1996.

Obras consultadas:

ALFARO, Juan I. A terra prometida: sacramento da libertação do êxodo. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 13, pp. 9-20, jan./mar. 1987

BERLEJUNG, Angelika; FREVEL, Christian. **Dicionário de termos teológicos fundamentais do antigo e do novo testamento**. São Paulo: Paulus, 2011.

BRUEGGMANN, Walter. **A imaginação profética**. São Paulo: Paulinas, 1983.

CAZELLES, Henri. **História política de Israel**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

COMBLIN, José. Os escravos e o evangelho de paulo. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 17, p. 69-76, jan./mar. 1988.

COMBLIN, José. Jesus profeta. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 4, p. 41-59, out./dez. 1984. (3ª ed. 1987).

COMBLIN, José. A fome e a Bíblia. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 46, p. 25-32, abr./jun. 1995.

COMBLIN, José. A Bíblia e o compromisso social. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 95, p. 9-16, jul./set. 2007.

DOBBERAHN, Friedrich Erich. Trabalho e direito fundiário – observações a partir do antigo oriente. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 11, p. 69-75, jul./set. 1986.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos**. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1997. volume 1, dos primórdios até a formação do estado.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos**. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1997. volume 2, da época da divisão do reino até Alexandre magno.

EICHRODT, Walther. **Teologia do antigo testamento**. São Paulo: Hagnos, 2005.

FOHRER, Georg. **História da religião de Israel**. São Paulo: Paulus; Academia Cristã, 2008.

GALLAZZI, Sandro. A mão do Senhor contra o egito (uma reflexão sobre as dez pragas). **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 6, p. 11-20, abr./jun. 1985. (2ª ed. 1987).

GORGULHO, Maria Laura. Habacuc: uma visão bíblica sobre a violência. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 69, p. 19-31, jan./mar. 2001.

GRENZER, Matthias. A proximidade de Deus na eliminação da opressão e na caridade ao pobre. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 73, p. 55-66, jan./mar. 2002.

HAHN, Noli Bernardo. A profecia de Miquéias e “meu povo”. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 73, p. 92-101, jan./mar. 2002.

HOEFELMANN, Verner. A crítica de Jesus à lei como opção pelos marginalizados. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Bernardo do Campo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 27, p. 54-63, jul./set. 1990.

KAISER, Walter C. **Teologia do antigo testamento**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.

KILPP, Nelson. Deficientes físicos no antigo testamento. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Bernardo do Campo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 27, p. 38-46, jul./set. 1990.

KRAMER, Pedro. O órfão e a viúva no livro do Deuteronômio. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Bernardo do Campo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 27, p. 20-28, jul./set. 1990.

LAGO, Lorenzo. Miquéias: resistir ou perdoar? **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 72, p. 21-34, out./dez. 2001.

LIMA, Cyzo Assis. Samaritanos: os oprimidos como primícias do reino. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Bernardo do Campo: Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 27, p. 64-70, jul./set. 1990.

MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. 10. Ed. São Paulo: Paulus, 2011.

MOSCONI, Luís. **Profetas da Bíblia: gente de fé e de luta**. São Leopoldo: CEBI, 2010.

NAKANOSE, Shigeyuki; PEDRO, Enilda de P. A missão profética do povo sofredor. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 73, p. 26-41, jan./mar. 2002.

OLIVEIRA, Flavio Martinez de. Relendo o sentido: hermenêutica bíblica e movimentos sociais. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 5, p. 40-62, jan./mar. 1985. (2ª ed. 1986).

PERONDI, Ildo. Acreditar no pequeno. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 84, p. 48-57, out./dez. 2004.

PINZETTA, Inácio. Um projeto de defesa aos estrangeiros: a proposta do Deuteronômio. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Bernardo do Campo:

Metodista; São Leopoldo: Sinodal, n. 27, p. 29-37, jul./set. 1990.

POZZO, Aldo dal. “Releitura popular da Bíblia para um outro mundo possível”. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 75, p. 38-47, jul./set. 2002.

REIMER, Haroldo. Sair da crise – anotações a partir do imaginário dos profetas menores do sec. viii ac. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 42, p. 28-36, abr./jun. 1994.

RENDTORFF, Rolf. **A formação do antigo testamento**. 5. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

RÖSEL, Martin. **Panorama do antigo testamento**: história, contexto e teologia. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2009.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Cativo da Babilônia: uma crise criativa. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 43, p. 39-43, jul./set. 1994.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. A reeducação do olhar. Leitura popular da Bíblia e a emancipação do ser humano na construção de um planeta saudável. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 75, p. 22-27, jul./set. 2002.

ROWLEY, H. H. **A fé em Israel**: aspectos do pensamento do antigo testamento. São Paulo: Teológica, 2003.

RUBENSTEIN, Richard E. **Assim disse o Senhor**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCARDELAI, Donizete. **Da religião bíblica ao judaísmo rabinico**: origens da religião de Israel e seus desdobramentos na história do povo judeu. São Paulo: Paulus, 2008.

SCHWANTES, Milton. “Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra – iniciação à temática do trabalho e do trabalhador na Bíblia”. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 11, p. 6-21, jul./set. 1986.

SMITH, Mark S. **O memorial de Deus**: história, memória e a experiência do divino no antigo israel. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLFF, Günter. A fé em Javé no campo e na cidade. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 36, p. 16-23, out./dez. 1992.

ZABATIERO, Julio Paulo Tavares. Em busca de uma economia solidária. dt 14,22-15,23: resistência popular e identidade social. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, n. 84, p. 9-21, out./dez. 2004.